



UNESP UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Faculdade de Ciências e Letras
Campus de Araraquara - SP

GRACIELA RECHE

**A NECESSIDADE DA FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA AMBIENTAL
NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA: UM ESTUDO SOBRE AS
RELAÇÕES DIALÉTICAS ENTRE O SER HUMANO, A NATUREZA E
A CULTURA NA OBRA DE ÍTALO CALVINO.**

ARARAQUARA – SP

2015

GRACIELA RECHE

**A NECESSIDADE DA FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA AMBIENTAL
NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA: UM ESTUDO SOBRE AS
RELAÇÕES DIALÉTICAS ENTRE O SER HUMANO, A NATUREZA E
A CULTURA NA OBRA DE ÍTALO CALVINO**

Monografia apresentada como Trabalho de
Conclusão de Curso e quesito parcial para a
obtenção do título de Bacharel em Ciências
Sociais apresentado à Faculdade de Ciências
e Letras UNESP Araraquara.
Orientador: Prof. Sr. João Carlos Soares Zuin.

ARARAQUARA – SP

2015

Reche, Graciela

A necessidade da formação da consciência ambiental na sociedade contemporânea: um estudo sobre as relações dialéticas entre o ser humano, a natureza e a cultura na obra de Ítalo Calvino / Graciela Reche – 2015

99 f. ; 30 cm

Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Letras (Campus de Araraquara)

Orientador: João Carlos Soares Zuin

1. Educação ambiental. 2. Meio ambiente.
3. Calvino, Italo 1923-1985. I. Título.

GRACIELA RECHE

**A NECESSIDADE DA FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA AMBIENTAL
NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA: UM ESTUDO SOBRE AS
RELAÇÕES DIALÉTICAS ENTRE O SER HUMANO, A NATUREZA E
A CULTURA NA OBRA DE ÍTALO CALVINO**

Monografia apresentada como Trabalho de
Conclusão de Curso e quesito parcial para a
obtenção do título de Bacharel em Ciências
Sociais apresentado à Faculdade de Ciências
e Letras UNESP Araraquara.

Orientador: Prof. Dr. João Carlos Soares Zuin.

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

_____/_____/_____
Prof. Dr. João Carlos Soares Zuin.
Faculdade de Ciências e Letras UNESP Araquara

_____/_____/_____
Profª Drª Renata Medeiros Paoliello
Faculdade de Ciências e Letras UNESP Araquara

_____/_____/_____
Prof. Dr. Rafael Orsi
Faculdade de Ciências e Letras UNESP Araquara

Local: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Faculdade de Ciências e Letras
Campus de Araraquara - SP

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Tereza Sandri Reche e Waldemar Reche Garcia, pelo exemplo diário de caráter, disciplina, perseverança e conduta, por acreditarem em mim e pelo constante incentivo e apoio que me deram para fazer esta graduação;

À minha família pela atenção, interesse, carinho e amizade nos escassos momentos de encontro durante este curso;

Ao meu amigo Flávio Indiano por ter me apresentado o curso e por sua terna amizade e apoio nos mais diversos momentos.

À alegre Ana Paula da Luz por ter me acolhido e recebido na cidade, sem a qual eu sequer teria iniciado esta graduação, por ter disponibilizado seu computador e pela oportunidade de conviver com o seu melhor;

À obstinada Ana Fernanda Inocente Oliveira, que diante de tantas turbulências e insanidades presenciadas foi para mim um refúgio de lucidez, moral e alegria com suas conversas, exemplo e amizade;

Ao meu namorado Percival Accarini Camargo pelo exemplo de caráter e ética, pela agradável companhia e pelos momentos de motivação, carinho, atenção e lazer que por várias vezes me reanimaram na caminhada;

À Amélia Accarini e à Matilde Graciano, que com amável hospitalidade me acolheram com desvelada atenção, carinho e consideração em momentos cruciais da minha estadia na cidade.

À Camila Yukari Kawamura pelo interesse sincero na leitura e pelo paciente trabalho de revisão da monografia.

Aos colegas da faculdade e do curso de Ciências Sociais pelos exemplos, pela convivência e conversas.

Ao Prof. Dr. João Carlos Soares Zuin pela sua disposição e interesse na orientação deste projeto e pelo extremo respeito e consideração que teve mediante os meus empecilhos de saúde.

Nada haverá na terra...

Limite algum haverá para a maldade deles,
que com sua selvageria irão derrubar
as grandes árvores das florestas da terra.

Depois de saciados, nutrirão o desejo
de espalhar a morte, o sofrimento
a desgraça, a guerra e a devastação,
não importa contra quem ou contra o que,
desde que tenha vida...

Nada haverá na terra, no subsolo, na água,
que não será perseguido, desalojado,
corrompido e transferido de um país para outro.

Leonardo da Vinci

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar a questão da formação consciência ambiental e sua atuação na sociedade contemporânea. Com o alarmante cenário de degradação e desequilíbrio ambiental, instituições políticas, sociais e não governamentais estabeleceram a necessidade urgente de uma educação que propicie mudanças no comportamento social em relação ao meio ambiente. Com este desígnio institui-se a Educação Ambiental, no entanto o cenário econômico, financeiro e social no qual esta inserida desmantela a sua efetivação, pois as transformações da modernidade acirraram a alienação, a reificação, a individualização, a indiferença e o consumismo. Nesta conjuntura percebe-se que a Educação ambiental precisa ser analisada por uma perspectiva que leve o homem à reflexão crítica da estrutura capitalista. Tendo em vista essa necessidade, propõe-se a leitura da obra de Ítalo Calvino, uma vez que este abarca todo o contexto do homem moderno, com suas mazelas, angústias, exploração, egoísmo e ação destrutiva de si, do outro e do meio em que vive.

Palavras chave: consciência ambiental, meio ambiente, Ítalo Calvino

ABSTRACT

The present work has for objective to analyze the issue of training environmental awareness and its role in contemporary society. With the alarming scenario of degradation and environmental imbalance , political, social and non-governmental institutions have established the urgent need for an education that make changes in social behavior in relation to the environment. With this design is establishing environmental education, however the economic , financial and social scenario in which is inserted dismantles its effectiveness , since the transformations of modernity incited alienation, reification , individualization , indifference and consumerism . In this juncture it is noticed that environmental education needs to be analyzed by the perspective of a man in critical reflection of the capitalist structure. Given this need , it is proposed to reading Italo Calvino's work , since it approach the whole context of modern man , with his ailments , anxiety, exploitation , selfishness and destructive action of itself, others and the environment in living .

Keywords: environmental awareness, environmen, Ítalo Calvino

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	CIÊNCIA, FILOSOFIA E RELIGIÃO	12
3	MODERNIDADE.....	16
3.1	ESPAÇO E COMUNIDADE	20
3.2	INDIVIDUALISMO E CIDADANIA	27
3.3	MODERNIDADE E MEIO AMBIENTE	29
4	CONSCIÊNCIA.....	33
5	EDUCAÇÃO AMBIENTAL	39
5.1	CONTEXTUALIZAÇÃO	39
5.2	ABORDAGENS E TIPOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	44
5.3	EDUCAÇÃO AMBIENTAL E CONSCIÊNCIA.....	49
6	LITERATURA DE ÍTALO CALVINO	53
6.1	ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA	54
6.2	MARCOVALDO OU AS ESTAÇÕES NA CIDADE	59
6.3	AS CIDADES INVISÍVEIS.	67
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	94
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	96

1 INTRODUÇÃO

A depreciação e gradação humana sobre o meio ambiental tem atingido estados alarmantes. Ações humanas de desmatamento, produção de lixo, consumismo, desperdício de comida, energia e água, e a poluição e contaminação da terra, água e ar por gases e substâncias tóxicas tem impactado o planeta e desencadeado alterações catastróficas como crescimento da camada de ozônio; derretimento das geleiras; secas, inundações, ilhas de calor, falta de água devido a contaminação dos recursos hídricos ou desperdício; falta de alimentos, chuva ácida, aquecimento global, efeito estufa e redução da biodiversidade.

Devido a este cenário alarmante, a questão ecológica e a preocupação com o meio ambiente cresceu significativamente nos últimos anos, passando a ser enfatizada nos diversos setores sociais, econômicos, políticos, culturais, industriais e educacionais. No intento de amenizar as calamidades ambientais decorridas da ação humana, criaram-se variados programas, metas e políticas ambientais, como o mercado de carbono, a reciclagem, e a educação ambiental. Neste contexto a questão da consciência ambiental tornou-se imprescindível à sociedade e sua expressão tem sido exaustivamente utilizada.

Nos últimos anos diversos programas foram desenvolvidos e implantados, e várias pesquisas tem apresentado resultados positivos no que tange ao aumento da consciência, criando-se ao redor desta uma atmosfera positiva. Uma análise sobre o cotidiano social no entanto revela que estes tem sido paliativos e de pouca eficácia para as urgências do tema, pois não revela uma postura consciente do homem com a natureza, e sim a manutenção de antigos hábitos como o desperdício de água; o despejo de lixo nas ruas, em terrenos baldios e em áreas naturais; o alarmante aumento do consumo de bens, comida, automóveis, tecnologias, etc., desencadeado pelo auge capitalista; a não reciclagem, reutilização e redução de materiais; o desmatamento de áreas naturais por empreendimentos imobiliários ou agrícolas; e a continuidade da destruição de ecossistemas inteiros pelos interesses econômicos e políticos, com a diferença de serem agora acompanhados da linguagem sustentável.

Com a absorção do termo pela indústria cultural a expressão consciência ambiental passou a atender à esta e seus interesses, transformando-se em

variações como consumo consciente, investimento consciente, cidadão consciente, empresa consciente e etc., Considerando que o poder econômico e financeiro incute midiaticamente e maciçamente suas ideologias e intenções, questiona-se se essa glamourização e aumento da consciência ambiental não seria apenas um aumento do vocábulo ambiental e seu reconhecimento devido à crescente informação e divulgação do tema.

Pelo referido exposto ajuíza-se que a ação da consciência ambiental na sociedade tem sido controversa e, portanto incita à reflexões. Tendo em vista esta discrepância de contexto, o presente trabalho tem por objetivo analisar as percepções da consciência ambiental de forma a refletir de que maneira estabeleceu-se ao longo da história humana a legitimidade à agressão predadora da natureza; entender sobre como a consciência ambiental do homem desenvolve-se em meio à individualização e ao acirramento da reificação e alienação consumista; e a avaliar sobre como a educação ambiental pode promover uma verdadeira consciência ambiental que propicie uma nova percepção e postura humana, estabelecendo uma relação com a natureza na qual o homem considere-se como parte integrante desta e assuma responsabilidade perante à mesma.

Como processo de pesquisa para o desenvolvimento deste, utilizou-se a consulta de livros, artigos, revistas e sites; e o método indutivo-dedutivo: pelo qual através de observações particulares, chega-se a um princípio de ordem geral (indutivo); podendo-se ainda, deste princípio geral, serem extraídas conclusões particulares (dedutivo);

No primeiro capítulo contextualiza-se brevemente a ciência, a filosofia e a religião de forma a abordar como as concepções do pensamento racional, os preceitos e dogmas religiosos da igreja e os postulados científicos influenciaram a forma de pensamento e os hábitos da sociedade e consequentemente a forma do homem se relacionar com a natureza.

De forma a esclarecer a questão da consciência ambiental, contextualizou-se no segundo capítulo as conjunturas da modernidade, especificando o que tange as alterações na relação tempo e espaço, de forma a analisar como esta influenciou profundas alterações nas relações, costumes e tradições da sociedade. Considerou-se importante examinar sob quais circunstâncias o impulso moderno agiu através de suas instituições de forma complacente, agravando a relação de exploração do homem com o meio ambiente; e avaliar como todas estas mudanças ressoaram no

indivíduo, na cidadania e na comunidade, uma vez que a consciência ambiental permeia a primeira e a segunda instância, e atua na terceira.

Tendo em vista que a abordagem ambiental, a Educação Ambiental e sua bibliografia, manuseiam de forma maciça e incisiva a expressão *consciência ambiental*, o terceiro capítulo promove uma reflexão sobre a consciência, no intuito de verificar como esta pode desenvolver-se em um contexto alienado e reificado. De forma a melhor entender o que vem a ser a consciência, averiguou-se algumas conceituações do vocábulo, contemplando certas considerações e interpretações sobre como esta desenvolve-se, que influências recebe e como atua nas relações na sociedade moderna capitalista.

No decorrer dos anos, os debates e propostas sobre as problemáticas climáticas e ambientais transformaram a consciência ecológica ou ambiental no antídoto contra os problemas ambientais; sendo sua implementação depende de um processo educativo, a Educação Ambiental converteu-se na sua principal força motora. Dessa forma, explora-se no quarto capítulo a Educação Ambiental, sua contextualização, seus tipos de abordagens, sua importância, propostas e considerações em relação ao desenvolvimento da consciência ambiental.

No quinto capítulo a literatura de Ítalo Calvino é apresentada sob o recorte de três obras, por considerar-se que esta abrange em seu contexto os conflitos e as complexas relações do homem contemporâneo consigo mesmo, com a sociedade e com o meio ambiente em uma sociedade exploradora, consumista e fragmentada. Destacou-se as obras *Especulação Imobiliária*, *Marcovaldo ou as estações na cidade*, e *As cidades invisíveis*, analisando-as segundo as ponderações sociológicas expostas nos capítulos anteriores.

2 CIÊNCIA, FILOSOFIA E RELIGIÃO

Para os filósofos antigos os homens eram partícipes de toda realidade, sendo o corpo participante da Natureza e, a alma, da Inteligência divina. A ideia cristã separou radicalmente os humanos e a divindade, matéria e espírito, corpo e alma, fé e razão, verdades reveladas e racionais; e estabeleceu que, por meio da fé, Deus permitia a alma imaterial conhecer as coisas materiais. A fé tornou-se o centro da Filosofia, conduz o intelecto e a vontade, permite à razão conhecer o que está ao seu alcance e à alma receber os mistérios da revelação (CHAUÍ, 2000).

A partir do século XVII os filósofos modernos arguem estes conceitos e intentam separar a fé da razão, passando a considerar crucial o conhecimento. John Locke, por meio da teoria do conhecimento, propõe analisar cada uma das formas de conhecimento humanas, a origem das ideias e discursos, a finalidade das teorias e as capacidades do sujeito cognoscente relacionadas com os objetos que este pode conhecer, distinguindo os graus de conhecimento desde as sensações até o pensamento. A teoria do conhecimento torna-se uma disciplina específica da Filosofia e volta-se para a relação entre o pensamento e as coisas, a consciência (interior) e a realidade (exterior), o entendimento e a realidade; o sujeito e o objeto do conhecimento (CHAUÍ, 2000).

Segundo Chaddad (2011), Locke desenvolveu uma concepção atomística da sociedade. Suas ideias de individualismo, direito à propriedade, mercados livres e governo representativo foram essenciais para o desenvolvimento do liberalismo, que agravou a exploração e expropriação do homem e da natureza.

Caracteriza Keinert (2007), que após a Revolução Francesa, Kant apresenta a substituição da metafísica tradicional. Na Crítica da razão pura, conclui que a razão só entende o que produz conforme os seus próprios planos (visto que precisa proceder com princípios que determinam os seus juízos mediante leis constantes) e que deve forçar a Natureza a responder às suas interrogações em vez de se deixar guiar por esta. Nestas condições, para adquirir um saber seguro em ciência, a razão apresenta a necessidade de princípios próprios que propiciem o conhecimento das leis da Natureza. Isto posto, a crítica é a forma de delimitar e buscar o fundamento desses princípios que se caracterizam como condição de possibilidade para um conhecimento seguro daquelas leis, uma vez que no pensamento kantiano,

(...) a razão é guiada por si própria e não por intermédio do seu objeto de conhecimento, no caso a Natureza. (...) a razão na relação com seu objeto, não se porta passivamente como uma mera observadora dos fenômenos naturais, mas, antes, interroga a Natureza por meio de seus princípios¹.

Segundo Chauí (2000, p. 299), Immanuel Kant “(...) converteu a própria teoria do conhecimento em metafísica, ao afirmar que esta investiga as condições gerais da objetividade, isto é, do conhecimento universal e necessário dos fenômenos (...)”². Para o filósofo, o homem jamais saberá o que é e como é a realidade em si mesma separada e independente de si, pois se conhece a realidade como fenômeno, organizada pelo sujeito do conhecimento segundo as formas do espaço, do tempo e dos conceitos do entendimento, ou seja, a possibilidade de conhecimento decorre das faculdades humanas que o tornam possível. Com esta mudança a filosofia deixa de ser o conhecimento do mundo em si e passa a ser o conhecimento do homem, tornando-se uma teoria sobre a capacidade e a possibilidade de conhecer. De acordo com Chauí (2000, p. 70) “A separação kantiana entre entendimento e razão, conceitos e ideias, fenômenos e realidades em si foi interpretada como separação entre sujeito e mundo, seres humanos e Natureza, espírito e Natureza (...)”.

Em meados do século XIX, a filosofia positivista de Augusto Comte separa as ciências positivas (matemática, física, química, biologia, astronomia, sociologia) da filosofia, por considerar que as primeiras estudam o conhecimento, divididos em: a realidade natural, social e psicológica e moral; a segunda, por sua vez, caracteriza-se por ser uma reflexão do trabalho científico, com seus procedimentos e metodologias. Considerando tais reduções, a filosofia passa a se interessar pela consciência reflexiva ou pelo sujeito do conhecimento, dando origem a fenomenologia, iniciada pelo filósofo alemão Edmund Husserl.

No mesmo período, o crescente otimismo com as ciências e as técnicas, e a Segunda Revolução Industrial, assevera ao homem que a razão alcançaria o

¹ KEINERT, Maurício. O conhecimento em Kant. Limites da experiência. Revista Mente. Cérebro & Filosofia – Fundamentos para a compreensão contemporânea da psique. 3.ed. São Paulo: Duetto, p. 22, 2007.

² CHAUÍ, Marilena. Convite à Filosofia. São Paulo. Ética, 2000. p. 299

conhecimento completo das ações humanas, Natureza, sociedade e História. Nesta conjuntura, a filosofia afirma a confiança plena no saber científico e na tecnologia para dominar e controlar a Natureza, a sociedade e os indivíduos (CHAUÍ, 2000).

Por ser considerado um “progresso”, o conhecimento científico é visto como se realizando no tempo e como dotado de continuidade, de tal modo que a razão é concebida como temporal também, isto é, como capaz de aumentar seus conteúdos e suas capacidades através dos tempos.³

No que tange a influencia destas passagens na questão ambiental, Chaddad (2011) avalia que a cisão entre o homem e a natureza, a crise ambiental e as práticas que a sustentaram e aprofundaram resultam de três motivos: a edificação do cristianismo – no cristianismo da idade Média e na escolástica, a separação entre espírito e matéria e a ideia de que o homem transcende a natureza, transforma esta em um mero objeto para o ser humano durante a sua passagem na terra, acarretando uma relação utilitarista na qual a natureza está disponível para servi-lo. O segundo motivo é a separação entre o conhecer racional e o sensorial - a revolução científica nos séculos XVI e XVII, baseada no conceito escolástico, afirma que o mundo funciona de acordo com leis e princípios regulares e constantes e portanto, previsíveis - o cientificismo cartesiano separa o corpo da mente, a razão da emoção e o homem da natureza, despojando esta de qualquer vestígio sacro e instituindo uma feição utilitarista e mecanicista à natureza. Por fim, o terceiro é o capitalismo, que exacerba a exploração da natureza e do homem. Segundo o autor:

Para este sujeito atomizado e transcendental, o do racionalismo cartesiano, (...) não há relações que impliquem tornar o outro pessoal (homem/natureza), tudo se reduz em uma ética da coisificação, num mundo onde os “objetos”, as máquinas animadas, homem e natureza, têm que ser dominados, explorados e expropriados, para satisfazer sua parte imperfeita, o seu corpo, durante seu trajeto sobre o planeta terra.⁴

³ CHAUÍ, Marilena. Convite à Filosofia. São Paulo. Ética, 2000. p. 70

⁴ CHADDAD, F. R. et. al. Problemas e questionamentos á Educação Ambiental Crítica. Minas Gerais: VirtualBooks, 2011. p. 51

A liberdade humana e o racionalismo otimista são colocados em xeque no final do século XIX com Marx e com Freud no início do século XX. De acordo com Chauí (2000), Marx descobre que há um poder invisível da ideologia, que induz e condiciona o pensamento e a ação do homem. A razão portanto, poderia ser um mecanismo de dissimulação da realidade que condiciona a exploração e opressão dos homens, tendo este somente a ilusão de que pensa racionalmente e age por si. Para Freud, o homem tem somente a ilusão de que tem o controle sobre o que pensa, faz, sente e deseja, pois a consciência humana é dirigida e controlada sem que ela saiba, por forças profundas e desconhecidas do inconsciente.

3 MODERNIDADE

O mundo moderno foi consolidado pela descoberta do Novo Mundo, o Renascimento cultural, a reforma protestante e o iluminismo.

Zygmunt Bauman apresenta o conceito de modernidade sólida e modernidade líquida para designar dois momentos diferentes da modernidade, sendo o primeiro de estruturas e relações concretas, absolutas, rígidas, fixas e duradouras; e o segundo de estruturas relativas, fluidas, instáveis e temporárias, que são à base da contemporaneidade. O autor reflete que no capitalismo “pesado”, o espaço era um obstáculo sólido e inerte que o tempo precisou superar para realizar avanços, colonizações e expansão territorial. Estas conquistas tornaram-se sinônimos de poder e progresso, e desencadearam a necessidade de fronteiras seguras, encorpadas, fixas e impenetráveis. Com o advento do vapor e o motor à explosão, o deslocamento acelera e emancipa o tempo em relação ao espaço, tornando-o uma ferramenta na conquista de espaço e territórios. A aceleração do tempo desencadeia também a aceleração da produção, pois a superação dos obstáculos acrescenta valor as coisas, e para se maximizar o retorno de valor, que era o espaço, era preciso controlá-lo com a uniformidade e coordenação do tempo, de forma a eliminar a ociosidade e improdutividade. Com o impacto das tecnologias o poder deixa de ser a resistência do espaço, tornando-se extraterritorial. A ambição pela conquista do espaço perde o significado, pois as partes do espaço podem ser atingidas no mesmo período de tempo e, portanto, deixam de apresentar um valor especial.

No início do capitalismo o artesão perde seus meios produtivos e passa a ficar dependente de quem os detêm. Esta situação se agrava com o avassalador desenvolvimento e exploração capitalista, que desencadeia novas instâncias nas relações pessoais e sociais. Conforme destaca Chaddad, o indivíduo “(...) *é alienado do trabalho, alienado de sua vida, de ser sujeito transformador da natureza e de si mesmo, de exercer o seu estar aqui.* (...)”⁵.

O processo produtivo acirrou a redução das atividades a movimentos rotineiros que excluíram a espontaneidade e iniciativa individual, relegando as capacidades mentais. Segundo Bauman (2001), a atuação fordista agiu na sociedade como um modelo de industrialização, de acumulação e de regulação,

⁵ CHADDAD, F. R. et al. Problemas e questionamentos á Educação Ambiental Crítica. Minas Gerais: VirtualBooks, 2011. p. 55

criando uma autoconsciência da sociedade. A relação entre capital e trabalho era uma relação assaz sólida, com dependência mútua. A hegemonia fordista gerou mais do que uma revolução tecnológica, pois se transformou em um consenso social que criou e influenciou um novo homem. Neste sentido, Brügger (2004, p.52) afirma que “(...) *soluções tecnológicas são muito mais freqüentemente ideológicas do que lógicas*”.

Entre as principais características da modernidade sólida estava o adiamento da satisfação, com o investimento acima do lucro, a poupança acima do gasto e o trabalho acima do consumo. A procrastinação leva à ética do trabalho, que proclama o trabalho pelo trabalho e o adiantamento do gozo como um valor, além da estética do consumo, rebaixando o trabalho ao papel subordinado e instrumental.

A modernidade começa quando o espaço e o tempo passam a ser separados, podendo ser teorizados como categorias distintas e independentes da estratégia e da ação. A modernidade sólida estava calcada na crença do progresso e do tempo a favor do homem. Desta forma, o tempo tem uma história adquirida quando a velocidade através do espaço se torna uma questão da capacidade humana. Na modernidade líquida o tempo que tem história se transforma no tempo que é história, pois torna-se instantâneo e o esforço para acelerar a velocidade ocorre por meio de um sinal eletrônico. Com a instantaneidade, o tempo transforma-se na passagem entre “momentos presentes” viajando em direção ao outro presente adiante, como uma peregrinação, um movimento que se aproxima de um objeto. Sendo sempre projetado para o futuro, o presente passa a carecer de sentido e significado, tornando-se falho, deficiente e incompleto; e com isto a vida do indivíduo passa a ser o caminho percorrido em busca de realizações.

No estágio líquido o tempo é mais importante que o espaço, o “longo prazo” substitui o “curto prazo”, e a duração ao invés de recurso, torna-se risco. O tempo instantâneo leva não apenas à realização imediata, mas também ao esgotamento e desinteresse. Com efeito, instaura-se uma moralidade indiferente às consequências das ações humanas, além de uma cultura que evita a durabilidade e a eternidade.

A sociedade que entra no século XXI não é menos "moderna" que a que entrou no século XX; o máximo que se pode dizer é que ela é moderna de um modo diferente. O que a faz tão moderna como era mais ou menos há um século é o que distingue a modernidade de todas as outras formas históricas do convívio humano: a compulsiva e obsessiva, contínua, irrefreável e sempre incompleta modernização; a opressiva e inerradicável,

insaciável sede de destruição criativa (ou de criatividade destrutiva, se for o caso: de "limpar o lugar" em nome de um "novo e aperfeiçoado" projeto; de "desmantelar" "cortar" "defasar" "reunir" ou "reduzir" tudo isso em nome da maior capacidade de fazer o mesmo no futuro - em nome da produtividade ou da competitividade.⁶

Sobre o contexto globalizado, Santos (1994 apud BRUGGER 2004) adverte que "(...) *o espaço se globaliza, mas não é mundial como um todo, senão como metáfora. Todos os lugares são mundiais, mas não há espaço mundial. Quem se globaliza, mesmo, são as pessoas e os lugares (...)*"⁷. Segundo Bauman (2001), o poder está no controle momentâneo da capacidade de se deslocar rapidamente - na categoria dos que obedecem estão aqueles que não podem se deslocar.

A mudança na relação tempo/espaço altera também a forma de trabalho. O capital, livre da relação sólida com o trabalho e os custos que o prendia e o obrigava a lidar com o explorado, passa a ser livre, volátil e inconstante, e transfere a relação de solidez e constância para o consumidor, tendo em vista que agora, é deste que ele depende para manter sua competitividade e lucratividade. A desregulamentação, a privatização de tarefas e deveres, a incerteza, inconstância, reengenharia e redução de instituições e órgãos, o desemprego gerado pelo avanço tecnológico, transformam o que era considerado uma tarefa para a razão humana e para coletividade, em algo fragmentado. A incerteza se estabelece e o trabalho muda de caráter, deixando de ser o eixo de identidades, projeto de vida e bem estar da nação e humanidade, para ser satisfatório por si e em si mesmo. Com o foco no consumidor, a sociedade muda a ênfase da abstinência para o consumo, que se eleva em demasia e rompe a ética, fazendo com que o adiantamento da satisfação deixe de ser virtude. A satisfação torna-se instantânea e irrefletida; sendo variável e inconstante, deve ser freqüentemente satisfeita para manter seu o vigor, e por conseguinte, precisa ser sempre retomada. Tal instantaneidade propicia uma sensação de recompensa aos indivíduos cada vez mais inseguros (BAUMAN, 2001).

Na modernidade sólida o Estado de bem-estar supria as falhas do sistema capitalista fomentando a economia com investimentos que geravam emprego, renda, e nível de demanda efetiva na economia. Essa política do Welfare State tornou-se

⁶ BAUMAN, Zygmunt. Modernidade Líquida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 36

⁷ SANTOS apud BRÜGGER, P. Educação ou adestramento ambiental? 3 ed. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004. p. 51

desmedida, com gastos extrapolados que geraram a falência de vários Estados. Com o liberalismo econômico o Estado limitou sua ação à reguladora e fiscalizadora, além de reduzir os investimentos e assistencialismo. As práticas neoliberais restritivas abalaram a relação entre o Estado e as classes populares. O Estado, privatizado e elitista, minimiza suas responsabilidades e investimentos, penalizando as classes populares menos favorecidas, que sofrem o agravamento da crise social, através do aumento da desigualdade social.

A redução do aparelho e do controle estatal foi o início da desagradável perturbação, pois a desregulamentação desregulamentou também as relações ao substituir a solidariedade pela competição. A queda da solidariedade desencadeia a queda na forma como a modernidade sólida administrava o medo. A partir deste momento, dissolvem-se também as proteções construídas ou cedidas artificialmente, e os indivíduos passam a se sentir abandonados e entregues a seus próprios recursos. (BAUMAN, 2009)

Bauman (2001) avalia que na atualidade as instituições políticas continuam presentes em suas localidades, mas o poder flui além de seu alcance, pois tendo o capital adquirido mobilidade espacial suficiente para chantagear e submeter as agências políticas, para mantê-lo em seu território o Estado se sujeita e adéqua, criando as melhores condições para a livre empresa e se dispondo eliminar barreiras com desregulamentação e destruição das leis e estatutos.

De acordo com Bauman (2001), no enredo sólido as normas eram ditadas e seguidas por autoridades de líderes, supervisores, professores que ensinavam como melhor proceder, agindo como intermediários entre o bem e o mal ou as questões privadas e públicas. *“O “líder” foi um produto não-intencional, e um complemento necessário, do mundo que tinha por objetivo a “boa sociedade” ou a sociedade “certa e apropriada” e procurava manter as alternativas impróprias à distância. (...)”*⁸. O capitalismo da fase líquida não aboliu autoridades, deixando que várias coexistissem, no entanto, a existência de muitas autoridades as anula mutuamente, e a única efetiva na área é aquela que pode-se escolher entre elas. Na modernidade líquida os líderes são no máximo conselheiros, que diferentemente dos líderes, cuidam do privado, aconselhando sobre a política-vida - não são seguidos, são contratados e, como tal, podem ser demitidos. O autor adverte que as pessoas, no

⁸ BAUMAN, Zygmunt. Modernidade líquida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 76

entanto, não deixaram de ser dominadas, pois a liderança foi substituída pelo espetáculo: o acesso à informação e, não, ao conhecimento, através de aparelhos de televisão e eletrônicos, se tornou uma medida de bem estar.

Todo esse processo de alteração da relação humana com o tempo altera também a relação com o espaço.

3.1 ESPAÇO E COMUNIDADE

Ao longo do estágio sólido, os hábitos nômades foram mal vistos: a cidadania era atrelada ao assentamento, a falta de endereço fixo significava exclusão da comunidade, e os sem teto eram discriminados. Já no estágio fluido, para a elite global contemporânea que é nômade e extraterritorial, fixar-se não é uma questão relevante, uma vez que para esta o solo pode ser alcançado e abandonado imediata ou brevemente. (BAUMAN, 2001).

De acordo com o autor de *Confiança e medo na cidade* (2009), a segregação das elites globais, o descompromisso com a vida local e a distância entre onde os separatistas vivem e o espaço onde habitam os que foram deixados, são tendências da passagem da fase sólida para a líquida da modernidade. O poder real cria condições de atuação para que as pessoas flutuem no espaço global, enquanto as condições políticas permanecem no espaço local. As instituições políticas operam localmente, voltadas para as questões locais e relações do espaço urbano, e por isso perderam a capacidade de soberania; por outro lado, há falta de política no ciberespaço extraterritorial. Como o raio de ação, influência e participação limita-se as questões locais, paira sob o cidadão um sentimento de espectador impotente perante as questões supra-locais. Pautas de origem e causas globais como poluição, segurança, saúde, transporte, só entram no âmbito político quando adquirem repercussão local. “(...) as cidades se transformaram em depósitos de problemas causados pela globalização (...)”⁹, e dessa forma os cidadãos e seus representantes deparam-se com a necessidade de encontrar soluções e políticas

⁹ BAUMAN, Zygmunt. *Confiança e medo na cidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009. p. 32

locais para situações e problemas globais. Esta tarefa de solucionar questões locais criou uma produção de significado e identidade em relação ao sentido de pertence.

O convívio humano foi profundamente afetado pela instantaneidade. De acordo com Bauman (2001), toda a precariedade da política e do mercado reflete nos laços humanos, nas comunidades e nas parcerias. Os compromissos se transformam em contratos temporários, transitórios e passíveis de ruptura unilateral de forma que *“enquanto durar a satisfação (...) laços e parcerias tendem a ser vistos e tratados como coisas destinadas a serem consumidas, e não produzidas (...)”*¹⁰.

Zygmunt Bauman destaca que há nas cidades contemporâneas categorias de espaços que dispensam a civilidade, como os “espaços vazios”, desprovidos de significado, sem barreiras, onde as diferenças podem passar despercebidas, a título de exemplo, os locais que sobram depois da reestruturação de espaços. Muitos destes espaços são parte de um processo de mapear espaços compartilhados por pessoas diferentes. Cada uma destas pessoas possui um mapa mental da cidade com espaços vazios em diferentes localizações; isso ocorre porque cada um evidencia mentalmente áreas da cidade que lhe fazem sentido, e nesse processo outras regiões ficam sem sentido, conforme esclarece: *“O vazio do lugar está no olho de quem vê e nas pernas ou rodas de quem anda. Vazios são os lugares em que não se entra e onde se sentiria perdido e vulnerável, surpreendido e um tanto atemorizado pela presença de humanos”*¹¹

Existem também os “espaços públicos” mas não civis, nos quais há os “não-lugares”, configurados como espaços intermediários cujo destino é ser atravessado e abandonado, como aeroportos, estradas, quartos de hotel e transporte público. *“(...) Um não-lugar é um espaço destituído das expressões simbólicas de identidade, relações e história (...) Jamais na história do mundo os não-lugares ocuparam tanto espaço”*¹². Os não-lugares despertam interesse, mas desencorajam a permanência pela inospitalidade e dispensam o domínio da civilidade, pois neles bastam condutas simples de comportamento. Outro tipo de espaço público não civil são os “espaços de consumo”, que se compartilha sem interação social real. Estar em um templo de consumo é como estar em outro lugar, sempre estética e higienicamente blindado contra os perigos externos, é estar entre aqueles que possuem os mesmos

¹⁰ BAUMAN, Zygmunt. Modernidade Líquida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 187

¹¹ Ibid. p. 122

¹² Ibid. p. 120

interesses e propósitos. O Shopping forja um sentimento de identidade comum, de pertencimento a uma comunidade, que não acontece na vida real, pois neste espaço, essa comunidade não lida com a alteridade do outro, logo, não prescinde de esforço pela empatia, compreensão ou concessão, e assim os encontros são breves e superficiais, de forma a não atrapalhar o propósito das compras.

Essas duas categorias de espaços públicos não civis são equiparadas por Bauman a duas estratégias aludidas por Lévi-Strauss (apud BAUMAN, 2001, p. 118-119), pois ambas lidam com a falta de habilidade da civilidade no que tange ao trato com estranhos: a estratégia antropeômica, equiparada ao não-lugar, consiste expelir e “vomitar” os “estranhos e alheiros”, impedindo o contato físico, o diálogo e a interação social; sua ação ocorre pela separação espacial, acesso ou bloqueio seletivo a espaços. E a estratégia antropofágica, equiparada ao “espaço de consumo”, consiste em devorar e metabolizar a identidade em outra, catequizando, aniquilando e transformando o outro.

Esclarece Bauman que os “não-lugares” ocupam cada vez mais espaço nas cidades e sua simplificação de civilidade difunde o espaço público à sua semelhança, reduzindo cada vez mais o aprendizado civil. Afastar-se do contato e convivência com estranhos evita o desconforto da comunicação difícil, da negociação enervante e das concessões irritantes, no entanto também isola o indivíduo em um abrigo de conformidade, monotonia e uniformização comunitária que acirra a incapacidade de conviver com o diferente e com a multiplicidade urbana, fomentando a sensação de perigo e insegurança gerados pelo estranhamento do outro. Cria-se um círculo vicioso no qual o indivíduo busca segurança, uma identidade e um destino comum que implicam e justificam a separação territorial, conforme o que ocorre nos condomínios e nas comunidades que inventam suas próprias raízes, tradições e futuro comum.

Do ponto de vista de Freud (1996), o processo civilizatório foi estabelecido e conduzido para privar o homem do sofrimento, uma vez que este busca constantemente a felicidade, idealizada na realização de seus prazeres e desejos. No entanto, o desenvolvimento civilizatório abarca uma maioria mais forte do que indivíduos isolados, onde os membros da comunidade impõem restrições à satisfação, estabelecem leis e tornam a ordem incontestável conduta de toda utilidade. Com isso, o impulso de liberdade é tolhido e os indivíduos se esforçam numa acomodação às reivindicações do grupo: “(...) *A ordem é uma espécie de*

*compulsão a ser repetida, compulsão que, ao se estabelecer um regulamento de uma vez por todas, decide quando, onde e como uma coisa será efetuada (...)*¹³.

A construção civilizatória baseia-se numa frustração cultural imposta com renúncia ao instinto, opressão e repressão, e estes preceitos criam insatisfações nas relações sociais. O maior problema na civilização é o sentimento de culpa que permanece no inconsciente ou aparece como um mal-estar, um descontentamento. As satisfações substitutivas para desejos sexuais não realizadas geram a neurose, que oculta um sentimento inconsciente de culpa, que, por sua vez, fortifica os sintomas, utilizando-os como punição. Quando um instinto é reprimido, seus elementos libidinais são transformados em sintomas e seus componentes agressivos em sentimento de culpa.

No processo de desenvolvimento do indivíduo, o princípio do prazer é mantido para satisfazer a felicidade e é regido pelos sentimentos de egoísmo (busca solitária) e altruísmo (união com outros da comunidade). No processo de desenvolvimento civilizatório o objetivo é criar uma unidade a partir dos seres humanos individuais, e assim a busca pela felicidade acaba ficando em segundo plano. Além disso, a comunidade desenvolve um superego que influencia a evolução cultural e (assim com superego individual) estabelece exigências e pune as desobediências. O superego individual e o cultural emitem exigências que podem ser controladas até certos limites, mas caso estes sejam ultrapassados, sofrem uma revolta ou então se tornam infelizes. Com o exposto, nota-se que o processo de desenvolvimento individual civilizatório tende a um aprofundamento cada vez maior da neurose humana leva o ser humano a tornar-se um ser patológico e neurótico; e como este está intrinsecamente ligado ao desenvolvimento civilizatório, depreende-se que as sociedades tendem a convergir para uma neurose social (FREUD, 1996).

Na concepção de Richard Sennett, “(...) *uma cidade é "um assentamento humano em que estranhos têm chance de se encontrar"*”¹⁴. Esse encontro é um evento sem passado e sem futuro intermediado pela civilidade, que é uma máscara que permite a sociabilidade e o convívio. Bauman (2001), define a civilidade como “(...) *a capacidade de interagir com estranhos sem utilizar essa estranheza contra*

¹³ FREUD, Sigmund. O mal-estar na civilização, 1930 [1929]. In: _____. O Futuro de uma Ilusão, O mal-estar na civilização e outros trabalhos, (1927-1931). Rio de Janeiro: Imago, 1996. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. vol. XXI, p. 154

¹⁴ SENNETT, Richard, apud BAUMAN, Zygmunt. Modernidade líquida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 111

*eles e sem pressioná-los a abandoná-la ou a renunciar a alguns dos traços que os fazem estranhos (...)*¹⁵. O meio urbano é um espaço civil que as pessoas compartilham personalidades públicas sem ter a necessidade de expressar pensamentos ou sentimentos íntimos; é uma cidade que se apresenta como um bem comum coletivo que não pode ser reduzido a um aglomerado de intenções individuais, além de manifestar uma forma de vida com características próprias.

Segundo Eric Hobsbawm (apud BAUMAN, 2001 p. 196) o termo 'comunidade' nunca foi tão utilizado quanto nas décadas em que tornaram-se difíceis de se encontrar - o homem procura um sentimento de pertence e estabilidade em um grupo localizado dentro de um mundo instável e incerto. Observa Sennett (1995, apud BAUMAN 2001) a imagem da comunidade é expurgada de toda diferença ou conflito, forjando uma solidariedade que evita que os homens lidem uns com os outros:

(...) a ausência de diferença, o sentimento de que "somos todos semelhantes" o suposto de que "não é preciso negociar pois temos a mesma intenção" é o significado mais profundo da ideia de "comunidade" (...) Desse modo, o mito da solidariedade comunitária é um ritual de purificação¹⁶.

Como caracteriza Bauman (2001), o termo comunidade é hoje definido por fronteiras vigiadas de perto, e não mais por seu conteúdo. O comunitarismo é uma reação de desequilíbrio entre a liberdade e as garantias individuais da modernidade. O paradoxo do comunitarismo é que "(...) *Para realizar o projeto comunitário, é preciso apelar às mesmíssimas (e desimpedidas) escolhas individuais cuja possibilidade havia sido negada. (...)* ¹⁷. Para os comunitários a razão se dá na vida comunitária e no encontro entre homens - a coletividade garante os senões da responsabilidade individual. Já para os liberais o indivíduo precisa se libertar das opiniões herdadas e adquirir responsabilidade individual.

O autor defende ainda que a comunidade é étnica, e a etnicidade naturaliza a história apresentando o cultural como um "fato da natureza" e a liberdade como uma necessidade compreendida (e aceita); isto estimula a lealdade, e a preservação do modelo estabelecido. O próprio modelo contudo, não é uma escolha, pois não ocorre

¹⁵ BAUMAN, Zygmunt. Modernidade Líquida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 122

¹⁶ SENNETT apud Bauman, Z.. Modernidade Líquida Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 116

¹⁷ BAUMAN, Zygmunt. Modernidade Líquida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 195

entre diferentes referências de pertencimento, mas entre pertencimento e falta de raízes. O Estado-nação foi o único caso da modernidade que apostou na comunidade, na ideia da etnicidade e homogeneidade étnica como base da unidade e da auto-afirmação, conquistando com isto, uma construção histórica:

(...) o Estado-nação deveu seu sucesso à supressão de comunidades que se auto-afirmavam; lutou com unhas e dentes contra o "paroquialismo"; os costumes ou "dialetos" locais; promovendo uma língua unificada e uma memória histórica às expensas das tradições comunitárias (...).¹⁸

Bauman (2011) coloca em debate que, antes do recente crescimento do comunitarismo, havia a distinção entre patriotismo e nacionalismo. O patriotismo é a negação dos traços mais rejeitados e vergonhosos do nacionalismo. No nacionalismo, o indivíduo pertence ou não ao grupo e, em qualquer caso há pouco ou nada que possa fazer para mudar sua situação, pois pertencer é um destino, não uma escolha ou projeto de vida. A diferença entre patriotismo e nacionalismo ultrapassa a retórica e entra na política. Seguindo a terminologia de Claude Lévi-Strauss (apud BAUMAN, 2001, p. 118-119), o patriotismo inspira estratégias "antropofágicas" de "devorar" e tornar semelhante os estrangeiros; enquanto que o nacionalismo se associa à estratégia "antropoêmica" de "vomitar" e "cuspir" os diferentes. O autor destaca que

(...) Nem o credo patriótico nem o nacionalista admitem a possibilidade de que as pessoas possam se unir mantendo-se ligadas às suas diferenças, estimando-as e cultivando-as, ou que sua unidade, longe de requerer a semelhança ou promovê-la como um valor a ser ambicionado e buscado, de fato se beneficia da variedade de estilos de vida, ideais e conhecimento, ao mesmo tempo em que acrescenta força e substância ao que as faz o que são - e isso significa ao que as faz diferentes.¹⁹

Bernard Crick (apud BAUMAN, 2001 p. 203) defende para vida em comum a ideia de uma forma de unidade que o nacionalismo e o patriotismo rejeitam:

¹⁸ BAUMAN, Zygmunt. Modernidade líquida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 199

¹⁹ Ibid. p. 203

um tipo de unidade que supõe que a sociedade civilizada é inerentemente pluralista, que viver em conjunto em tal sociedade significa negociação e conciliação de interesses "naturalmente diferentes" e que "é normalmente melhor conciliar interesses diferentes que coagir e oprimir perpetuamente."²⁰

De acordo com Bauman (2001), o pluralismo da moderna sociedade civilizada oferece mais benefícios do que desconfortos, pois amplia os horizontes e multiplica as oportunidades de melhoria de vida. O tipo mais promissor de unidade é a alcançada e realçada a cada dia pelas diferenças, pelo confronto, debate, compromisso entre valores e negociação dos diferentes membros da cidade:

Esse é, essencialmente, o modelo republicano de unidade, de uma unidade emergente que é uma realização conjunta de agentes engajados na busca de auto-identificação; uma unidade que é um resultado, e não uma condição dada apriori, da vida compartilhada; uma unidade erguida pela negociação e reconciliação, e não pela negação, sufocação ou supressão das diferenças. (...) é a única variante da unidade (a única forma de estar juntos) compatível com as condições da modernidade líquida, variante plausível e realista.²¹

De acordo com Ajam Touraine (Apud BAUMAN, 2001, p. 177), a atual sociedade conjectura o fim da definição do ser humano como um ser social que tem seu comportamento e o seu lugar determinado na sociedade. A defesa da especificidade cultural e psicológica dos atores sociais somente ocorrerá com o entendimento de que o princípio de sua combinação pode estar no indivíduo e, não, nas instituições sociais e princípios universais.

Em sua análise Bauman (2009) avalia que somente em um espaço compartilhado é possível se estabelecer relações de compreensão, pois “(...) *É nos lugares que se forma a experiência humana, que ela se acumula, é compartilhada, e que seu sentido é elaborado, assimilado e negociado* (...)”²². Nesta conjuntura, o autor considera que o homem pode refazer e recriar situações e formas de convivência, e construir uma coexistência segura, pacífica e amigável que tornará humana a comunidade dos homens - aprendendo a arte de viver e conviver com as

²⁰ CRICK, Bernard Crick apud BAUMAN, Zygmunt. Modernidade líquida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 203

²¹ BAUMAN, Zygmunt. Modernidade líquida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p.205

²² BAUMAN, Z. Confiança e medo na cidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2009. p. 35

diferenças, o homem pode expandir essa capacidade do espaço local para o global. Sua avaliação sociológica remete a possibilidade de alteração das dimensões contemporâneas fragmentadoras e segregadoras por meio da criação de espaços públicos abertos, convidativos, acolhedores, que propiciem relações de interação, conhecimento, convivência e compreensão dos cidadãos.

(...) É possível ser diferente e viver junto. Pode-se aprender a arte de viver com a diferença, respeitando-a, salvaguardando a diversidade de cada um e aceitando a diversidade do outro. É possível se fazer isso cotidianamente, de modo imperceptível, na cidade (...) ²³

3.2 INDIVIDUALISMO E CIDADANIA

Para Chaddad (2001), o individualismo reforça as ações que causam a degradação ambiental, a dominação e exploração dos recursos naturais e a dominação do homem pelo homem em nome do desenvolvimento econômico e do sistemático progresso tecnológico.

Tocqueville (apud BAUMAN, 2001. p. 45) ao refletir sobre o tema, alertava para o fato de que libertar as pessoas poderia torná-las indiferentes, pois a tendência do indivíduo será sempre maximizar as necessidades para si mesmo; e as únicas coisas que ele esperará do poder público são a garantia da sua liberdade e dos direitos humanos e a segurança de que estará protegido de criminosos.

Para Ortiz (1994 apud CARVALHO 2014, p. 74), no processo de globalização, a cultura do consumo se transformou na definição e na legitimidade dos comportamentos e valores e contribuiu para o processo de individualização: “(...) *é no mercado que os homens praticam sua individualidade e, dessa forma, não faria sentido dificultar determinado pluralismo por razões de ordem particular.*”²⁴

A sensação de confiança em si mesmo, nos outros e nas instituições propiciada no capitalismo sólido foi esfacelada pela insegurança e desconfiança gerada nas desregulamentações. A conjuntura de incerteza, ao invés de unir forças,

²³ BAUMAN, Z. Confiança e medo na cidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2009. p. 89

²⁴ CARVALHO, I.C.M. A questão ambiental e a emergência de um campo de ação político-pedagógica. In: LOUREIRO, C.F.B., LAYRARGUES, P. P., CASTRO, R.S. *Sociedade e meio ambiente: a educação ambiental em debate*. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2012. p. 74

individualiza, pois com a autoconfiança fraca e oscilante, a questão de melhoria deixa de ser coletiva para ser individual. O processo de individualização desintegra a cidadania: enquanto o cidadão busca seu bem no bem-estar da cidade, o indivíduo tende a ser morno e cético em relação à sociedade (BAUMAN, 2001).

O impulso modernizante é a crítica da realidade; privatizar esse impulso gera uma compulsiva autocrítica, pois o indivíduo não terá ninguém a quem culpar pela própria miséria. O indivíduo de jure se frustra e culpa quando não obtém êxito, crendo que a causa da derrota está em si e que a solução é mais determinação. O indivíduo de facto controla seu destino e toma as decisões que deseja. Ocorre que o indivíduo de jure não se torna de facto sem tornar-se cidadão. Para ser autônomo o indivíduo precisa de sociedade autônoma, e esta demanda de uma auto-constituição deliberada e perene, que é uma realização compartilhada de seus membros. Esta premissa se efetiva somente na Política, onde os problemas privados são transmutados para questões, soluções e negociações públicas, que privilegiam o bem comum e a vida em comum na cidade (BAUMAN, 2001).

Relegado pelo sistema à sua própria ascensão ou queda, o indivíduo se expropria de seus interesses e capacidades de cidadão, se abstém sua função de mediador entre os problemas privados e as questões públicas e se desinteressa pelo espaço público, que para ele soa como um espaço coletivo de aflições que só reafirma o imperativo de isolar-se. Reação semelhante ocorre com a política, assembleias e parlamentos dos governos locais ou nacionais: “(...) *Os princípios estratégicos favoritos dos poderes existentes hoje em dia são fuga, evitação e descompromisso, e sua condição ideal é a invisibilidade (...)*”²⁵. Abandonando suas funções, a política volta-se para os problemas individuais, procurando, para problemas privados, soluções públicas. O agravante da priorização da identidade é que os problemas individuais não são acumulativos ou aditivos, e assim fomentam cada vez mais a destituição da esfera pública da sua função social (Bauman, 2001).

Segundo Pierre Bourdieu (apud BAUMAN, 2001 p. 190), o colapso gerado na confiança do indivíduo reflete no do enfraquecimento da vontade de engajamento político e da ação coletiva:

(...) a capacidade de fazer projeções para o futuro, sugere, é a *conditio sine qua non* de todo pensamento “transformador” e de todo esforço de

²⁵ BAUMAN, Zygmunt. Modernidade líquida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 50

reexaminar e reformar o estado presente das coisas – mas projeções sobre o futuro raramente ocorrerão a pessoas que não têm o pé firme no presente (...).²⁶

Bauman (2001) alerta que “(...) *Riscos e contradições continuam a ser socialmente produzidos; são apenas o dever e a necessidade de enfrentá-los que estão sendo individualizados*”.²⁷ O poder político restringe a liberdade, mas sua ausência impossibilita a prática da liberdade legalmente vitoriosa; portanto, apesar da ambígua relação com a autonomia individual, a sociedade é necessária, e para que haja uma verdadeira libertação nesta, é preciso requerer mais da “esfera pública” e do “poder público”. Isto posto, o autor avalia que a teoria crítica é a melhor opção à emancipação, pois ela pode localizar as ameaças e oportunidades da autonomia individual na política-vida pessoal, de forma a examinar as alternativas e gerar a possibilidade de uma vida em comum:

o trabalho do pensamento crítico é trazer à luz os muitos obstáculos que se amontoam no caminho da emancipação. (...) os principais obstáculos (...) estão ligados às crescentes dificuldades de traduzir os problemas privados em questões públicas, de condensar problemas intrinsecamente privado em interesses públicos que são maiores que a soma de seus ingredientes individuais, de recoletivizar as utopias privatizadas da “política-vida” de tal modo que possam assumir novamente a forma das visões da sociedade “boa” e “justa (...).²⁸

3.3 MODERNIDADE E MEIO AMBIENTE

Hans Liebmann na obra *Terra - um planeta inabitável? Da Antiguidade até os nossos dias, toda a trajetória poluidora da humanidade* (1976), apresenta uma análise sobre as negligências ecológicas cometidas pela humanidade ao longo da civilização. Para o autor,

²⁶ BOURDIEU, Pierre apud BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 190

²⁷ BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 43

²⁸ Ibid. p. 62-63

Constitui um erro acreditar que foi somente o homem dos nossos dias que cometeu as mais graves infrações no campo da defesa ecológica. Ao contrário, a configuração do meio ambiente na Antiguidade e na Idade Média demonstra nitidamente que a inobservância dos preceitos ecológicos, já desde a formação dos primeiros núcleos populacionais, de grande porte, por volta do ano de 8000 AC levou ao aparecimento de alterações ecológicas.²⁹

Liebmann (1976) pesquisou recursos hídricos pelas civilizações do Mediterrâneo ao longo de 22 anos, e segundo suas análises, as civilizações antes de Cristo apresentam três características no que tange a questão ecológica: 1. Economia de recursos hídricos: as superfícies de tempos e teatros se inclinavam para calhas que direcionavam a água da chuva para cisternas e a distribuíam para a cidade; as descargas eram abastecidas com a água dos banhos públicos e não com água potável. *“A noção de que se devia economizar água estava profundamente arraigada na mentalidade e na ação dos nossos antepassados (...) A água límpida era reservada exclusivamente para o suprimento de água potável. (...)”*³⁰. No 4º ano a.C. Roma possuía 856 banhos públicos e 14 termas, com consumo diário de 750 milhões de litros – a eliminação dos esgotos era feita nos rios ou no mar, pois não havia preocupação com o tratamento do mesmo. 2. Erosão do solo: a demanda de madeira para moradias, navios e aquecimento interno do assoalho dos banhos públicos era tamanha que os caminhos às matas derrubadas se tornavam cada vez mais extensos. A falta de florestamento e a introdução das práticas agrícolas fomentaram a erosão do solo e geraram a escassez dos recursos hídricos. 3. Higiene: quanto ao lixo, o proprietário de casa era obrigado a manter em ordem e limpo o trecho de rua diante de sua residência. O leito das ruas era pavimentado e arqueado, de forma que as águas escorressem para as sarjetas e para os bueiros. Nenhum poço era aberto no perímetro urbano, de forma que, nestes, não fosse possível penetrar água contaminada pelas camadas superiores do solo. Os poços eram alimentados por águas trazidas por aquedutos.

De acordo com Liebmann (1976), a Idade Média não considerou importantes premissas da antiguidade na preservação do meio ambiente. Destaca-se neste

²⁹ LIEBMANN, Hans. Terra, um planeta inabitável? Da Antiguidade até os nossos dias, toda a trajetória poluidora da humanidade. São Paulo: Melhoramentos, 1976. p. 176-177

³⁰ Ibid. p. 100

período a existência de poucas privadas particulares e públicas; as reduzidas possibilidades de banho para população e o despejo de lixo (fezes animais e humanas, restos de comida e animais mortos,) nas ruas. Em algumas cidades o lixo era recolhido a cada 4 ou 8 dias, e a sujeira alcançava os tornozelos. A falta de eliminação do lixo propiciou a proliferação de ratos e surtos de pestes. Nas cidades medievais a água vinha de poços que a armazenavam via infiltração ou extração direta de águas subterrâneas - como muitos estavam próximos de montes de adubos e fossas, num período de 70 anos cerca de 62.000 pessoas morreram devido a infecções advindas de um sistema errôneo de suprimento de água.

Em decorrência destes apontamentos, Liebmann conjectura que apesar dos avanços arquitetônicos, *“A mentalidade do homem da Antiguidade era de tal maneira egoística que ele, notoriamente apesar de seus conhecimentos excepcionais de ciências naturais, não percebia as relações existentes entre a água, a floresta e o solo (...)”*³¹. Para o autor, tanto na Antiguidade como na Idade Média houve erros sobre a preservação do meio ambiente, mas os danos ecológicos não tinham tanto efeito sobre a comunidade como na Modernidade; na concepção do autor, os motivos considerados estão na população (com suas demandas de água, saneamento e consumo), que antes era extremamente menor do que hoje e na possibilidade de ocupação de novas terras, atualmente, densamente habitadas.

De forma semelhante, Paula Brügger (2004) apresenta que não foi somente a sociedade industrial que provocou desastres ecológicos, extinção de espécies e alterações prejudiciais em ciclos naturais. Entre os exemplos, cita os maoris na Nova Zelândia há mil anos, que extinguiram os moas (aves gigantes) por super-explorarem seu consumo e desflorestarem terras para uso agrícola, degradando o habitat natural da ave; os maias, que desenvolveram uma sociedade hierarquicamente organizada destruindo a floresta tropical; e a chegada dos europeus à Amazônia. A autora destaca, no entanto, que apesar de sempre existirem preocupações e problemas ambientais, eles só adquiriram dimensões globais nas últimas décadas com a civilização industrial:

(...) O poder destruidor de nossa sociedade é incomparavelmente superior ao dos exemplos citados anteriormente tanto no que tange à magnitude

³¹ LIEBMANN, Hans. Terra, um planeta inabitável? Da Antiguidade até os nossos dias, toda a trajetória poluidora da humanidade. São Paulo: Melhoramentos, 1976. p. 132

espaço-temporal, quanto à gravidade e irreversibilidade dos problemas causados. (...) Existe ainda o fato de sermos hoje uma "aldeia global" "" e o que acontece num determinado ponto do planeta pode ser conhecido por todos instantaneamente.³²

Com o Estado pouco ágil, há uma tendência a priorizar a sociedade civil em detrimento dos aparelhos de Estado na busca de soluções para problemas ambientais, ignorando-se o Estado como totalidade (governo e sociedade civil) e as instituições governamentais como mediadoras das relações na sociedade (LOUREIRO, 2012). Os postulados neoliberais ou capitalistas consideram o desenvolvimento sustentável como uma forma de crescimento econômico que leva em conta o comprometimento dos recursos naturais; desta forma, a desigualdade é tratada como um desajuste a ser superado pela universalização do desenvolvimento econômico sustentável. Utiliza-se o mito do desenvolvimento econômico para sanar as desigualdades sociais, no entanto o sistema busca atender as demandas de quem tem poder aquisitivo, e não as da população (CHADDAD, 2011).

A política internacional atual encontra-se em um impasse para lidar com a crise ecológica global devido à desregulamentação do sistema internacional, a inexistência de autoridades com poderes para assumir a gestão dos bens naturais e a dominação da política internacional por atores políticos e econômicos pautados por uma racionalidade individualista e competitiva que dificulta colocar a cooperação acima dos interesses particulares (LEIS, 1999).

Na concepção de Loureiro (2012), a degradação ambiental e a crise na relação sociedade-natureza não resultam apenas de fatores conjunturais, do instinto humano ou do uso indevido dos recursos naturais, mas sim de um conjunto de variáveis interconexas como o capitalismo, a modernidade, o industrialismo, a urbanização e tecnocracia; portanto é imprescindível que a dimensão ideocultural esteja associada à análise e as mudanças estruturais da sociedade.

A crise ecológica extrapola a precária vontade política com o tema e falta de compreensão dos riscos ambientais, desafiando a busca de soluções abrangentes e complexas que transcendem a ciência, a técnica e as instituições políticas. A inter-relação dos problemas ambientais com a economia, a política e a cultura, sugere

³² BRÜGGER, P. Educação ou adestramento ambiental? 3 ed. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004. p. 27

que sua resolução envolve um amplo nível de conhecimentos e de práticas que incluem às ciências naturais e humanas, à cultura, a filosofia e a religião. (CARLEY 1992 apud LEIS, 1999 p. 24)

4 CONSCIÊNCIA

Segundo Marilena Chauí (2000), a consciência é a capacidade humana para conhecer, para saber que conhece e saber o que sabe que conhece. É um conhecimento (das coisas e de si) e um conhecimento desse conhecimento (reflexão). Do ponto de vista psicológico, essa consciência é o eu, é a maneira como o indivíduo se comporta, como compreende as experiências corporais e mentais. Na abordagem moral e ética, a consciência é a pessoa com capacidade livre e racional de compreender, interpretar sua situação e condição social, cultural e histórica, viver conforme as normas e valores da sociedade, e contrapor-se a estas quando necessário. Sob o aspecto político, a consciência é o cidadão, é o indivíduo que se relaciona com a esfera pública do poder e das leis, sendo nas relações sociais, com seus direitos e deveres, ou na classe social com seus interesses de grupo. As consciências moral e política formam-se pelas vivências da consciência individual (psicológica) e os valores sociais e culturais.

A teoria do conhecimento reflete que o homem é um ser racional consciente. A consciência é o sujeito do conhecimento ou a consciência reflexiva: é uma capacidade intelectual dotada do poder de reflexão, auto-conhecimento, análise, síntese e representação voltadas para a vida psíquica, moral e política. Diferente do eu, que vive uma experiência individual e singular, o sujeito vive o conhecimento universal. A percepção espacial e temporal se realiza nas vivências psicológicas individuais e na estrutura e organização das leis, normas e princípios das coisas, que são as mesmas para todos. Segundo Chauí (2000), *“Eu, pessoa, cidadão e sujeito constituem a consciência como subjetividade ativa, sede da razão e do pensamento, capaz de identidade consigo mesma, virtude, direitos e verdade”*.³³ Mas essa subjetividade não está atrelada a uma consciência ativa e alerta, por que existem graus de consciência: a passiva, quando o indivíduo tem uma vaga e

³³ CHAUI, Marilena. Convite à Filosofia. São Paulo. Ética, 2000. p. 148

confusa percepção de si mesmo e do que passa à sua volta, como no devaneio. A consciência vivida, mas não reflexiva, quando a consciência afetiva é egocêntrica, só percebe os outros e as coisas a partir dos seus sentimentos com relação a eles, e não separa o eu e o outro, o eu e as coisas. A consciência ativa e reflexiva, que permite a existência das consciências nas modalidades de eu, pessoa, cidadão e sujeito porque reconhece a diferença entre o interior e o exterior, e entre si e os outros /coisas. Esta última é definida pela fenomenologia como consciência intencional, isto é, a “consciência de alguma coisa” (CHAUÍ, 2000).

A consciência realiza atos (perceber, lembrar, imaginar, falar, refletir, pensar) e visa a conteúdos ou significações (o percebido, o lembrado, o imaginado, o falado, o refletido, o pensado). O sujeito do conhecimento é aquele que reflete sobre as relações entre atos e significações e conhece a estrutura formada por eles (a percepção, a imaginação, a memória, a linguagem, o pensamento).³⁴

Freud (1996) apresenta suas percepções sobre a consciência refletindo que o indivíduo ao nascer possui apenas seu libido e instintos, chamado de ID. O recém-nascido busca o prazer das sensações e não separa seu ego do mundo exterior; já na infância, com as constantes restrições a seus desejos, perde a simbiose com o outro, surgindo o princípio de realidade. Neste momento, o homem aprende a distinguir o que é interno (ego) e o que é externo. Com as restrições e decepções, o ego isola-se do desprazer; no entanto, os esquecimentos que o desenvolvimento do ego desencadeia ao longo do tempo não geram a sua aniquilação, pois “(...) a agressividade é introjetada e internalizada; (...) enviada de volta para o lugar de onde proveio, isto é, dirigida no sentido de seu próprio ego. Aí, é assumida por uma parte do ego, que se coloca contra o resto do ego, como superego (...)”.³⁵

Segundo o autor de *O Mal estar na civilização*, o processo de desenvolvimento do indivíduo na civilização inibe a agressividade. O ego se desdobra em superego que é a consciência moral advinda de um modelo idealizado (que a criança almeja ser igual) e de um modelo restritivo (que a criança detesta, pois foi-lhe imposto e refreou seus desejos). A consciência moral é autoritária e

³⁴ CHAUÍ, Marilena. Convite à Filosofia. São Paulo. Ética, 2000. p. 150

³⁵ FREUD, Sigmund. O mal-estar na civilização, 1930 [1929]. In: _____. O Futuro de uma Ilusão, O mal-estar na civilização e outros trabalhos, (1927-1931). Rio de Janeiro: Imago, 1996. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. vol. XXI, p. 77

austera e coloca contra o ego a agressividade que o ego teria gostado de satisfazer sobre outros, ou seja, coloca o eu em condição de submissão e culpa. Conforme esclarece o autor: “(...) *A civilização, portanto, consegue dominar o perigoso desejo de agressão do indivíduo, enfraquecendo-o, desarmando-o e estabelecendo no seu interior um agente para cuidar dele*”.³⁶

Erich Fromm (2008) debate a teoria freudiana, discordando da proposição de que a consciência é a percepção do que acontece na mente do homem e que a vida mental é aquilo que se produz na consciência. Os conceitos freudianos sofreram influência nacionalista: ao conceito de consciente atribuiu-se demasiada racionalidade e ao inconsciente, demasiada irracionalidade. Freud criticou a sociedade de forma restrita, nos termos liberais, mas aceitou a sociedade burguesa e suas normas. Por ter o conceito de realidade baseado na percepção, ele não percebeu que o que considerava realidade eram fenômenos que uma dada sociedade condiciona. Para Fromm não existe consciente e inconsciente, e sim que se pode ter conhecimento ou não de algo. Grande parte do consciente é fictício, e grande parte do inconsciente é verdade, e esta promove o funcionamento e preserva a estrutura social: “(...) *a verdade nada mais é que o consenso da maioria, manipulado por aqueles que detêm o poder. A maioria está de acordo naquilo que subjetivamente se experimenta como real, verdadeiro, racional e moral* (...)”.³⁷

Na estrutura da sociedade há um filtro social que determina qual parte do conteúdo será consciente e qual permanecerá inconsciente, sendo este composto por três partes: a primeira é a linguagem, que deriva do modo de viver, pois as palavras levam o indivíduo às experiências afetivas a que se referem e a ter ou não noção destas experiências; a segunda é a lógica, pois o que é ilógico em uma cultura não necessariamente será totalmente ilógico em outra, uma vez que cada sociedade compreende dentro de si mesma sua própria negação: é o que é e, ao mesmo tempo, é sua própria negação; e a terceira são os tabus sociais, criados para manter a ordem e a cultura instituídas, cuja violação implica no isolamento. O autor apresenta ainda um quarto elemento do filtro social: a massa de ficção, que é a influência que a sociedade transmite ao indivíduo, e ocorre por meio da chamada

³⁶ FREUD, Sigmund. O mal-estar na civilização, 1930 [1929]. In: _____. O Futuro de uma Ilusão, O mal-estar na civilização e outros trabalhos, (1927-1931). Rio de Janeiro: Imago, 1996. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. vol. XXI, p. 176 -177

³⁷ FROMM, Erich. “Consciência e sociedade industrial”. In: Sociologia e sociedade: leituras de introdução à sociologia. Rio de Janeiro: LTC, 2008. p.109

“lavagem cerebral” que é a influência realizada por um outro grupo, e da educação, que é a influência do próprio grupo. Posto que a consciência compreende apenas as experiências selecionadas pelo filtro social e pela massa de ficção, a consciência é, na verdade, uma “falsa consciência” (FROMM, 2008).

De acordo com o autor de *Consciência e sociedade industrial* (2008), a repressão, os tabus, o medo e a culpa recebem de Freud uma abordagem vinda de causas individuais advindas da família, enquanto para ele, as raízes destas experiências encontram-se na estrutura social. Segundo Marx (apud FROM, 2008 p. 111), “*Não é a consciência do homem que determina o ser, mas, ao contrário, é o ser social que determina a consciência*”.³⁸ Na sociedade industrial o interesse do homem encontra-se na produção, no intercâmbio e no consumo; processo que torna sua própria condição a de uma coisa que troca, manipula e consome outras. Nesta experiência “(...) *a consciência do homem industrial é uma consciência altamente alienada, em que a experiência de sua própria identidade se perdeu* (...)”.³⁹

Diferentemente de Freud (1996), que considerava que o sexo como um dos principais objetos da repressão, Fromm (2008) considera que o elemento que impede o indivíduo de conscientizar-se plenamente das próprias experiências vividas é o medo da ameaça de isolamento social como medida punitiva por entrar em contradição com as experiências do grupo a que pertence:

(...) O que me parece realmente reprimido no homem industrial é a sua ansiedade, sua falta de identidade, sua apatia e sua grande insegurança, do que tenta salvar-se unindo-se a multidão, não sendo diferente do que os outros são, pensam e sentem (...).⁴⁰

Em *Ensaio sobre consciência e emancipação*, Mauro Iasi (2011) apresenta reflexão semelhante à de Fromm (2008) quando remete à teoria freudiana analisando que se a consciência é a interiorização das relações vividas pelos indivíduos, deve-se atentar para o fato de que estas relações têm uma história que o antecede, e, portanto, as informações que este recebe não vêm de sua própria

³⁸ MARX, apud FROMM, Erich. “Consciência e sociedade industrial”. In: *Sociologia e sociedade: leituras de introdução à sociologia*. Rio de Janeiro: LTC, 2008. p.111

³⁹ FROMM, Erich. “Consciência e sociedade industrial”. In: *Sociologia e sociedade: leituras de introdução à sociologia*. Rio de Janeiro: LTC, 2008. p.112

⁴⁰ Ibid. p.112

vivência, mas, sim, de uma sistematização na forma de pensamento e conhecimento. Segundo Marx (apud IASI, 2011, p. 21), “*As relações sociais determinantes, baseadas na propriedade privada capitalista e no assalariamento da força de trabalho, geram as condições para que a atividade humana aliene em vez de humanizar*”. É sobre esta base que a ideologia age e exerce domínio.

Essas relações não permanecem externas, mas se interiorizam como normas, valores e padrões de comportamento, formando com o SUPEREGO, um componente que o indivíduo vê como dele, como autocobrança e não como exigência externa.⁴¹

Segundo Iasi (2011), a consciência se expressa como alienação, pois o indivíduo toma a parte pelo todo e compreende o todo a partir de seu vínculo imediato e particularizado com a parte historicamente determinada de se organizar as instituições, as relações, a família, a escola e o trabalho. A alienação expressa nessa consciência é subjetiva, enraizada como carga afetiva baseada em modelos e identificações de fundo psicológico.

A vivência dessas relações produz uma alienação em três níveis: 1. alienação da natureza – ao viver relações que o coisifica, onde o produto do seu trabalho lhe é estranho e não lhe pertence, o homem aliena-se da natureza, pois é por meio do trabalho que o homem se relaciona com a natureza, a humaniza e assim a compreende. 2. Alienação de si mesmo – ao se alienar de sua atividade vendendo sua força de trabalho, o ser humano torna-se coisa e aliena-se de si próprio. 3. Ao se alienar de si próprio o indivíduo afasta-se do vínculo que o une à espécie. A materialidade dessas relações geradoras da alienação é expressa no universo das ideias como ideologia, que por sua vez encontra nessa consciência a base para sua aceitação (IASI, 2011).

Para Geertz (2008), a construção do desenvolvimento do homem e de sua consciência depende da influência cultural recebida. Desde os primórdios o homem interage e é influenciado pela natureza, sendo ele próprio o resultado de uma exploração e adaptação ao meio ambiente. De forma a sanar suas necessidades,

⁴¹ IASI, Mauro Luis. Ensaio sobre consciência e emancipação. São Paulo: Expressão Popular, 2011. p.18

explorou a natureza e com o avanço e o auxílio de técnicas intensificou a exploração e passou danificar a natureza e o meio ambiente em que vive.

A perspectiva da cultura como “mecanismo de controle” considera o pressuposto de que o pensamento humano é basicamente social e público, no entanto, o autor de *O impacto do conceito de Cultura sobre o conceito de Homem* (GEERTZ, 2008) adverte que pensar consiste em um tráfego de símbolos significantes, que são palavras, gestos, desenhos, sons musicais, artifícios mecânicos, objetos, e qualquer coisa que possa ser usada para impor um significado. Estes símbolos já estão dados quando o indivíduo nasce e eles o acompanham durante a sua vida, com algumas alterações. Ao longo do tempo a cultura modelou o homem, cunhando diversos padrões e símbolos que, por sua vez, criaram e enraizaram uma gama de hábitos de exploração (por vezes predatória) da natureza. Sua consciência em relação à natureza foi portanto estabelecida em uma base que calca a exploração (retirando o que precisa) ou o lazer, sem se preocupar com a necessidade de ponderação, restituição ou manutenção (GEERTZ, 2008).

5 EDUCAÇÃO AMBIENTAL

5.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

Na Segunda Guerra Mundial, após os Estados Unidos explodirem as bombas atômicas sobre Hiroshima e Nagasaki percebe-se que o conhecimento humano pode destruir o mundo, e assim inicia-se o movimento ambientalista que critica as degradações ambientais, o produtivismo e o consumismo.

Segundo Herculano (2001 apud CHADDAD 2011, p. 116-119), são sete as vertentes que compõe o movimento ambientalista: 1) Alternativo ou hippie (1960): revaloriza as filosofias orientais que concebem a natureza como sagrada, enaltece os estilos de vida comunitária e campestre e critica o Estado. 2) Neomalthusiano (1970): baseado na teoria de Malthus, centra sua preocupação em restringir o crescimento demográfico para evitar a degradação da qualidade de vida. 3) Zerista (1972): surge nos debates pré-conferência de Estocolmo e defende a ideia de crescimento econômico zero para o mundo todo, sob pena de uma catástrofe ambiental. 4) Marxista (1971): através do *O Manifesto pela Sobrevivência* critica o consumismo extremado, culpa o interesse do industrialismo capitalista pela degradação ambiental e defende o combate ao capitalismo. 5) Verde ou Ecologista Social (1983): surgiu na Alemanha como um anti-partido, enfoca o não-consumo, a autogestão, a descentralização, a autonomia, a sustentabilidade e justiça social e defende uma economia para as necessidades e não para o lucro, que não agrida o equilíbrio ambiental e priorize o bem comum em lugar do individual. 6) Fundamentalista: propõe visão ecocêntrica, não-humanista, não-antropocêntrica; defende que a espécie humana é uma dentre as demais forma de vida, sem direito de ameaçar outras criaturas. 7) Ecotecnicista ou tecnocentrismo: crê na superação da crise ambiental pelo desenvolvimento da ciência e suas técnicas.

Há dois pólos teóricos opostos que pensam a pós-modernidade: a tendência consumista neoliberal e a pós moderna, originada nos anos 60-70 e que está relacionada ao discurso das responsabilidades humanas (REIGOTA 2002, apud CHADDAD 2011 p. 14). As vertentes do Movimento ambientalista surgiram ao longo de discussões e eventos, sendo o primeiro mais emblemático a Conferência sobre Meio Ambiente em Estocolmo em 1972, na qual estabeleceu-se a relevância de educar o cidadão para problemas ambientais. Na ocasião, a Organização das

Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) ficou responsável pela divulgação e realização dessa nova perspectiva, criando para isto um organismo denominado Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).

Segundo SACHS (2008), na Conferência de Estocolmo surgiram duas posições opostas: o otimismo epistemológico, para o qual preocupar-se com o meio ambiente era descabido, pois as soluções técnicas garantiriam o progresso material das sociedades e neutralizariam as externalidades negativas quando os países em desenvolvimento atingissem o nível de renda per capita dos desenvolvidos. E os pessimistas, para os quais o crescimento demográfico, econômico, consumista, criava a possibilidade de exaustão dos recursos e efeitos caóticos da poluição. A alternativa adotada na Conferência foi intermediária, com o crescimento econômico continuando, mas devendo ser socialmente favorável ao meio ambiente:

(...) o objetivo deveria ser o do estabelecimento de um aproveitamento racional e ecologicamente sustentável da natureza em benefício das populações locais, levando-as a incorporar a preocupação com a conservação da biodiversidade aos seus próprios interesses, como um componente de estratégia de desenvolvimento.⁴²

Em 1975 aconteceu o Seminário Internacional sobre Educação Ambiental em Belgrado (Iugoslávia). Na carta de Belgrado apresentaram-se seis objetivos para a educação ambiental, sendo eles: conscientização: levar os indivíduos e grupos a tomar consciência do meio ambiente global e de problemas conexos; conhecimento: compreender o meio ambiente, os problemas a ele interligados e o papel da responsabilidade humana; comportamento: mudar os comportamentos individuais e sociais gerando interesse para com a proteção e qualidade do meio ambiente; competência: levar indivíduos e grupos a resolver os problemas ambientais, elaborando meios técnicos; capacidade de avaliação: levar o indivíduo a capacidade de avaliar programas e medidas relacionadas ao meio ambiente através de uma linguagem técnico-científica para a compreensão de todos; participação: levar os indivíduos a participação cidadã com percepção de suas responsabilidades para solução dos problemas ambientais e dos direitos e deveres que todos têm para uma melhor qualidade de vida (Reigota 2001 apud CHADDAD, 2011 p. 120-122).

42 SACHS, Ignacy. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Organização: Paula Yone Stroh. Rio de Janeiro: Garamond, 2008. 3ª ed. P. 53

Foram organizados e realizados na seqüência, vários encontros, eongressos e seminários enfatizando a Educação Ambiental como prática transformadora, entre eles o Congresso na Geórgia, 1977; o Tibilisi-Moscou,1987; o Seminário Latino-Americano na Argentina, 1988; a Jornada Internacional paralela à Conferência Oficial RIO-92 da ONU no Brasil, 1992 (LOUREIRO, 2003).

A Conferência de Tibilisi em 1987 foi um marco na educação ambiental, pois demonstrou que a causa principal da degradação ambiental possui raiz na cultura da sociedade industrial, cujo desenvolvimento baseado na competição do mercado, segundo Layrargues “(...) *fornece uma visão de mundo unidimensional, utilitarista e economicista e a curto prazo da realidade, onde o ser humano ocidental percebe-se numa relação de exterioridade e domínio da natureza*”.⁴³ O documento de Tibilisi propõe uma educação ambiental que propicie a construção de valores e a conquista de conhecimentos, atitudes e habilidades voltadas para participação responsável, o que difere das percepção de muitos educadores que limitavam os impactos ambientais à explosão demográfica, agricultura intensiva e crescente urbanização e industrialização, como se estes fenômenos estivessem dissociados da visão de mundo instrumental da sociedade.

A Conferência Rio 92 revisitou o texto de Tibilisi e o reconstruiu na Agenda 21 apresentando três eixos da organização ambiental: 1. Reorientar o ensino para o desenvolvimento sustentável; 2. Aumentar a consciência pública; 3. Promover o treinamento de educadores ambientais (Tozoni-Reis, 2001 apud CHADDAD 2011 p. 126). Paralelamente à Agenda 21 apresentou-se “O tratado de educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e responsabilidade Global” que repete os conselhos de Tbilisi e partes do documento *Cuidando do planeta Terra – uma estratégia para o futuro da vida*, formulado pela IUCN - União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais, o PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, e a WWF Organização não Governamental World Wide Fund for Nature (Dias, 2008 apud CHADDAD, p. 127 -128).

Segundo Leis (1999), apesar da enorme quantidade de informações divulgadas e das discussões realizadas na Conferência do Rio de Janeiro, a maioria

⁴³ LAYRARGUES, P. P. Educação para gestão ambiental: a cidadania no enfrentamento político dos conflitos socioambientais. In: LOUREIRO, C.F.B., LAYRARGUES, P. P., CASTRO, R.S. Sociedade e meio ambiente: a educação ambiental em debate. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2012. p. 92

dos governos dos países ricos não estavam convencidos da necessidade de reestruturar o funcionamento da economia mundial.

Recentemente a Organização das Nações Unidas (2014) divulgou uma síntese do relatório *O caminho para a dignidade até 2030: acabando com a pobreza, transformando todas as vidas e protegendo o planeta*, no qual apresenta um guia para os próximos 15 anos. Entre as diversas medidas estão reduzir a pobreza extrema e a fome, promover a educação, combater doenças e proteger o meio ambiente. Por conveniência ao tema resolveu-se destacar os seguintes objetivos do quadro de objetivos do desenvolvimento sustentável:

4. Garantir uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade e promover a oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.
6. Garantir a disponibilidade de água e sua gestão sustentável e saneamento para todos.
8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo, e o trabalho digno para todos.
9. Construir infra-estrutura resistente, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.
12. Garantir modalidades de consumo e produção sustentáveis.
13. Adotar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus efeitos.
14. Conservar e utilizar de forma sustentável os oceanos, os mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.
15. Proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, implementar o manejo florestal sustentável, combater a desertificação, conter e reverter a degradação das terras e travar a perda de biodiversidade.
16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, facilitando o acesso à justiça para todos e criar instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis.
17. Reforçar os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.⁴⁴

O tópico VI intitulado *Conclusão: unidos em um pacto universal*, item 157 do relatório da ONU, informa que as sociedades estão sofrendo distúrbios, perturbações e pressões advindas da corrosão dos valores, do avanço das desigualdades, das alterações climáticas, das pressões da migração e das pandemias; e destaca que caso a comunidade internacional não exerça sua liderança a serviço dos povos do mundo, corre-se o risco de uma maior

⁴⁴ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS ONU. El camino hacia la dignidad para 2030: acabar con la pobreza y transformar vidas protegiendo el planeta. Informe de síntesis del Secretario General sobre la agenda de desarrollo sostenible después de 2015. p. 16, (tradução nossa).

fragmentação, e que a impunidade e os conflitos coloquem em perigo o planeta, um futuro de paz, o desenvolvimento sustentável e o respeito aos direitos humanos (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2014). Já nos itens 159 e 160 do relatório, aborda-se a possibilidade de transformação, enfatizando-se a necessidade de mudança e a mobilização:

159. (...) Devemos transformar nossa economia, meio ambiente e sociedade. Devemos mudar nossa forma de pensar, nossa conduta e nossos hábitos destrutivos. Devemos apoiar a integração de certos elementos essenciais: a dignidade , as pessoas , a prosperidade , planeta, justiça e parcerias. Devemos construir sociedades coesas, no interesse da paz e da estabilidade internacional. (...) devemos priorizar a adoção de melhores soluções internacionais, tendo em conta os interesses nacionais de cada Estado-Membro.

160. Esse futuro é possível se nós coletivamente mobilizarmos a vontade política e os recursos necessários para fortalecer nossas nações e o sistema multilateral (...) Se os Estados-Membros mobilizarem o mundo em torno da adoção de medidas para o desenvolvimento sustentável a nível nacional e internacional, as Nações Unidas terão demonstrado o seu valor como principal entidade universal, de acordo com os princípios e propósitos da Carta das Nações Unidas (...) Temos de dar significado à promessa desta Organização de "reafirmar a fé na dignidade e no valor da pessoa humana" e avançar o mundo rumo a um futuro sustentável. Com este processo extraordinário e liderança sem precedentes, temos uma oportunidade histórica e dever de agir com coragem, determinação e velocidade para alcançar uma vida digna para todos, não deixando ninguém para trás ⁴⁵

O relatório apresenta ainda “*Seis elementos essenciais para o cumprimento dos objetivos do desenvolvimento sustentável*”⁴⁶, sendo eles: dignidade: acabar com a pobreza e lutar contra as desigualdades; pessoas: garantir uma vida saudável, o conhecimento e a inclusão de mulheres e crianças; prosperidade: desenvolver uma economia sólida, inclusiva e transformadora; planeta: proteger nossos ecossistemas para todas as sociedades e para nossas crianças; justiça: promover sociedades seguras e pacíficas, e instituições sólidas; e associação: incentivar a solidariedade mundial para o desenvolvimento sustentável.

De acordo com o secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon,

⁴⁵ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS ONU. El camino hacia la dignidad para 2030: acabar con la pobreza y transformar vidas protegiendo el planeta. Informe de síntesis del Secretario General sobre la agenda de desarrollo sostenible después de 2015. p. 39-40, (tradução nossa).

⁴⁶ Ibid. p. 18-22, (tradução nossa).

(...) a agenda pós-2015 deve ser construída tendo como base a cooperação global e a solidariedade, pedindo que as metas levem em consideração as diferentes realidades das nações, a capacidades e os níveis de desenvolvimento de cada uma e respeitar políticas nacionais e prioridades.⁴⁷

5.2 ABORDAGENS E TIPOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Paula Brügger (2004) considera que a educação tem sido um esforço de certos grupos ao longo da história para reforçar ou modificar o que existe. A educação ambiental deverá reverter ou abrandar a atual crise ambiental, contribuindo para uma conscientização da sociedade civil, pois segundo a autora *“(...) é na sociedade civil que se encontra a escola, um dos principais instrumentos de organização, produção e reprodução da cultura e do saber”*.⁴⁸

A educação Ambiental possui diversas abordagens e correntes teóricas, cada qual com seu conceito de meio ambiente.

Conforme Sauv   (2009 apud CHADDAD 2011, p. 130-134), o ponto de vista Naturalista considera que o meio ambiente é a natureza, e objetiva reconstruir um laço entre o ser humano e esta; a Conservacionista avalia a natureza como um recurso, e defende adoção de comportamentos de conservação e habilidades pra gestão ambiental; a Resolutiva entende o meio ambiente como um conjunto de problemas a diagnosticar e resolver; a Sist mica tem o meio ambiente como um ecossistema e propõe o pensamento sist mico de análise e síntese com uma visão global; a Científica trata o meio ambiente como objeto de estudo; estuda seus fenômenos, observa, investiga, demonstra e verifica hipóteses, de forma a adquirir conhecimentos em ciências ambientais e elaborar projetos; a Humanista tem o meio ambiente como forma de vida, e intenta um sentimento de pertence em relação ao mesmo; a Moral e  tica analisa o meio ambiente como objeto de valores, e desenvolve um sistema  tico de valores e crítica aos valores sociais; a Holística, na qual o meio ambiente é Todo o ser, pretende desenvolver um conhecimento orgânico do mundo e um atuar participativo com o ambiente; a Bio-regionalista

⁴⁷ ORGANIZAÇÃO DAS NA  OES UNIDAS NO BRASIL, ONUBR. Secretário-geral da ONU apresenta síntese dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável p s-2015.

⁴⁸ BRÜGGER, P. Educação ou adestramento ambiental? 3 ed. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004. p. 41

considera o meio ambiente local, desenvolvendo competências em eco-desenvolvimento comunitário, local e/ou regional; a Prática tem o meio ambiente como um mote de ação e reflexão, e propõe o aprendizado pela ação e na ação; a corrente Crítica se inspira na Teoria Crítica e propõe analisar as dinâmicas sociais encontradas na base das realidades e problemas ambientais, analisando as intenções, posições, argumentos, valores explícitos e implícitos de decisões e ações; a Feminista tem o meio ambiente como objeto de solicitude e sua finalidade é integrar os valores feministas na relação com o meio; a Etnográfica entende o meio ambiente como o território, o lugar de identidade entre natureza e cultura e intenta valorizar a dimensão cultural de sua relação com o meio; a Eco-Educação entende o meio ambiente como a esfera de interação essencial para a formação pessoal, e pretende experimentar o meio para experimentar-se e formar-se em e pelo meio, construindo assim sua relação com os seres vivos e com o mundo; e a corrente da Sustentabilidade, que considera que o meio ambiente é o local dos recursos que devem ser compartilhados por todos, e tem por finalidade promover um desenvolvimento econômico respeitoso com os aspectos sociais e ambientais.

Segundo Brügger (2004), a razão instrumental técnico-científica embrenhada nas relações sociais reflete nos cursos e atividades de pesquisas para formação de "especialistas" em meio ambiente, que tem em sua essência temas técnicos ou naturais, e não sociais, deixando a abordagem filosófica e epistemológica.

No que tange a abordagem acadêmica das Ciências Sociais, Moraes (2005), considera que nesta, a temática encontra-se menos desenvolvida, entretanto, destaca que a mesma esteve presente nos precursores de várias disciplinas das Ciências Humanas e das Sociais. Na Economia Política Clássica, a escola fisiocrática se baseava no conhecimento e respeito às leis naturais considerando a natureza como a fonte do valor; na História, Michelet, Taine e a "Escola dos Annales" relevava o ambiente e sua interação com o homem. Na Ciência Política, os temas estão nas teorizações de Rousseau e Montesquieu. Comte, numa proposição em que é seguido por Durkheim, aponta a "força do meio" como um dos motores do desenvolvimento social. O abandono da temática ocorreu com a crise do positivismo clássico. Por meio de posições metodológicas distintas, as ciências humanas destacaram o estatuto ontológico e a identidade de seus objetos peculiares.

(...) Ocorreu, seja através da incorporação acadêmica do “Marxismo”, seja na revitalização do “Neokantismo”, no desenvolvimento da “Fenomenologia”, ou na valorização da linguagem interpretada pelo “Neopositivismo”, uma ultrapassagem das bases naturalistas fundantes das Ciências Humanas. Nas Ciências Humanas esse movimento foi exemplar e radical. A crítica do determinismo natural (geográfico ou biológico) alimentou-se do enterro das teorias racistas, que são substituídas por abordagens econômicas, políticas ou culturais.⁴⁹

De acordo com Moraes (2005), a perspectiva naturalista encontra cada vez menos espaço nas Ciências Sociais do século XX, refugiando-se na obra dos ideólogos conservadores. Na antropologia, a separação entre a área física e a cultural ilustra este trânsito das Ciências Humanas.

No texto *O impacto do conceito de Cultura sobre o conceito de Homem*, Geertz (2008) destaca essa divisão entre a posição do relativismo cultural e a evolução cultural das ciências sociais: a antropologia moderna considera que os homens são modificados pelos costumes e que a sua concepção deve considerar a variedade e variabilidade cultural. O autor denomina as tentativas de analisar o homem dentro de seus costumes como uma “concepção estratigráfica”, uma vez que nesta o homem é um composto de diversas camadas (cultural – estrutural – social – política - psicológica – biológica - fisiológica – neurológica). Essa estratégia transformou-se em um *consensus gentium* ao tentar delinear um denominador comum de cultura para uniformizar as semelhanças de variadas culturas.

Na opinião de Geertz (2008), o homem não pode ser conceituado com generalizações universais, pois a humanidade é variada e diversa, tanto na essência como na expressão. O homem é definido pela particularidade e pela universalidade, e a ação humana é orientada por valores e programas culturais que são plurais e complexos. A ciência precisa procurar relações entre a diversidade de fenômenos, substituindo a concepção estratigráfica das relações entre os aspectos humanos por uma sintética, na qual os fatores e conceitos biológicos, psicológicos, sociológicos e culturais sejam considerados como variáveis dentro dos sistemas de análise. A abordagem antropológica compreende o homem através da descendência do Homo Sapiens, destacando a evolução física, o desenvolvimento cultural, as mudanças no sistema nervoso, e a compreensão de que o homem é um animal incompleto em termos físicos; posto isto, destaca o autor “(...) isso sugere não existir o que

⁴⁹ MORAES, Antonio Carlos Robert. Meio ambiente e Ciências Humanas. 4ª edição. São Paulo: Annablume, 2005. p. 87

chamamos de natureza humana independente da cultura.(...) a cultura nos modelou como espécie única – e sem dúvida ainda nos está modelando (...).⁵⁰

Em sua análise, Geertz (2008) propõe duas ideias: uma é considerar a cultura como um conjunto de mecanismos de controle, regras, instruções que servem para governar o comportamento e não como padrões concretos de comportamento. E a outra é que o homem é essencialmente dependente destes mecanismos e programas culturais para modelar e ordenar seu comportamento. A cultura, a totalidade de padrões acumulados ao longo do tempo é uma condição essencial para a forma humana e o indivíduo influencia e é influenciado por ela; portanto, utilizar as reformulações do conceito da cultura e do papel da cultura permitem definir o homem de uma forma que enfoque os mecanismos através dos quais suas capacidades são reduzidas e condicionadas às suas ações e realizações. Para se avaliar e conceituar o homem, à ciência deve considerar os detalhes de cada cultura e dos indivíduos dentro de cada uma desta; além de envolver em sua análise a evolução física, a organização social, psicológica, cultural e política. Enfim, abarcar toda diversidade e complexidade humana.

Na concepção de Moraes (2005), é necessário gerar análises sociológicas, antropológicas e políticas da questão ambiental sem reducionismos, discutindo-a temática e abordando a relação sociedade/natureza na ótica dos fenômenos sociais. A clareza teórico-metodológica é imprescindível, pois transportar uma problemática externa ou analisar paradigmas previamente estabelecidos pode equacionar resultados parciais e reducionistas ou reviver a ótica naturalista da temática ambiental das Ciências Sociais.

Para Sorrentino (2005 apud CHADDAD 2011, p.16), a Educação Ambiental deve fomentar à uma maioria submetida e excluída, processos que propiciem seu empoderamento, capacidade de autogestão, e resistência à dominação; gerando, portanto, uma transformação social que propicie a superação das injustiças ambientais, da desigualdade social, e da apropriação capitalista e funcionalista da natureza e da humanidade.

A educação ambiental ao educar para a cidadania e para a democracia, através das metodologias participativas, pode construir a possibilidade da

⁵⁰ GEERTZ, Clifford. O impacto do conceito de Cultura sobre o conceito de Homem In A interpretação das culturas. 1. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008. p. 38

ação política, no sentido de contribuir para formar uma coletividade que é responsável pelo mundo que habita.⁵¹

De acordo com Paula Brügger (2004), a educação ambiental deve ser parte intrínseca da educação e não uma modalidade ou dimensão. Sua compartimentalização a confina a uma perspectiva instrumental, não política, que reduz o problema à poluição, escassez de recursos naturais, redução da biodiversidade, entre outros, convergindo para a reificação da questão ambiental e da educação: o meio ambiente é algo concreto, tangível e pode ser resolvido com as medidas corretas. Considera-se, deste modo, que a educação ambiental se reduz às dimensões naturais e técnicas, posto que seu conceito faz o mesmo. A própria inserção do adjetivo "ambiental" denota que a educação não tem sido ambiental, havendo, portanto, uma educação não ambiental, que é a tradicional, cujo ensino conservador conduz ao uso racional dos recursos naturais e a manutenção de um nível ótimo de produtividade dos ecossistemas naturais. A educação para o meio ambiente implica em uma transformação de valores que suplante as perspectivas técnicas. Para tanto, é imprescindível rediscutir os conceitos de desenvolvimento, ciência, tecnologia e educação, pois envolvem questões econômicas e ideológicas, e à medida que estes forem assumidos de forma "a-histórica" e "apolítica" servirão apenas como adestramento, e neste contexto, as "(...) *atitudes conservacionistas são guiadas pelo medo, por necessidades prementes ou coerção, e não pela liberdade como tomada de consciência* (...)".⁵² O adestramento reproduz e ratifica conceitos e habilidades técnicas sem contribuir com a verdadeira educação, deixando ausente o aspecto de integração do conhecimento e formação de uma visão crítica e criativa da realidade.

⁵¹ Sorrentino et al 2005 apud CHADDAD, F. R. et al. Problemas e questionamentos á Educação Ambiental Crítica. Minas Gerais: VirtualBooks, 201. p. 17

⁵² BRÜGGER, P. Educação ou adestramento ambiental? 3 ed. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004. p. 92

5.3 EDUCAÇÃO AMBIENTAL E CONSCIÊNCIA

De acordo com Sachs (2008), a consciência ecológica é um desafio planetário que envolve complexidades como redução de consumo e reflexão sobre o limite dos recursos. No entendimento do autor,

A ONU tem tido um sucesso proeminente na promoção da conscientização ambiental, incorporando-a ao conceito de desenvolvimento multidimensional. Nos 20 anos decorridos entre as conferências de Estocolmo e a do Rio, alcançou-se um substancial progresso em termos da institucionalização do interesse pelo meio ambiente, com o lançamento do Programa do Meio Ambiente da ONU e com o avanço na proteção do meio ambiente global por uma série de tratados internacionais (...).⁵³

A pesquisa intitulada “*O que o brasileiro pensa do meio ambiente e do consumo sustentável*” (2012)⁵⁴ realizada pelo Ministério do Meio Ambiente nas cinco regiões brasileiras em áreas urbanas e rurais, dialogou com edições anteriores de pesquisas, de modo a formar um panorama comparativo dos últimos vinte anos, com o objetivo de expor um painel da opinião da população brasileira adulta sobre meio ambiente e sustentabilidade.

O relatório da pesquisa acima mencionada apresenta seis principais abordagens: 1. Continuidade da evolução na consciência ambiental dos brasileiros: houve uma variação de 47% em 1992 para 11% em 2012 no número de pessoas que não sabiam citar um problema ambiental; cresceram os percentuais da percepção ambiental e ampliou-se a noção do conceito de meio ambiente. 2. Visibilidade de conceitos e acesso à informação: inseriram-se no repertório conceitos ambientais como consumo e desenvolvimento sustentável; no entanto, há baixa percepção sobre as ações empresariais e baixo conhecimento sobre “empresa cidadã”. 3. Hábitos de consumo e descarte - o desafio da adequação de comportamentos: constatou-se que ainda há hábitos prejudiciais ao meio ambiente; contudo, resultados sobre os hábitos de consumo e reciclagem indicam que políticas de reduções ou melhorias ressoam na população, provocando disposição para adesão. 4. Rio+20 e agenda socioambiental: notou-se que a noção do meio

⁵³ SACHS, Ignacy. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Organização: Paula Yone Stroh. Rio de Janeiro: Garamond, 2008. 3ª ed. p. 59

⁵⁴ MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. O que o brasileiro pensa do meio ambiente e do consumo sustentável: Pesquisa nacional de opinião: principais resultados. Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental. Rio de Janeiro: Overview, 2012. p. 09 -10

ambiente que prevalece é a do desenvolvimento sustentável e que a “proteção da natureza” é o que se destaca quando os brasileiros pensam na Rio+20, o que evidencia a ideia de meio ambiente apoiada nos três pilares – ambiental, econômico e social – precisa ser divulgada com mais intensidade. 5 - Quem são os responsáveis por cuidar de problemas ambientais?: a percepção de que é o governo quem deve cuidar de sanar os problemas ambientais predomina sobre a responsabilidade das comunidades e das pessoas. 6 - Predominância do pensamento pró-meio ambiente: os brasileiros não consideram a exagerada a preocupação ambiental no Brasil, não estão dispostos a ter mais progresso econômico em detrimento dos recursos naturais e o perfil que agrupa a visão e o conjunto de ações pró-ambiente é de pessoas mais escolarizadas e residentes em áreas urbanas, independente do gênero e da renda.

Dentro desta abordagem Hannigan (apud LOUREIRO, 2012, p. 31) alerta para o fato de que “(...) *Cresce a consciência ambiental, promovida pelo fluxo crescente de informações na globalização e pela massiva expansão dos valores pós-materialistas de classe média* (...). Loureiro (2012) destaca que a percepção e sensibilização da problemática ambiental não significam um aumento de consciência, pois “(...) *a consciência, para ser ecológica, precisa ser crítica*”.⁵⁵

De forma semelhante, Chaddad (2011) adverte que as propostas da ONU avançaram a temática de Educação Ambiental, criando possibilidades de discussões, parcerias, cursos; entretanto, a educação proposta não questiona ou critica o modo de produção capitalista: “(...) *querem reeditar o “Mito do Desenvolvimento Econômico”, como se o desenvolvimento sustentável fosse apenas um problema tecnológico e financeiro e, este, apenas uma escada a ser galgada* (...) *pelas nações subdesenvolvidas*”⁵⁶

De acordo com Loureiro (2012), “(...) *Na medida em que se entende que o exercício da ecocidadania está debilitado, o nível de consciência também o é* (...)”.⁵⁷ O estudo do autor demonstra que a região Sudeste do Brasil possui o maior índice de escolaridade e formação superior, no entanto, apresenta frequentes ocorrências

⁵⁵ LOUREIRO, C. F. B. Teoria social e questão ambiental: pressupostos para uma práxis crítica em educação ambiental In: LOUREIRO, C.F.B., LAYRARGUES, P. P., CASTRO, R.S. *Sociedade e meio ambiente: a educação ambiental em debate*. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2012. p. 36

⁵⁶ CHADDAD, F. R. et. al. Problemas e questionamentos á Educação Ambiental Crítica. Minas Gerais: VirtualBooks, 2011. p. 127

⁵⁷ LOUREIRO, C. F. B. Teoria social e questão ambiental: pressupostos para uma práxis crítica em educação ambiental. In: LOUREIRO, C.F.B., LAYRARGUES, P. P., CASTRO, R.S. *Sociedade e meio ambiente: a educação ambiental em debate*. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2012. p. 34

de descaso, irresponsabilidade ambiental, depredação de bens, aumento de veículos, etc.; o que evidencia uma desvinculação do ensino com os problemas fora da escola ou sua deficiente repercussão no cotidiano. Para o autor, a ameaça à sobrevivência e a distância entre teoria social e questão ambiental, facilita um ambientalismo pragmático baseado na gestão ideal dos recursos, na busca desenfreada pela resolução de problemas imediatos e na solidariedade como panacéia. Além disso, a generalização humana como destrutiva e má responsabiliza o indivíduo gerando programas ambientais falhos por considerarem os componentes educativos sob o aspecto exclusivamente moral e comportamental; conforme o seu exemplo sobre alguns projetos escolares de Coleta Seletiva de Lixo:

(...) Em grande parte estes acabam, intencionalmente ou não, reproduzindo uma educação ambiental voltada para a reciclagem, sem discutir a relação produção-consumo (...) Ou seja, o, lixo não é visto nem enfrentado como um problema em sua complexidade e totalidade, mas apenas como fator de reciclagem de determinados recursos, favorecendo mais a certos setores sociais do que ao conjunto da sociedade e ao ambiente.⁵⁸

Neste sentido, salienta Brugger (2004),

(...) além do "plante uma árvore", quase nada mais é feito, ou seja, as causas dos desmatamentos são raramente questionadas e o que é pior: às vezes os desmatamentos são atribuídos ao "progresso" e seu preço! Mas o que é progresso não se discute, principalmente como ele se produz e quem o impulsiona. Nessas condições, o que deveria ser um tema gerador ou um fio condutor se adúltera, freqüentemente, em um tipo de instrução de caráter essencialmente técnico, que mais se assemelha a um "adestramento", reduzindo a questão ambiental a uma dimensão meramente técnica.⁵⁹

Este quadro reforça a compreensão do meio ambiente como sendo externo ao ser humano e transforma a educação ambiental em práticas educativas não críticas, isoladas e alienadas da realidade dos envolvidos. Desta maneira, o desenvolvimento sustentável deve ceder lugar a uma proposta que crie condições à qualidade de vida das populações urbano-industriais, com técnicas e conhecimentos

⁵⁸ LOUREIRO, C. F. B. (Org). Cidadania e Meio Ambiente. Série Construindo os Recursos do Amanhã. v 1. Salvador: NEAMA, CRA - Centro de Recursos Ambientais, 2003. p. 39

⁵⁹ BRÜGGER, P. Educação ou adestramento ambiental? 3 ed. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004. p. 36

científicos apropriados às regiões, com apoio político e social para alcançá-la, que defenda uma vida baseada na satisfação diferenciada de necessidades e avessa ao sistema capitalista neoliberal. Um dos mecanismos é a educação ambiental crítica, que não define a relação do homem/homem e homem/natureza pela razão instrumental do sistema capitalista industrial e biotecnológico, mas a constrói de forma social, política e ambientalmente equilibrada pelo conjunto de homens, valendo-se de conhecimentos científicos não reducionistas sobre a natureza com elementos importantes na construção de um novo estar e uma nova ética para a humanidade (CHADDAD 2011).

Por meios destes objetivos, Reigota (2001 apud CHADDAD 2011, p. 17) considera que a educação ambiental pode convergir para a não coisificação, formando cidadãos atuantes, conscientes dos seus direitos e deveres, com consciência e conhecimento da problemática global.

Considerando as complexidades da consciência humana na sociedade industrial, Fromm (2008) pondera que

(...) no que se refere às sociedades atuais, é certo que nossa mente consciente, isto, é, o filtro social em si, pode ser liberada em alto grau por meio de uma função que também é um processo da mente humana, ou seja, o pensamento crítico – a atitude crítica e indagadora e, especificamente, a que interroga sobre a estrutura, a função e a ideologia de uma dada sociedade (...).⁶⁰

⁶⁰ FROMM, Erich. “Consciência e sociedade industrial”. In: Sociologia e sociedade: leituras de introdução à sociologia. Rio de Janeiro: LTC, 2008. p.111 - 112

6 LITERATURA DE ÍTALO CALVINO

Reconhecendo-se que a ficção contida na literatura pode instigar o pensamento e a reflexão, propõe-se uma contemplação acerca da obra de Ítalo Calvino, no intuito de sugerir sua implementação junto à Educação Ambiental, uma vez que seu conteúdo instiga uma leitura crítica e, por conseguinte uma observação mais perspicaz da realidade.

Ítalo Calvino foi escritor italiano nascido em 1923, que revelou em suas narrativas as cidades modernas e personagens envolvidos em tramas que abordam questões relativas às transformações na vida citadina e nos relacionamentos, o homem como sujeito e objeto nesta, às transformações na paisagem e no meio ambiente e as diferentes percepções e reações em relação a estas. No que tange à temática da consciência ambiental considera-se que o autor abrange-a amplamente, pois além de abordá-la nas narrativas, inseriu-a em seus escritos autobiográficos publicados reunidos no livro *O caminho de San Giovanni* (2000). O texto *La Poubelle agréée*⁶¹ é uma expressão que significa lixeira agradável, que condiz às arrojadas e esteticamente viáveis latas de lixo modernas, e apresenta uma alusão à vida contemporânea. Neste texto, do ato de retirar o lixo de casa o autor desmembra diversas e profundas reflexões sobre ser e ter, identidade, escolha, consumo, produção industrial, desigualdade social, alienação, reificação, mídia, lixo, coleta, reciclagem, e outras. Ganha destaque no texto seu posicionamento pessoal:

(...) no momento em que esvazio a lixeira (...) embora ainda agindo como humilde roda do mecanismo doméstico, já estou investido de um **papel social**, constituo-me em primeira engrenagem de uma cadeia de operações decisivas para convivência coletiva, ratifico minha dependência das instituições, sem as quais morreria sepultado por meus próprios resíduos em minha casa (...) ⁶².

Dada estas considerações, esclarece-se que as obras selecionadas foram *A Especulação Imobiliária*, escrita em 1957, *Marcovaldo ou As estações na cidade*, datada de 1963 e *As cidades invisíveis*, de 1972. No desenvolvimento optou-se por extrair e apresentar de cada obra um breve resumo do considerado como pertinente

⁶¹ CALVINO, Ítalo. *La poubelle agréée*. In: *O caminho de San Giovanni*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000. p.77-101.

⁶² Ibid.p. 82 (grifo nosso)

às temáticas do trabalho, sendo estes acompanhadas de algumas reflexões correlacionadas ao contexto teórico apresentado.

6.1 ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA

O enredo se passa na Itália de 1950, após a segunda Guerra Mundial, período no qual as cidades estão se reconstruindo com grande ênfase nos empreendimentos financeiros e imobiliários.

(...) a cidade de Quinto, outrora circundada por umbrosos jardins de eucaliptos e magnólias (...) agora as escavadoras revolviam o terreno (...) a picareta derrubava os sobrados e o machado abatia, num estalido de papel, os leques das palmeiras Washingtonia, no mesmo céu onde se erguiam os futuros ensolarados três quartos com dependências.⁶³

O livro tem como sujeito principal Quinto Anfossi, um ex-intelectual comunista, combatente da Segunda Guerra e ex-morador da região da Riviera na Itália, que no intento de sanar as dívidas financeiras contraídas com impostos sobre a herança paterna, decide retornar à terra natal e participar da especulação imobiliária italiana para vender parte da casa de sua família. Tanto na viagem quanto na chegada, o personagem percebe mudanças na paisagem.

(...) novas construções que se erguiam, edifícios urbanos de seis, oito andares (...) aproximando do mar sempre um maior número de janelas e varandas. A febre do cimento tomara conta da Riviera: lá se via o edifício já habitado (...) mais adiante ainda um castelo de andaimes e, embaixo, a betoneira giratória e o cartaz da agência com o anúncio de venda dos apartamentos.⁶⁴

Logo ao chegar à sua antiga vila, realça-se à vista do ex morador as alterações locais; percepção que o leva a comparar as lembranças do passado com as constatações presentes:

⁶³ Ibid..p. 08

⁶⁴ Ibid. p. 07-08

(...) ao lado via um amontoado de casas bolorentas e cheias de fungos da cidade velha, entre a vertente da colina, a oeste, onde sobre as hortas se adensava o olival, e, a leste, um reino de vilas e hotéis verdes como um bosque, sob o dorso despido de árvores dos campos de cravos abundantes de viveiros até o cabo: agora, nada mais se via além de um amontoado geométrico de paralelepípedos e poliedros, cumeeiras e lados de casas, de cá e de lá, telhados, janelas (...).⁶⁵

Para resolver seus problemas financeiros, Quinto decide vender o “terreno dos vasilhames”, local que outrora havia sido a horta da casa e que, posteriormente, foi transformado em um depósito de vasos e adubos, criando uma temperatura úmida e adequada à plantas raras. De forma a dar vazão ao seu empreendimento, estabelece negócios com Caisotti, um homem do campo que após a guerra tornara-se um construtor trapaceiro. Apesar pouca fidúcia no empresário e dos constantes alertas de conhecidos, realiza parceria com o construtor e posteriormente decide formar sociedade com o mesmo na construção que realizar-se-ia em seu terreno. Durante todo o decorrer desta parceria, o personagem vê-se em meio a confusões, desentendimentos e intempéries, conforme cita sobre a parceria:

(...) Dois revolucionários, um camponês e outro estudante, dois que se rebelaram juntos com a ideia de que a Itália estava toda por se reconstruir; e agora, o que se tornaram: dois que aceitavam o mundo como é, que correm atrás do dinheiro (...) dois trapalhões da especulação imobiliária (...).⁶⁶

Nota-se por meio dos personagens, partes que aludem às relações pessoais, econômicas e sociais sendo influenciadas e mediadas pelo expansionismo econômico capitalista, conforme observa Bauman (2001) na modernidade; assim como desencantamento, perda da identidade e significação da vida do homem, citado por Erich Fromm (2008), conforme se observa no trecho abaixo:

(...) Se um homem não desenvolve uma atividade econômica não é um homem de valor. Os proletários sempre tem, todavia, a luta sindical. Nós, ao invés, destacamos as perspectivas históricas dos interesses e, assim, perdemos todo o sabor da vida, nos desfazemos, não significamos mais nada.⁶⁷

⁶⁵ Ibid.. p. 08

⁶⁶ Ibid.. p. 123

⁶⁷ Ibid.. p. 50

Sendo um curioso e perspicaz observador das mudanças geográficas, ambientais, comportamentais, culturais e sociais, Quinto critica a crença em um sistema de recompensas, em um episódio no qual reflete sobre como os jovens descuidam, destroem e desfrutam de forma exploratória lugares, símbolos e bens, acreditando sempre em um vindouro momento restaurador ou compensatório. Desta passagem pode-se aferir tanto a crença otimista do homem moderno no progresso, na ciência e no futuro, como também o grau de percepção crítica do personagem.

Apesar das observações críticas, o decorrer da estória oscila entre os interesses intelectuais e empreendedores, apresentando posturas confusas e hesitantes, como o momento da construção no terreno dos vasilhames em que Quinto se apercebe do local e se arrepende da construção: “(...) *até então jamais percebera que uma vida tão rica e variada brotasse naqueles quatro palmos de terra (...) foi tomado de tristeza e de um grande amor até mesmo pelas borragens e urtigas, amor que era quase arrependimento (...)*”⁶⁸. Apesar de conjecturar as situações econômicas e sociais, o personagem rende-se impotentemente à ideologia do *self-made man* e às avassaladoras e influentes necessidades capitalistas, escolhendo sempre o mais vantajoso e conveniente financeiramente; o que ocorre no caso da parceria com Caisoti, pois Quinto relegou a desonestidade constatada deste em prol do benefício à prazo curto prazo que acreditou que receberia.

Quinto é um personagem que rejeita as lembranças do passado mantendo uma postura afastada das coisas, lugares e pessoas; possui relações amorosas frívolas e por vezes canaliza suas frustrações em terceiros, como no irmão. Quando lugares, situações ou sujeitos ativam suas lembranças, opta por manter a indiferença, como no trecho “(...) *reconhecer a simpatia humana do carpinteiro não entrava na sua disposição de ânimo (...)*”⁶⁹. Uma escolha influenciada pela necessidade de distanciamento social desencadeados pela guerra, como destaca o excerto: “(...) *Eram boa gente, amiga, sem desconfiança, mas Quinto não desejava sentir-se entre amigos, pelo contrário, o verdadeiro sentido e compreensão dos tempos estavam em ficar alerta, com a pistola apontada (...)*”⁷⁰. A desconfiança e a indisposição relatadas caracterizam o mecanismo de defesa e a individualização que

⁶⁸ Ibid.. p. 74

⁶⁹ Ibid.. p. 34

⁷⁰ Ibid.. p. 37

floresceu no homem moderno devido à desconfiança tanto nas pessoas como nas instituições. A incerteza e a insegurança geradas pela desestabilização econômica capitalista, também remetem ao conceito antropológico de Lévi-Strauss (apud BAUMAN, 2001, p. 118-119) equiparado ao não-lugar, pois olvidar pessoas proporciona o afastamento destas e gera a sensação de segurança.

A falta de vínculo com o local gerado pelos não lugares e a desintegração da cidadania, que envolve o indivíduo em desesperança, ceticismo político e social e insatisfação apática, aparece nos personagens em uma postura de passividade perante as mudanças: “(...) *O que é que se pode fazer? (...) sabe-se inúteis as lamentações contra o movimento da história (...)*”⁷¹ ou como na passagem: “(...) *nem mesmo a saudade do velho mundo que desaparecia agia nele; a cidade, vista daquelas calçadas, parecia sempre a mesma, desgraçadamente igual, e aquilo que havia de novo – rostos, juventude, lojas – não importava nada (...)*”⁷². Até mesmo os personagens que apresentam laços com o espaço local, ao constatar a transformação nociva e opressiva pela qual a cidade passa, permanecem apáticos, almejando passivamente sua ruptura:

(...) o tom de sensata recriminação de sua mãe não atingia jamais aquele nível amargo (...) não, nenhum pretexto de polêmica ele encontrava na serena tristeza de sua mãe, e tanto mais se agitava e nele um desejo de sair da passividade, de passar à ofensiva (...).⁷³

Esta sensação de impotência é reforçada por Cerveteri no episódio em que narra um sonho no qual tenta pegar uma borboleta noturna com um garfo, de maneira que, ao ser levada à boca se esmigalha e solta um pó cinza que invade tudo. Da descrição da borboleta como “(...) *a reprodução em preto de um Kandinsky, não de um Klee*”⁷⁴ e do desfecho do sonho, deduz-se referência ao sentimento social generalizado de impotência perante a avassaladora destruição capitalista desse “cinza que invade tudo”, não só o material, mas as relações, perspectivas, aspirações e crenças; uma vez que a cor *Kandinsky* destacada simboliza a morte e um nada sem possibilidades, e a citação de Klee refere-se a famosa interpretação

⁷¹ Ibid.. p. 09

⁷² Ibid.. p. 33

⁷³ Ibid.. p. 10

⁷⁴ Ibid.. p. 50

de Walter Benjamin sobre o quadro *Angelus Novus* do artista, no qual reflete sobre a devastadora ação do progresso na história da humanidade.

Dentre as passagens que constatarem o estado psíquico de repressão e revolta da neurose social citada por Freud, está a cena em que Quinto agride fisicamente seu irmão e este não reage, tomando apenas uma postura física de defesa; ou o momento em que Angerlin, funcionário subjugado e explorado de Caisotti, rebela-se em um rompante violento contra este, mas logo que constata seu o contragolpe, retoma sua postura submissa, sendo espancado pelo patrão com tal ira que beira a morte, o que só não acontece devido à intervenção da mãe de Quinto – a única a reagir e intervir no confronto, pois os demais apenas assistiam a cena apaticamente.

A postura indiferente, rígida, endurecida, desconfiada, desesperançada e frívola das relações no pós-segunda guerra e do avanço da modernidade líquida, permeia os principais personagens: ao se apegar a especulação financeira como forma de sobrevivência, Caisotti absorve as características do mercado, sendo agressivo, severo, pragmático e alheio ao que lhe é externo. Ampélio, irmão de Quinto, está sempre distante, desinteressado, apático e indiferente a tudo, interessando-se e reagindo apenas no que se refere a decisões financeiras. Ademais, as características físicas dos personagens denotam as peculiares do modernas citadas: Caisotti é descrito com aspecto de tubarão, risada tétrica e ar de cão; Ampélio, de personalidade evasiva, apresenta-se de forma oculta, apartada, com as feições sempre escondidas “(...) *barba negra, óculos grossos que não deixavam ver os olhos* (...)”⁷⁵.

Todo esse cenário de ações econômicas, alienação e adoção de posturas enrijecidas, indiferentes, desonestas agravarão as relações já então depredadoras e exploratórias do homem com o meio ambiente, tornando-as reificadas, e transmutando-as em relações turísticas. “(...) *Nascera, pois, a civilização do turismo, e a faixa costeira progrediu, enquanto o interior empobrecia e se despovoava.* (...)”⁷⁶.

(...) *E na estação em que outrora, os milordes e as duquesas deixavam a Riviera e se deslocavam para os sombrios bosques do Karlsbad e Spa, (...) agora nos apartamentos balneários, substituíam os velhos, as senhoras com os filhos, e para os maridos ocupadíssimos, começava a faina das corridas entre sábado e domingo.*⁷⁷

⁷⁵ Ibid.. p. 55

⁷⁶ Ibid.. p. 96

⁷⁷ Ibid.. p. 99

O avanço capitalista implica na exploração da natureza, mas desencadeia, concomitantemente, a exploração humana. Ao apartar-se de lugares e ambientes, seja através do esquecimento ou da apatia, o indivíduo propicia a livre degradação destes sem sentimentos de pesar ou responsabilidades com o mesmo, uma vez que não reverbera no indivíduo um sentimento de pertence. Esse distanciamento aparece intensificado pela reificação e alienação, pois embora possua ligação e memória com o lugar, acaba se distanciando emocionalmente devido a coisificação do indivíduo, que deixa de perceber-se enquanto parte desse todo.

6.2 MARCOVALDO OU AS ESTAÇÕES NA CIDADE

Por meio do personagem principal Marcovaldo, Ítalo Calvino apresenta vinte contos intermediados nas quatro estações do ano.

Marcovaldo, um operário que vive em condições paupérrimas com a esposa e três filhos, retrata a derradeira sensibilidade humana. Em meio à tumultuada, acelerada e exaustiva vida citadina, o personagem percebe a natureza nas mais múltiplas e variadas situações. Sua percepção no entanto, ocorre sempre sob circunstâncias cômicas e melancólicas, que denunciam desolação, exploração e mazelas sociais. Em relação à natureza, nota-se aspectos como ausência, escassez, degradação, artificialidade e por vezes, decepção. Seu perfil aparece delineado logo no começo, no conto *Cogumelos na cidade*:

(...) tinha um olho pouco adequado para a vida da cidade: avisos, semáforos, vitrines, letreiros luminosos, cartazes, por mais estudados que fossem para atrair a atenção, jamais detinham seu olhar (...) Já uma folha amarelando num ramo, uma pena que se deixasse prender numa telha, não lhe escapavam nunca: não havia mosca no dorso de um cavalo, buraco de cupim numa mesa, casca de figo se desfazendo na calçada que Marcovaldo não observasse e comentasse, descobrindo nas mudanças da estação, seus desejos mais íntimos e as misérias de sua existência.⁷⁸

⁷⁸ CALVINO, Ítalo. Marcovaldo ou As estações na cidade. (trad. Nilson Moulin) São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p. 07

A percepção e sensibilidade do personagem são destaques no conto “A cidade toda para ele”, quando caminha solitariamente pelas ruas.

(...) olhar de Marcovaldo perscrutava ao redor buscando o aflorar de uma cidade diferente, uma cidade de cascas, escamas, brotos e nervuras sob a cidade de verniz, asfalto, vidro e reboco. (...) seguia um pouco o itinerário de uma fileira de formigas, depois se deixava desviar do vôo de um escaravelho perdido (...) o movimento sinuoso de uma minhoca (...) descobria que nas bancas de jornais, do lado norte, se formava uma delicada camada de mofo (...).⁷⁹

Diferente de Quinto Anfossi, personagem do livro *A especulação Imobiliária*, que não possui identificação com a natureza e rejeita qualquer reminiscência com o passado, percebe-se que Marcovaldo, apesar do autor não mencionar seu passado, possui na memória um estreito vínculo com a natureza: (...) *Marcovaldo, com o nariz para cima, saboreava o aroma da chuva, um aroma – para ele – já de bosques e gramados, e ia buscando com a mente lembranças indistintas (...).*⁸⁰

O protagonista aspira constantemente à proximidade com a natureza, imaginando adquirir com esta a paz, o silêncio, a liberdade ou restabelecimento da saúde, no entanto depara-se incessantemente com uma contraditória realidade. No conto *Férias num banco de praça*, anseia por um repouso na área arborizada: “(...) *quem me dera dormir aqui, sozinho em meio a este verde tão fresco (...)*”⁸¹, mas depara-se com o som da máquina de soldar rompendo o silêncio, o semáforo obstruindo a lua e o fedor do lixo urbano abafando a fragrância do roseiral. Já em *A cidade perdida na neve*, após se deleitar com a cidade encoberta sob a neve imaginando-a para si, acorda para a realidade: “(...) *aos olhos de Marcovaldo se reapresentou o pátio de sempre, os muros cinzentos, as caixas do armazém, as coisas de todos os dias, ásperas e hostis*”⁸². As aspirações versus realidades refletem-se também nas condições econômico-sociais. Em *Uma viagem com as vacas*, após ver o filho ir trabalhar com um rebanho, imagina a melhor situação “(...) *lá no alto, parecia-se ver cintilar copas de bordos e castanheiras, e zumbir abelhas selvagens, e Michelino lá em cima, preguiçoso e feliz, entre o leite e o mel e as*

⁷⁹ Ibid. p. 112.

⁸⁰ Ibid. p. 90

⁸¹ Ibid. p. 11

⁸² Ibid. p. 27

*amoras nas sebes*⁸³. O relatado do filho ao retornar no entanto, denuncia um trabalho escravo, desmascarando assim a ludibriosa empreitada.

O sentimento de exploração, invisibilidade social e solidão agravado na sociedade capitalista aparecem diversas vezes na narrativa, como no conto *A cidade perdida na neve*, em que o personagem reflete: “(...) *sob a neve não se distingue o que é de neve e o que só está recoberto. Exceto num caso: o homem, pois sabe que eu sou eu e não este aqui*”⁸⁴; na sequência da reflexão, Marcovaldo é encoberto pela neve e confundido com um boneco de neve, insinuando à sua condição social despercebida e insignificante. Posteriormente, no conto *O Coelho venenoso*, a forte empatia de Marcovaldo pelo animal denuncia a semelhança entre ambos: “(...) *Era um animal que nascera prisioneiro: seu desejo de liberdade não tinha grandes horizontes. Não conhecia o bem da vida além de poder ficar algum tempo sem medo* (...)”⁸⁵. Em *A Chuva e as folhas*, o personagem nota na firma onde trabalha uma planta que carece de cuidados, e passa a cuidar desta obstinadamente, parando seus afazeres para colocá-la na área externa quando chove, e levando-a para sua residência - o desenrolar do conto retrata uma gradativa empatia do personagem com a planta, que culmina em um processo simbiótico, no qual extravasa seus próprios anseios e necessidades.

(..) ziguezagueando no selim de sua bicicleta a motor, com a planta atrás, interrogava o céu, procurava uma nuvem que lhe parecesse bem-intencionada, e corria pelas ruas até encontrar chuva. De vez em quando, virando-se, via a planta um pouco mais alta: alta como os taxis, como as caminhonetes, como os bondes! E com as folhas sempre mais largas, de onde a chuva escorregava no seu capuz impermeável como uma ducha. (...) Agora era uma árvore sobre duas rodas, aquilo que corria pela cidade (...) Marcovaldo perseguia sua nuvem, curvado no guidão, embaçado no capuz do qual só despontava o nariz (...)”⁸⁶.

O cenário de trabalho explorado acirrado pela competitividade moderna manifesta-se em egoísmo ou individualismo pela busca alarmante de salvação e melhoria. Em sua condição paupérrima o personagem apesar de perfil cômico, cede margem em alguns casos à posse, exploração ou empreendedorismo. Em *Cogumelos na cidade*, a descoberta dos cogumelos fomenta-lhe um sentimento de

⁸³ Ibid. p. 58

⁸⁴ Ibid. p. 26

⁸⁵ Ibid. p. 67

⁸⁶ Ibid. p. 93

propriedade: “(...) *aquela descoberta que de repente lhe enchera o coração de amor universal, agora lhe acendia a obsessão da posse, cercava-o de temor ciumento e desconfiado*”⁸⁷. No caso *O tratamento com vespas*, depois de cunhar um tratamento a base de picadas de abelhas, transforma-o em fonte de renda, elaborando com esta um pequeno empreendimento familiar: “(...) *Na sala de espera, a mulher de Marcovaldo introduzia os clientes e cobrava os honorários. As crianças pegavam os vidros vazios e corriam ao vespeiro para reabastecê-los* (...)”⁸⁸.

O consumismo é abordado no conto *Marcovaldo no supermercado*, no qual a família vai ao supermercado sem dinheiro e observa as pessoas ao redor realizando suas compras: “(...) *mulheres que, tendo entrado para comprar só duas cenouras e um aipo, não sabiam resistir perante uma pirâmide de latas e (...) com um gesto entre distraído e resignado deixavam cair latinhas (...) no carrinho*”⁸⁹. O autor destaca o marketing indutivo do supermercado: “(...) *os alto-falantes difundiam musiquinhas alegres: os consumidores (...) no momento exato estendiam o braço e pegavam um objeto e o pousavam no cestinho, tudo ao som de música*”⁹⁰. E ressalta ainda o frenesi das compras: “(...) *se o seu carrinho está vazio e os outros cheios, dá pra agüentar até um certo ponto, depois você é dominado pela inveja, pelo desgosto e não resiste mais*.”⁹¹. Este conto remete a abordagem baumiana da sensação de recompensa propiciada pela satisfação instantânea, pois apesar da família não possuir dinheiro e portanto não fazer verdadeiramente parte daquela “comunidade”, fingem sê-lo simulando realizar compras, e esta atitude falsa basta para proporcionar-lhes o sentimento de satisfação dos desejos. O supermercado relaciona-se aos dos templos de consumo, devidamente preparados, adequados e higienizados ao bem-estar do consumidor, de forma que este possa permanecer por mais tempo no local para adquirir e ser induzido à aquisição.

Outro conto sobre consumo é *Os filhos de Papai Noel*: “(...) *comprar comprar comprar para presentear presentear presentear, como impunham os seus mais sinceros sentimentos e os interesses gerais da indústria e do comércio*”⁹². Neste conto, Marcovaldo se veste de Papai Noel e sai com os filhos para entregar brindes empresariais. Após visitarem a casa de uma criança rica e entediada, os filhos a

⁸⁷ Ibid. p. 08

⁸⁸ Ibid. p. 31

⁸⁹ Ibid. p. 98

⁹⁰ Ibid. p. 99

⁹¹ Ibid. p. 98-99

⁹² Ibid. p. 129

presenteiam com uma caixa de fósforos e esta incendeia acidentalmente casa e os presentes. O fato é visto de forma positiva pela empresa, que descobre que o ideal para maximização do consumo seria um artigo-brinde destrutivo: “(...) o *Presente Destrutivo* serve para destruir artigos de todo o gênero: era isso que faltava para acelerar o ritmo do consumo e reativar o mercado... (...)”⁹³. Além do frenético processo produtivo desencadeado pelo estabelecimento de datas para presentear: “(...) as janelas das empresas ficam iluminadas até tarde, especialmente as do depósito, onde o pessoal continua as horas extras embalando pacotes (...)”⁹⁴, nota-se menção à perecibilidade das mercadorias, que se propaga ao longo do tempo nas relações pessoais e sociais, conforme elucida Bauman (2001) quando aborda o fim da procrastinação da abstinência.

A narrativa apresenta as constantes interferências industriais e comerciais na vida cotidiana, como a poluição sonora e visual e a transformação da relação humana com a natureza em contatos superficiais e artificiais, explícito no conto *Lua e Gnac*, que relata a família reunida observando o céu com a visão tão obstruída por letreiros comerciais que os filhos chegam a questionar qual empresa instalou a lua:

A noite durava vinte segundos, (...) pois os vinte segundos logo terminavam e começava o GNAC (...) uma parte da inscrição publicitária SPAAK-COGNAC no telhado em frente, que ficava vinte segundos acesa e vinte apagada, e quando estava acesa não se via mais nada. Inesperadamente, a lua empalidecia, o céu se tornava uniformemente negro e achatado, as estrelas perdiam o brilho (...).⁹⁵

A degradação ambiental converte o meio ambiente em um espaço escasso, deteriorado, poluído ou contaminado. Em *Férias num banco de praça*, o espaço reservado à praça arborizada trata-se de um quadrilátero de jardim. No conto *Ar Puro*, após voltar de um passeio para respirar ar puro com os filhos, Marcovaldo observa sua cidade: “(...) decifrou na paisagem incrustada a sombra de seu bairro: ele lhe pareceu uma charneca de chumbo, estagnada, recoberta pelas densas escamas dos telhados e pelas tiras de fumaça esvoaçando sobre as colunas das chaminés”⁹⁶. Já no conto *Um sábado de sol, areia e sono*, por recomendação

⁹³ Ibid. p. 134

⁹⁴ Ibid. p. 127

⁹⁵ Ibid. p. 83

⁹⁶ Ibid. p. 51

médica o personagem procura um rio para um tratamento terapêutico na areia, mas devido a exploração mercantil, a utilização do rio para uso comunitário tornou-se inapropriada:

*(...) onde havia areia, o rio era só um grasnar de correntes enferrujadas, dragas e guindastes estavam em ação: máquinas velhas como dinossauros que escavavam o rio e entornavam enormes colheradas de areia nos caminhões das empresas (...) onde o fundo do rio é escavado pelas dragas, formam-se funis vazios que sugam a corrente em redemoinhos ou turbilhões.*⁹⁷

Semelhante à situação do livro *A especulação Imobiliária*, a cidade na qual Marcovaldo reside encontra-se em constante expansão: “(...) em cada metro de terreno onde se abria um jardim ou uma área livre ou as ruínas de uma velha demolição agora imperam condomínios, habitações populares, arranha-céus novos e faiscantes (...)”⁹⁸.

Em *O Jardim dos gatos obstinados*, após se aproximar de um gato que lhe fazia companhia no horário de almoço, Marcovaldo passa a segui-lo com tal frequência e intensidade que sofre uma metamorfose, passando a se comportar como o felino: “(...) aprendera a observar os lugares como através dos olhos redondos de um gato e mesmo que fossem os habituais arredores de sua empresa, passava a vê-los com uma luz diferente (...)”⁹⁹. No decorrer do conto, o personagem descobre que os felinos se abrigam em um jardim em meio aos prédios, na casa de uma senhora que opta por manter um espaço que se tornou um reduto para os animais em meio a selva de pedra: “(...) Só restou este jardim! Aqui vêm os gatos também de outros bairros, num raio de quilômetros e quilômetros... (...) E também passarinhos (...) E as rãs (...)”¹⁰⁰. Os personagens vizinhos oscilam em relação ao terreno, dividindo-se entre os que aprovam a permanência e manutenção de um espaço verde onde os animais se refugiam, e os que desaprovam e reclamam das folhas, dos bichos e insetos que vivem por ali.

(...) Ao redor se erguiam edifícios enormes, arranha-céus com milhares de janelas, como muitos olhos apontados com desaprovação para aquele

⁹⁷ Ibid. p. 35

⁹⁸ Ibid. p. 115

⁹⁹ Ibid. p. 116

¹⁰⁰ Ibid. p. 121

quadrado de duas árvores, poucas telhas e tantas folhas amarela, sobrevivendo bem no meio de um bairro de grande tráfego.¹⁰¹

A constante expansão da especulação imobiliária capitalista satura as cidades com enormes e complexas edificações, além de dilatar suas proporções, o que aumenta cada vez mais a ausência de espaços naturais nesta. Sem ambiente adequado para viver, os animais invadem cidades procurando refúgio, conforme ocorre no local do conto. A metáfora da metamorfose felina do personagem significa que por receber tratamento social semelhante ao de um animal, que não tem lugar na sociedade, o personagem também precisa recorrer a um abrigo.

Em diversos trechos o personagem encontra situações que se referem a permissividade e submissão das instituições políticas e públicas mediante a privatização de espaços públicos e os interesses das empreiteiras capitalistas, como no conto *Onde o rio é mais azul*, quando é informado que, caso tivesse pescado acima da propriedade da fábrica, “(...) Além da apreensão, haveria uma multa. Acima da fábrica existe uma reserva de pesca (...)”¹⁰².

Assim como no livro *A especulação Imobiliária*, a privatização ou transformação de áreas naturais em espaços de lazer aparecem no livro, como no conto *Um sábado de sol, areia e sono*, em que o personagem se depara com banhistas em um rio “(...) uma grande massa de banhistas lotava aquele trecho (...) de modo que não se via nem um centímetro de água em todo o rio”¹⁰³; ou no conto *Ar Puro*, onde, ao fim de um passeio pela montanha a família, descobre que a área é de propriedade de um sanatório.

A falta de conhecimento, o distanciamento e separação da natureza resultam num completo desconhecimento desta, a problemática pode ser averiguada reiterada vezes no decorrer da leitura: o personagem ingere cogumelos impróprios para consumo; no caso das vespas, acaba deformado por picadas; quando se preocupa em adquirir alimentos livres de pesticidas e adulterações procura um rio limpo, uma vez que “(...) o rio ali da cidade que recebia restos de lixo e esgotos, inspirava-lhe profunda repugnância (...)”¹⁰⁴, mas acaba pescando em um lago azul envenenado com tinta industrial. Os filhos, contudo, distanciados do convívio com a

¹⁰¹ Ibid. p. 119

¹⁰² Ibid. p. 81

¹⁰³ Ibid. p. 38-39

¹⁰⁴ Ibid. p. 80

natureza, sempre reagem a esta com ignorância ou estranheza, como no conto *Ar Puro*, no trecho em que os leva para passear em um morro: “*A primavera estava começando, as árvores floresciam sob um sol morno. As crianças olhavam ao redor um tanto desambientadas(...)*”¹⁰⁵. Em outro momento, na precisão de lenha para a família, os filhos confundem outdoor com árvores de um bosque; e em outra passagem, poluem o rio da cidade com sabão em pó.

Diante das decepcionantes constatações no contato com a natureza o personagem persistente apela para possibilidades imaginadas. São diversas as passagens: No conto *A cidade perdida na Neve*, tendo a cidade encoberta pela neve e o trânsito interditado, o personagem passa a usufruir do espaço livremente: “(...) *caminhar no meio da rua, pisar nos canteiros, atravessar fora dos limites prescritos (...)*”¹⁰⁶, e imediatamente passa remodelar mentalmente a cidade “(...) *construir ruas só pra ele, ruas que só ele saberia onde dariam (...) uma cidade inteira de neve, com monumentos, campanários e árvores (...)*”¹⁰⁷. Em *A cidade toda para ele*, estando a cidade desertada pelo clima quente, Marcovaldo aspira preencher os espaços vazios de forma diferente: “(...) *o que faltava (...) talvez fosse uma enchente para estourar os condutos de água, ou uma invasão de raízes de árvores da alameda para arrebentar a pavimentação (...)*”¹⁰⁸.

A Chuva e as folhas corresponde a outro conto em que a chegada da planta em casa e o zelo com que é colocada para dentro pelo personagem remete confusamente as crianças ao Natal; uma insinuação de que somente em época natalina as árvores são providas de maior importância, cuidado e atenção. Após fornecer a planta o que esta necessitava para crescer livremente, Marcovaldo se depara com a recusa do chefe em recebê-la, pois a mesma havia crescido demais “_ *A única solução (...) é devolvê-la ao viveiro em troca de outra com dimensões adequadas!*”¹⁰⁹. Esta reação denuncia a cultura da natureza como ornamento, sendo tolerada em um ambiente apenas se devidamente moldada aos padrões do local.

O cotidiano de Marcovaldo representa a sociedade moderna líquida de Bauman, com sua forma de vida atribulada, afobada e exploradora. O personagem mantém uma sobrevida com um trabalho alienante, sem oportunidades para suas

¹⁰⁵ Ibid. p. 50

¹⁰⁶ Ibid. p. 23

¹⁰⁷ Ibid. p. 25

¹⁰⁸ Ibid. p. 112

¹⁰⁹ Ibid. p. 94

capacidades intelectivas, e permanece carregando e descarregando caixas e sendo deslocado para funções secundárias como limpar a neve e entregar brindes.

Assim como no livro *A especulação Imobiliária*, o espaço natural é tomado por empreendimentos imobiliários. Devido à extensão do domínio desta, a natureza torna-se mutilada, deteriorada, alterada e contaminada. As áreas que sobram são escassas ou de propriedades privadas e alvo de disputas empresariais e turísticas.

Em uma breve análise em que se equipara os personagens de *A especulação Imobiliária* e de *Marcovaldo ou As estações na cidade*, percebe-se que Quinto Anfossi demonstra uma observação e percepção crítica das alterações da cidade e da sociedade, mas sendo apático, impotente e passivo perante o sistema moderno capitalista, opta por abster-se de cultivar memórias tanto do espaço físico quanto das vivências pessoais, afastando-se e adquirindo assim uma couraça adequada e segura à vida moderna. Marcovaldo em contrapartida, verifica as alterações no ambiente por meio de constatações empíricas, mas sua percepção não se vincula a um senso crítico aguçado, fato compreensível, uma vez que este personagem já está completamente inserido no massificado, acelerado, alienado e explorado do ritmo capitalista. O mesmo personagem, de maneira oposta a Quinto, não cede à adequação capitalista e busca incansavelmente realizar suas aspirações, e embora estas sejam sempre frustradas e contrastadas pela realidade, não se derrota e conserva dentro de si uma esperança de melhoria e um anseio pela natureza. Isto posto, pode-se inferir que, sendo devastado pela exploração, o personagem que beira a condição sub-humana prefere se portar na vida como se portou no conto do supermercado, ou seja, fingir sentir ou como nos demais contos, imaginar e desta forma poder sublimar sua existência medíocre.

6.3 AS CIDADES INVISÍVEIS.

A base deste livro parte dos encontros entre Kublai Khan, neto de Gengis Khan e governador do Império mongol com o mercador veneziano Marco Polo, nomeado embaixador por Kublai Khan para viajar em missões diplomáticas pelo império mongol e informá-lo sobre as cidades visitadas. Após passar dezessete

anos viajando pela China, Polo retorna a Itália e seus relatos das viagens, muitas vezes considerados fantásticos e exagerados, resultam na obra *O Livro das Maravilhas* que propiciou aos seus contemporâneos e, posteriormente, a toda Europa, um contexto sobre aquele continente até então praticamente desconhecido dos europeus. Considerando este enredo como pano de fundo e tendo a cidade como tema central, Calvino transcende os fatos históricos e idealiza um enredo no qual apresenta diálogos entre os dois personagens e as narrações das cidades visitadas por Marco Polo.

Decorrida a época de orgulho das conquistas, o imperador sente-se melancólico e desalentado ao perceber que, concomitantemente aos territórios ocupados herdara dos adversários graves problemas sociais, econômicos e administrativos. De forma a gerir o controle sob tão grandioso império, Khan envia mensageiros e arrecadadores de impostos, que retornam com relatórios, cifras e dados estatísticos sobre suas inspeções e visitas.

Dotado de uma incomum capacidade criativa e narrativa, Marco Polo descreve fantásticos detalhes geográficos, simbólicos, políticos, culturais e sociais de cidades inventadas. Não se sabe se Kublai Khan acredita em Marco Polo, contudo, somente por meio da sutileza de suas narrativas o imperador ameniza e suplanta suas consternações e angústias. Por ignorar as línguas locais, a comunicação inicial do veneziano com o imperador mongol ocorreu através de mímica e uso de objetos, embora nem sempre tivessem seus intentos esclarecidos, visto que por vezes eram atribuídos significados diferentes para cada objeto. O imperador, que antes não conseguia imaginar completamente seu território devido a sua extensão, começa a correlacionar as narrativas que decifrava, interpretava e imaginava das cidades descritas com os relatórios e dados que recebia, e assim o império começa a tomar forma na sua mente.

Com o passar dos anos Polo aprendeu as línguas e suas descrições tornaram-se mais precisas e minuciosas. Contudo, cada notícia trazida de uma cidade remetia à mente do imperador as mímicas que antes a haviam apresentado; além disso, toda vez que Polo carecia de palavras, retomava o uso do recurso gestual. Este processo acrescia à notícia, recém chegada, um sentido da imagem já registrada e, simultaneamente, acrescentava à já estabelecida um novo sentido com a informação trazida.

Marco Polo considera que quanto mais percebe as minúcias e meandros das cidades desconhecidas, mais compreende as demais que havia atravessado para chegar nestas. Dada esta proposição, Khan interroga se ele viaja com a cabeça voltada para trás olhando o passado, e este responde que o que procura está diante de si, mas mesmo que estivesse no passado, este estava mudando à medida que viajava, pois o passado remoto (não, o recente) do viajante muda conforme o itinerário realizado. Polo destaca que “(...) *a surpresa daquilo que você deixou de ser ou deixou de possuir revela-se nos lugares estranhos, não nos conhecidos* (...)”¹¹⁰. Ao chegar a uma nova cidade, encontra-se um passado que não lembrava existir e pessoas com uma vida que ele hipoteticamente poderia ter vivido, mas do qual agora está excluído; sendo assim, segue sem rumo à próxima cidade, onde verificará outro passado ou futuro possível, que na ocasião passa a ser o presente de outra pessoa. De forma incisiva, Khan, então, pergunta se ele viaja para reviver o passado ou se viaja para reencontrar o seu futuro, de modo que Polo responde: “(...) *Os outros lugares são espelhos em negativo. O viajante reconhece o pouco que é seu descobrindo o muito que não teve e o que não terá*”.¹¹¹

Tudo isso para que Marco Polo pudesse explicar ou imaginar explicar ou ser imaginado explicando ou finalmente conseguir explicar a si mesmo que aquilo que ele procurava estava diante de si, e, mesmo que se tratasse do passado, era um passado que muda a medida que ele prosseguia a sua viagem, porque o passado do viajante muda de acordo com o itinerário realizado, não o passado recente ao qual cada dia que passa acrescenta um dia, mas um passado remoto.¹¹²

Em certos encontros, as diferentes formas de perceber a cidade de cada personagem se realçam, como no caso em que o imperador após tentar narrar algumas cidades e nunca se aproximar das imaginadas por Polo, comenta que construiu mentalmente um modelo do qual se poderia extrair todas as cidades possíveis. Tal modelo era constituído de acordo com as normas, uma vez que as cidades sempre se afastavam delas em diferentes graus e portanto, bastava prever as exceções à regra e calcular os ajustes. Polo rebate que também imaginou um modelo, só que feito de exceções, pois sendo estas mais improvável, diminui os

¹¹⁰ CALVINO, Italo. *As cidades invisíveis*, São Paulo, Companhia das Letras, 1990. p. 28

¹¹¹ *Ibid.* p. 29

¹¹² *Ibid.* p. 28

elementos anormais e aumenta a possibilidade da cidade existir e sendo assim, qualquer exceção a este modelo afirmará a existência de uma cidade.

Em outras partes, é possível notar uma convergência de opiniões entre os personagens. A título de exemplo, destaca-se a passagem em que Kublai Khan, observando o crescimento desordenado da miséria e regiões semi-desertas, passa a ter sonhos de uma vindoura fartura. Com o passar do tempo, o império supera as dificuldades e contempla a abundância, no entanto, ressurgem, no reino, o desregramento, agora sob a forma opulenta do excesso. Reinstalado o desequilíbrio, o imperador começa a sonhar com cidades leves e transparentes, onde a lua pousa nos pinos ou oscila pendurada nos cabos dos guindastes. Ao saber do caso, Polo informa que a cidade sonhada é Lalage, onde os habitantes dispuseram convites a uma parada no céu noturno para que a lua permita a cada coisa crescer e recrescer indefinidamente; descrição que Khan complementa dizendo que a lua, agradecida pela hospedagem, concedeu a cidade o privilégio de crescer com leveza.

Em uma de suas narrativas, Polo descreve uma ponte pedra por pedra, minuciosamente. Inquieto, Kublai Khan interrompe querendo saber qual, afinal, é a pedra que sustenta a ponte, ao que mercador responde que a ponte não é sustentada por uma pedra, e sim pela curva do arco que as pedras formam. Com o exposto, o imperador questiona por que, então, falar minuciosamente das pedras se o arco constitui-se no eixo central, ao passo que Polo contesta que, sem as pedras, não é possível a existência do arco.

Em certo momento, acometido por pessimismo, Kublai Khan revela a Polo estar ciente de que as cidades narradas por ele, na verdade não existem e queixa-se por este esconder que o império está doente e em decomposição. Polo concorda e se posiciona a respeito,

— Sim, o império está doente e, o que é pior, procura habituar-se às suas doenças. O propósito das minhas explorações é o seguinte: perscrutando os vestígios de felicidade que ainda se entrevêem, posso medir o grau de penúria. Para descobrir quanta escuridão existe em torno, é preciso concentrar o olhar nas luzes fracas e distantes.¹¹³

¹¹³ Ibid. p. 57

Em um momento oposto, acometido por empolgação, Kublai Khan reclama que o mercador se detém em aparências ilusórias e processos melancólicos que não enfatizam a grandeza e brilhantismo do império. Polo replica que recolhe as cinzas de cidades que cedendo lugar ao império, desapareceram e não serão reconstruídas ou recordadas; pois somente apurando e considerando os restos de infelicidade que não se reerguerão, é que se poderá dimensionar verdadeiramente o império como um todo.

O personagem Kublai Khan e seu império remetem à análise baumiana de aceleração do tempo em relação ao espaço e a moderna expansão territorial com sua conduta de “engolir” outros territórios e culturas, com suas mazelas e problemáticas sociais. Nota-se, também, que o imperador, ao invés de reprimir ou rechaçar o veneziano agindo de forma antropológica citada por Lévi-Strauss (apud Bauman, 2001, p. 118-119) estabelece um estreito laço com este, ampliando seu vocabulário e interpretação da vida; o que remete também às considerações de Erich Fromm e Geertz sobre a linguagem e a cultura.

Para Marco Polo é necessário ver a cidade invisível para se ponderar sobre a visível. Por meio deste personagem o autor conjectura que, assim como a comunicação verbal carece de complemento para expressar plenamente a mensagem, para se ter uma dimensão completa da cidade os dados estatísticos precisam considerar suas singularidades, complexidades, simbologias, influências recebidas, memória e passado desta cidade e de outras. A ideia de se considerar o todo está reforçada no diálogo sobre o arco e as pedras: ao destacar que o todo é formado pelas partes, a passagem remete a questão da inter-relação entre os espaços físicos, meio ambiente e pessoas, ou seja, tudo está relacionado e as ações não podem ser consideradas de forma isolada. É possível considerar que estas propostas assemelham-se às considerações de Geertz, ou seja, de que para realizar conjecturas acerca do homem, sua vida e meio ambiente é fundamental que se abarque toda diversidade e complexidade humana.

A forma de perceber, interpretar e analisar os meandros da cidade encontra-se imbuída de influências vindas das experiências pessoais, como nos contos em que os personagens criam cidades e modelos totalmente diferentes devido ao ponto de vista de cada um. Na passagem em que Kublai Khan questiona se Polo contará suas histórias quando regressar a Veneza, este responde: “(...) *eu falo, falo - diz*

*Marco -, mas quem me ouve retém somente as palavras que deseja. (...) Quem comanda a narração não é a voz: é o ouvido*¹¹⁴.

Entre os diversos diálogos com o imperador, o veneziano narra cinquenta e cinco cidades fictícias distribuídas em onze classificações: 1. As cidades e a memória; 2. As cidades e o desejo; 3. As cidades e os símbolos; 4. As cidades delgadas; 5. As cidades e as trocas; 6. A cidade e os olhos; 7. As cidades e o nome; 8. As cidades e os mortos; 9. As cidades e o céu; 10. As cidades contínuas; e 11. As cidades ocultas.

O grupo *As cidades e a memória* apresentam cidades cujo saudosismo e influência do passado por vezes não se reflete no presente e nem no futuro. Os cinco contos abordam a atuação da memória na vida dos indivíduos, que podem tornar-se apegados, traumatizados ou astutos em relação ao passado. As recordações e o modo como se lidam com elas são importantes, tendo em vista que é por meio destas que o indivíduo constitui um sentimento de pertence com a cidade e conseqüentemente com o meio ambiente em que vive.

A primeira cidade apresentada é *Diomira*, na qual o viajante que chega “(...) é levado a invejar aqueles que imaginam ter vivido uma noite igual a esta e que, na ocasião, se sentiram felizes”¹¹⁵. O personagem busca no passado um momento no qual os indivíduos sentiam-se felizes por se imaginarem naquele momento futuro. Semelhante ao que ocorre com o homem contemporâneo, a cidade, apesar de muito bela, não ultrapassa a contemplação, pois não consegue saciar a busca pela felicidade e não contempla a expectativa do indivíduo.

Isidora é uma cidade na qual os indivíduos só chegam à idade avançada e com memórias de sonhos que não se concretizaram. “(...) pensava em todas essas coisas quando desejava uma cidade. (...) é a cidade de seus sonhos: com uma diferença. A cidade sonhada o possui jovem; em *Isidora*, chega em idade avançada. (...) Os desejos agora são recordações”¹¹⁶. Nesta cidade, o indivíduo somente consegue realizar seu sonho no fim da vida, no entanto não possui mais vitalidade para desfrutá-lo. Pode-se relacioná-la à modernidade sólida citada por Bauman (2001), na qual a ideologia de postergação das satisfações prorrogava suas realizações ou ainda, à desigualdade social e econômica que diferencia as

¹¹⁴ Ibid. p. 123

¹¹⁵ Ibid. p. 11

¹¹⁶ Ibid. p. 12

oportunidades ao longo da vida e faz com que alguns consigam realizar seus desejos e aspirações e outros permaneçam na tentativa.

Zaíra é feita “(...) das relações entre as medidas de seu espaço e os acontecimentos do passado (...) a cidade não conta o seu passado, ela o contém como as linhas da mão, escritos nos ângulos das ruas, nas grades das janelas (...)”¹¹⁷. O passado apresentado no conto não é cultivado oralmente, uma vez que as recordações dos habitantes estão entranhadas simbolicamente na estrutura física da cidade. O sentimento de pertence do indivíduo para com a cidade se constrói por meio de recordações estabelecidas e vinculadas às estruturas materiais e ao espaço físico local.

Zora é uma cidade que permanece detalhada sequencialmente na memória dos indivíduos que mesmo a tendo visto somente uma vez, nunca mais a esquecem. Esta “(...) tem a propriedade de permanecer na memória ponto por ponto (...) obrigada a permanecer imóvel e imutável para facilitar a memorização, Zora definhou, desfez-se e sumiu (...)”¹¹⁸. A memorização do conto não se dá pelas imagens e ruas e sim por uma memória seletiva que conecta as recordações escolhidas pelo indivíduo com o itinerário local, criando um vínculo deste com o espaço. Com o receio de mudar e perder sua identidade e singularidade, a cidade opta pela imutabilidade, crendo ser esta a melhor opção para preservar intacta sua memória; no entanto essa inflexibilidade levou Zora a definhar e desaparecer. O conto leva a reflexão sobre o apego ao passado, mas principalmente, a prejudicial presunção da manutenção das estruturas e ideologias estabelecidas.

A última cidade relatada no grupo é *Maurília*, que se apresenta aos visitantes por meio de cartões postais antigos da cidade, de forma a demonstrar como esta era antes, e de maneira concomitante, a enfatizar e realçar a superação e prosperidade da cidade atual. Os postais contudo, não distinguem nada excepcional, como destaca o excerto: *“(...) nada de gracioso, e ver-se-ia ainda menos hoje em dia, se Maurília tivesse permanecido como antes (...) a metrópole tem este atrativo adicional _ que mediante o que se tornou pode-se recordar com saudades daquilo que foi (...)”¹¹⁹*. Faz-se necessário evidenciar, que a disparidade entre a antiga cidade e a metrópole é tamanha que já não percebe-se mais se as cidades são a mesma, o

¹¹⁷ Ibid. p. 14

¹¹⁸ Ibid. p. 19-20

¹¹⁹ Ibid. p. 30

que por fim desvalida a comparação saudosista. Isto posto, pode-se inferir a necessidade de afirmação e aceitação do homem perante suas modernas edificações arquitetônicas e empreendimentos imobiliários com suas promessas de melhorias social e estética.

No grupo seguinte, *As cidades e o desejo*, as cidades narradas caracterizam-se por serem duplas, paradoxais ou dúbias. Os anseios, desejos e aspirações recebem grande influência de fatores externos e o grau de contentamento oscila negativamente com constantes decepções, pois, conforme verificado em Bauman (2001), a satisfação instantânea leva à necessidade de novas satisfações constantemente. A temática do desejo reflete como a vida cidadina arquiteta e condiciona necessidades no homem, que passa a projetar, no que não possui, suas perspectivas e crer como imprescindível o ato de consumir, que na verdade não abrande os anseios e angústias advindos de uma forma reificada de vida.

Dorotéia é uma cidade da qual pode-se descrever de duas maneiras: uma narrando os detalhes arquitetônicos e trato impessoal às relações humanas, como se fossem dados com os quais se faz cálculos e projeções diversas: “(...) até obter todas as informações a respeito da cidade no seu passado, presente e futuro (...)”¹²⁰. A outra, dando enfoque às relações da cidade com os indivíduos, na qual destaca-se o caso do camaleão, que chegando do deserto onde nada conhecia, vê todos seus desejos realizados na cidade, mas depois relembra a vida do deserto e das trilhas das caravanas, e passa a refletir que *Dorotéia* é apenas um dos caminhos que poderia ter feito. Ressalta-se desta leitura à falsa sensação de bem estar gerada pelo consumo, uma vez que nem mesmo a plena realização dos desejos pela cidade foi o suficiente para o contentamento do personagem.

Em *Anastácia*, todos os desejos dos indivíduos são realizados e induzidos pela dinâmica da cidade. A revelação é que para realizá-los, o indivíduo é explorado: “(...) se você trabalha oito horas por dia (...) a fadiga que dá forma aos seus desejos toma dos desejos a sua forma, e você acha que está se divertindo em *Anastácia* quando não passa de seu escravo”¹²¹. O fim do conto denuncia uma cidade que explora o trabalhador prendendo-o em uma teia enganosa de desejos e satisfações criadas, enfatizando como a vida moderna institui desejos e aspirações que

¹²⁰ Ibid. p. 13

¹²¹ Ibid. p. 16

condicionam o ritmo e a forma de vida, além da alienação e reificação de um indivíduo.

Despina é percebida de forma diferente por quem chega por terra ou mar. De longe, o camaleiro vê uma cidade, mas imagina um navio com todas as benesses que uma embarcação e o mar podem propiciar lhe afastando do deserto; do outro lado, um marinheiro faz o contrário imaginando-se entre os benefícios de uma caravana que o afasta do deserto do mar. É possível constatar que cada indivíduo enxerga a cidade conforme sua ótica, percepção e necessidade atual de vida, projetando no que não possui suas perspectivas, no entanto, ao destacar exaltarem suas aspirações, olvidam os desgostos, dificuldades e decepções que estas podem conter ou proporcionar.

No centro de *Fedora* há um palácio com esferas de vidro dentro das quais há um modelo a seguir. Os habitantes tentaram objetivar a idealização, mas a cada construção o modelo alterava-se. Diante da inconcretude da cidade ideal o palácio foi transformado em um museu onde pode-se contemplar a cidade de seus desejos. Para Marco Polo ambas são importantes, pois uma apresenta o que seria necessário, embora ainda não seja, e a outra idealiza o que a cidade poderia ser, mas deixa de sê-lo. O paradoxo demonstra que a construção do considerado como ideal altera a estrutura e a realidade da cidade, desencadeando novos ajustes e perspectivas de perfeição.

Zobeide é a última cidade do grupo, cuja fundação resulta do encontro de homens que tiveram um sonho em comum no qual perseguiram uma mulher que fugia. Na esperança concretizar o sonho sem deixar que a mulher escapasse, criam uma cidade com muralhas; no entanto, a mulher nunca aparece e os personagens ficaram presos em uma armadilha. Observa-se na narrativa um paralelo com a metrópole moderna que incute nos indivíduos o seu discurso de possibilidade de melhorias, e para a qual estes mudam-se iludidos pela busca de um sonho. Uma vez lá dentro entretanto, se prendem em uma armadilha cotidiana, passando a viver o reverso de seus sonhos.

Na próxima temática, intitulada “*As cidades e os símbolos*”, Calvino salienta como os símbolos incrustados na cidade induzem, orientam e condicionam a mente, a conduta e as perspectivas dos indivíduos. A repetição e exposição dos símbolos consolidam a ideologia vigente com normas, condutas e padrões sociais. Esse padrão simbólico criado direciona e identifica o indivíduo na sociedade, porém os

símbolos podem ocultar discriminação, exploração, degradação ou poluição, o que acarreta a quebra das perspectivas cunhadas por símbolos que não foram incutidos integralmente na sociedade. A questão ambiental pode ser retratada, neste contexto, uma vez que a divulgação e a repetição de símbolos de preservação, sustentabilidade, reciclagem, entre outros, pelos indivíduos não significa que houve uma internalização social de seus significados.

Tamara narra uma simbologia que dita a forma de vida dos habitantes “(...) a cidade diz tudo o que devemos pensar, faz-nos repetir o seu discurso (...)”¹²². Tudo na cidade é reconhecido por símbolos que dão aos objetos outros significados e que instituem normas e funções. Conforme verificado em Erich Fromm (2008) e Geertz (2008), a narrativa aborda sobre como os símbolos estão arraigados na sociedade de forma imperceptível, permeando normas, condutas, relações e o fetiche da mercadoria que estabelece o intercâmbio entre as mercadorias e status social.

Em *Zirma* as cenas cotidianas da cidade repetem-se de modo a fixarem-se na mente do indivíduo. Na concepção de Polo “(...) A memória também é redundante: e repete os símbolos para que a cidade comece a existir”¹²³. A estória demonstra que é por meio da repetição e exposição excessiva que o símbolo se consolida e perpetua, dando significado às coisas e a cidade. Infere-se deste contexto a questão da formação e estabelecimento do Estado-nação, para o qual faz-se extremamente necessário estipular simbologias que levam a homogeneidade étnica.

O conto *As cidades e os símbolos 3*, apresenta a ideia de que cada indivíduo possui na mente um padrão simbólico que cria as diferenças e disposições dentro de uma cidade; portanto, ao se chegar nesta, logo se reconhece os espaços e distinguindo áreas nobres de comuns. Em *Zoé*, no entanto, essas diferenças não existem por falta de significação simbólica. “(...) O viajante anda de um lado para o outro e enche-se de dúvidas: incapaz de distinguir os pontos da cidade, os pontos que ele conserva distintos na mente se confundem (...)”¹²⁴. No final, o personagem questiona qual o motivo da cidade, uma vez que falta, nesta, a distinção. Conforme verificado no conteúdo apresentado por Geertz (2008) o indivíduo depende a influência de um conjunto de símbolos culturais e sociais, que influenciarão seu

¹²² Ibid. p.18

¹²³ Ibid. p. 23

¹²⁴ Ibid. p.34

desenvolvimento e consciência. No conto, por falta de influência simbólica, o indivíduo não consegue identificação com o local e sente-se deslocado.

Em *Ipásia*, nada do que Polo encontra corresponde às suas expectativas. No interior das lagoas azuis têm suicidas; o sultão, que deveria fazer justiça, possui escravos em sua sala; na biblioteca há um adolescente imbecilizado por ópio. O filósofo encontra-se em um jardim com brinquedos e lhe explica que os símbolos formam uma língua, mas não aquela que ele imagina conhecer. Polo entende que deveria libertar-se das imagens que carrega consigo, e no fim ressalta que não existe linguagem sem engano. Observa-se que o conto remete a quebra de perspectivas cunhadas e internalizadas pela linguagem e pela simbologia em uma cultura diferente, conforme assinala Fromm (2008) no contexto em que analisa a lógica.

A narração de *Olívia* destaca que não se deve confundir uma cidade com o discurso que a descreve e enfatiza que “(...) *A mentira não está no discurso, mas nas coisas*”¹²⁵. O relato aborda contradições entre prosperidade e decadência, liberdade e trabalho escravo. A denúncia retrata como os símbolos e o discurso de prosperidade e desenvolvimento são falaciosos e ocultam uma face de exploração, degradação e poluição. O referido discurso pode levar à dominação ideológica de um grupo sobre outro, conforme aponta Fromm (2008).

O tema “*As cidades delgadas*” apresenta cidades suspensas que intentam transmitir a questão da leveza e remetem também ao equilíbrio. Além das cinco cidades narradas, nos diálogos entre Polo e Kublai Khan estas também aparecem, como na passagem em que descreve a cidade de Lalage, que aborda a busca pelo equilíbrio e alerta sobre as dificuldades geradas pelo desequilíbrio da superprodução capitalista.

Isaura está situada sobre um profundo lago subterrâneo e sua paisagem invisível condiciona a paisagem visível. Há, na cidade, duas religiões diferentes: em uma, os deuses vivem no lago negro, em outra, vivem na parte suspensa da cidade. Há, neste conto, uma alusão à vida material e espiritual, superior e inferior.

Zenóbia ergue-se sobre altíssimas palafitas e as casas são de bambu e de zinco. Quando se solicita que um habitante da cidade descreva uma cidade feliz, ele imagina Zenóbia como modelo inicial, mesmo mudando totalmente as demais

¹²⁵ Ibid. p. 60

características; por este motivo não se pode classificar Zenóbia entre cidades felizes ou infelizes, mas sim entre as que continuam ao longo do tempo a dar forma aos desejos, e aquelas cidades em que os desejos conseguem cancelar a cidade ou são cancelados por esta. Da estória deduz-se que não é possível perceber se os habitantes estão felizes com a cidade, se seus desejos têm estruturado tão maciçamente a vida citadina que os indivíduos já não conseguem mais vislumbrar possibilidade de alterações, ou se os desejos simplesmente não existem mais, pois foram sufocados e sucumbidos pela cidade.

Armila não possui paredes, nem telhados ou pavimentos, somente encanamentos: uma enorme estrutura de tubos a céu aberto com chuveiros, pias, registros e banheiras. A cidade, apesar de abandonada, não fica vazia, pois há sempre mulheres banhando-se em banheiras e chuveiros suspensos no vazio. Polo conjectura que ou a cidade foi invadida por nifas ou então foi construída para elas. Pode-se inferir, por meio deste conto, um paralelo com os não-lugares citados por Bauman (2001), que são espaços intermediários ocupados e em seguida abandonados.

Sofrônia é composta de duas cidades: uma parte é o circo, que compõe o local fixo, e a outra é o concreto, com prédios, fábricas, bancos e casas. Sendo a segunda a cidade provisória, vai embora a cada término de temporada. Além de desconstruir a rigidez das edificações e insinuar a mobilidade, o conto remete à capacidade de deslocamento das empresas transnacionais devido à aceleração do tempo mencionada por Bauman (2001).

Otávia é uma cidade-teia-de-aranha, na qual tudo está de cabeça para baixo. Seus habitantes possuem a vida menos incerta do que os de outras cidades, pois sabem o quanto a rede suporta. Deste conto conclui-se que os indivíduos são cientes e cautelosos sobre os limites da cidade, o que remete ao equilíbrio com a participação, envolvimento e à necessidade de planejamento urbano adequada.

As cidades e as trocas relatam trocas de mercadorias, experiências, memórias e posição geográfica, com destaque para a diversidade das mobilidades. O tema das trocas afirma a proposta do autor sobre a necessidade da permuta memórias e experiências. Há ainda a troca do espaço geográfico, na qual os habitantes abandonam a cidade ao invés de solucionar os problemas, ou após sua exploração e degradação o que denota uma postura incongruente, entretanto recorrente.

Eufêmia possui um porto onde no período da noite os mercadores reúnem-se ao redor de fogueiras para conversar e contar estórias. Mais do que a troca de mercadorias, ocorre nesta cidade, a permuta de memórias. Este conto remete à necessidade de aproximação entre os indivíduos, conforme sugere Bauman (2001) na reflexão antropológica e antropofágica.

Devido à vida intensa e corrida vida em *Cloé* as pessoas não se relacionam, mas possuem latentes intenções e desejos ocultos que transbordam entre os olhares efêmeros que se cruzam. Para Polo, se os indivíduos dessem vazão a seus sonhos, concretizá-los-ia e o mundo das fantasias teria fim. Pode-se compreender, que a troca ocorre quando os indivíduos substituem a liberdade pela imposição social, tolhendo suas vontades e intenções em prol das normas, máscaras e condições sociais. Em outra análise, pode-se avaliar que eles optam pela inação como fuga do real e através da inércia e do afastamento protegem-se do outro, das decepções e das intempéries da vida moderna.

Eutrópia é um conglomerado de cidades sendo somente uma habitada. De tempos em tempos os habitantes, enfadados, trocam de cidade e simultaneamente de família, trabalhos e amigos. Passada a renovação, os hábitos repetem-se e ressurgem a necessidade de uma nova vida em outro local. A troca citada no conto limita-se estritamente ao plano físico, uma vez que há uma postura cômoda de manutenção dos padrões comportamentais anteriores, o que leva a repetição das mesmas falhas em outros espaços. Há na passagem uma referência à exploração industrial capitalista, que explora e degrada uma região, e após exaurir seus recursos, desloca-se com as mesmas condutas e práticas para outra região de interesse.

Em *Ercília* as ligações que orientam a vida dos habitantes são representadas por fios estendidos entre as casas de acordo com as relações de troca, parentesco, autoridade, entre outros. Quando estes preenchem todos os espaços, os habitantes desmontam as casas, mudam de lugar deixando para trás os fios e seus suportes e reconstróem a cidade em outro espaço. O feito é repetido periodicamente, conforme ocupação dos fios nos espaços. Entende-se que a troca entre os indivíduos neste conto é representada pelas relações e experiências dos habitantes, que ocorre no entanto de forma selecionada e étnica; além disto, criam laços com local e o exploram enquanto lhes é conveniente, remetendo, novamente, à situação da mobilidade transnacionais.

Esmeraldina é uma cidade aquática com uma rede de canais e de ruas sobrepostas e entrecruzadas que permite uma mobilidade diversificada. Cada ser escolhe a seu bel-prazer qual caminho que mais lhe agrada, seja por céu, terra ou mar entre barcos, escadas, ruas suspensas, vielas, esgotos, telhados, etc: “(...) a linha mais curta entre dois pontos não é uma reta mas um ziguezague (...). Em *Esmeraldina*, mesmo as vidas mais rotineiras e tranquilas transcorrem sem se repetir”¹²⁶. O conto destaca que pelos diferentes trajetos há grupos de *ladrões*, *amantes* e *gatos*; *conspiradores*, *contrabandistas* e *ratos*; e, por último, as *andorinhas* no céu, para as quais não apresenta grupo, pois seu caminho é mais livre. O texto remete às vias públicas das cidades, com suas multiplicidades de percursos selecionados pelo mapa mental do indivíduo citado por Bauman (2001), que seleciona o trajeto conforme sua condição social e relacional com a cidade. Destaca-se ainda a menção à *andorinha*, que se refere aos transportes aéreos.

No grupo “*A cidade e os olhos*”, nota-se as diferentes percepções do olhar sobre a cidade, sua dinâmica e a dualidade de seus aspectos, além das influências que recaem sobre este. O autor enfatiza as diferentes formas de interpretar a cidade e a sociedade; sendo assim, no caso do meio ambiente, um indivíduo, empresa ou um órgão estatal pode ponderar perante este conforme seu ponto de vista e interesse econômico, avaliando uma situação como passível de degradação e exploração ou como carente de proteção e revitalização.

Valdrada possui ruas suspensas sobre a água e forma duas cidades: uma perpendicular sobre o lago e outra refletida de cabeça para baixo. Tudo o que acontece na primeira se reflete na segunda. Seus habitantes preocupam-se incessante e obcecadamente com suas imagens refletidas. Constata-se neste conto como a representação da imagem social ideal cria uma vida neurótica e alienada.

Marco Polo relata que o que dá forma à cidade de *Zemrude* é o humor de quem a olha. Quem olha de baixo para cima vê cortinas de vento, paraquedas e esguichos; mas tais descrições são feitas por meio de recordações de pessoas que vivem na *Zemrude* de baixo, a andar sempre cabisbaixas, percorrendo todos os dias as mesmas ruas e reencontrando o mau humor do dia anterior. O conto relata a prevalência do olhar desestimulado e depreciador infligido pela massacrante e

¹²⁶ Ibid. p. 83

exploradora rotina do sistema capitalista, que transforma o olhar mais sutil e elevado em mera recordação apática.

Bauci está suspensa acima das nuvens e seus habitantes não descem à terra. Elevada do solo, desta cidade somente vê-se as longas pernas em que se apóia e sua sombra. Há três hipóteses sobre os habitantes: “(...) *que odeiam a terra; que a respeitam a ponto de evitar qualquer contacto; que a amam da forma que era antes de existirem e com binóculos e telescópios apontados para baixo não se cansam de examiná-la* (...)”¹²⁷. A estória tem uma *abordagem* utópica, onde os homens vivem no céu sem precisar explorar a natureza; outra mística, gerada pelo visitante que, impossibilitado de olhar, pode apenas conjecturar curiosidades; e uma terceira interpretação que abre margem à um paralelo com comunidades indígenas, sustentáveis ou ecológicas, que vivem isoladas das áreas urbanas em maior consonância com a natureza.

Fílide possui uma aura de felicidade propiciada pela sua arquitetura admirável de pontes, estátuas, jardins, janelas e cestos floridos. Todavia, quando se estabelece na cidade de forma permanente, tudo perde o encanto e nota-se que a aura da arquitetura não é a mesma compartilhada pelos moradores, que envoltos nas mazelas cotidianas, perderam a capacidade de perceber as sutilezas e belezas. A divergência narrada assemelha-se à contraposição vivida entre os habitantes e os visitantes das cidades turísticas, que possuem diferentes formas de olhar, perceber e viver sobre o mesmo espaço.

Moriana apresenta lindas colunas de coral, aldeias de vidro e lampadários. Em contraste a este cenário, encontram-se muros escuros com escritas desbotadas, panos, lâminas enferrujadas, tubos com fuligem. O olhar apurado que percorre o conto capta o contraste da opulência e beleza das metrópoles e cidades turísticas com as favelas e periferias.

Em “*As cidades e o nome*” o simbolismo e a memória impregnados nas palavras e expressões proporciona aos nomes das cidades uma prévia de características geográficas, culturais, econômicas e sociais, que podem ser ou não confirmadas.

Nada do que se diz a respeito de *Glaura* é verdadeiro, apesar disto, o que se diz é o suficiente para se captar uma imagem sólida da cidade. O que descrevem

¹²⁷ Ibid. p. 73

sobre aquilo que possui constitui-se no que seria necessário para ela existir; a cidade real, no entanto, possui menos do que a narrada. Polo a descreve como sendo apagada, com pouca personalidade, mas com algo que aguça a curiosidade para descobertas interessantes. Considera-se à vista disso, que os habitantes vivem em uma realidade mas optam por cultivar oralmente uma realidade diversa, na qual o nome da cidade está imbuído de diversos significados e virtudes. Isto os mantém em uma expectativa animadora, mesmo que ilusória. O contexto ainda remete ao apego a um nome que não representa mais aquele espaço, como no caso de cidades que recebem títulos e os mantém mesmo que já tenham há muito tempo deixado de representá-los.

Leandra é protegida por duas espécies de Deuses: os Penates, que acompanham a família quando esta se muda, vivem dentro das casas e consideram disseminar e fortalecer o novo espírito da cidade; e os Lares, que permanecem na casa e recebem os novos inquilinos quando os antigos se mudam, vivem na cozinha e creem serem os representantes da verdadeira e tradicional cidade, considerando os primeiros como inoportunos e invasivos. A essência da cidade vem das discussões e divergências entre esses deuses sobre os projetos e destinos dos homens. O conto conjectura a questão do patriotismo e nacionalismo apresentado por Bauman (2001) e da xenofobia.

Pirra é uma cidade que Polo não conhecia, mas a partir de seu nome idealizava características e qualidades. Quando chega à cidade, frustra-se completamente, pois a realidade não repercutia com a expectativa criada. Apesar da decepção, Polo opta por continuar a elaborar imagens e considerações para cidades a partir de seus nomes, que trazem no bojo memórias e fragmentos de outras cidades. O texto faz alusão a como as palavras estão imbuídas de significâncias, significados e influências, e por isso induzem às conjecturas.

Clarisse possui uma História atribulada com um ciclo constante de triunfo e queda. Nos momentos em que se ergue, a população reutiliza tudo o que é possível de salvar. Em meio a pedaços avulsos, a cidade imprestável sobrevive e retoma seu esplendor. Superada a degradação, a nova cidade mantém o mesmo nome mas esnoba, esconde e relega seu passado. Os fragmentos do primeiro esplendor tornam-se relíquias para a possível lembrança de uma cidade sobre a qual não se sabe mais nada. Diante de novas deteriorações repete-se o ritual de realocação dos objetos, mudança nas populações e costumes e continuidade do nome com

desprezo do passado. Pode-se depreender que por desdenharem completamente o passado, os homens apagam a História e assim não conseguem aprender com os erros e falhas cometidos.

Irene fica na extremidade do planalto e desperta a curiosidade dos viajantes que passam ao longe e notam uma miscelânea de acontecimentos, como som de festas ou de estrondos e explosões de uma guerra civil. A cidade que se imagina do lado de fora, é outra para quem está de dentro: é uma para quem passa sem entrar, outra para quem é aprisionado e outra para quem chega e não volta nunca mais. Por este motivo, a cidade poderia ter nomes diferentes e talvez Polo já a tenha citado, aleatoriamente, em momento anterior. O conto enfatiza o fato de que o imaginado para esta cidade não corresponde à realidade, por conta disto ela poderia ter outros nomes. Simultaneamente sugere que, ao ter falado de outras cidades, poderia ter falado somente de *Irene*, fazendo um trocadilho com o nome das cidades e as imagens correspondentes.

O tema As cidades e os mortos apresentam reflexões acerca da vida, da morte e das formas de se enfrentar cada uma. Da temática dos mortos pode-se ressaltar a disposição e o posicionamento perante a vida capitalista, uma vez que sua figura representa as funções e as memórias de um passado que se perpetua.

As cidades criam necessidades sociais, econômicas e políticas, e estabelece papéis com devidas funções, cargos e classes. Em *Melânia*, o diálogo entre os moradores que assumem estes papéis repete-se ao longo dos anos, mesmo após sua morte, isto porque, sendo papéis, podem ser assumidos por outros substitutos adequados, perpetuando e transmitindo-os para as próximas gerações. Este conto demonstra como o homem tem sua existência e personalidade relegada à sua função, enfatizando a alienação e reificação estabelecida na relação capital-trabalho do sistema capitalista.

Ao chegar a *Adelma*, Polo reconhece nos rostos dos habitantes pessoas de seu passado que já estão mortas. Reflete que “(...) *Chega-se a um momento da vida em que, entre todas as pessoas que conhecemos, os mortos são mais numerosos que os vivos. E a mente se recusa a aceitar outras fisionomias, outras expressões: em todas as faces novas que encontra, imprime velhos desenhos (...)*”¹²⁸. Em seguida, o veneziano pondera que talvez ele também recordasse alguém morto para

¹²⁸ Ibid. p. 90

aqueles moradores. Entende-se neste conto que a cidade propicia um reencontro com as memórias do passado. À medida que se envelhece, crescem as memórias acumuladas e as relações comparativas das pessoas e em dado momento estas memórias podem superar as experiências vividas no presente. Outra interpretação é a de que uma guerra faz com que o número de mortos superem o número dos vivos, tornando-os “mais reais” que os sobreviventes.

O início da narração sobre *Eusápia* destaca que esta é mais disposta a aproveitar, desfrutar a vida e a evitar aflições. Ocorre que, preocupados com a morte, os habitantes construíram no subsolo uma réplica da cidade com cadáveres dessecados e nesta recriaram suas atividades. Uma confraria de encapuzados se responsabiliza pela organização dos mortos e consequentemente, da vida real da cidade, uma vez que ocorre uma inversão de valores e os vivos passam a copiar os mortos. Percebe-se no relato que a confraria responsável pelos mortos induzia, manipulava e controlava toda a vida da cidade, que no início do conto tinha como mote aproveitar a vida, embora tenham aberto mão deste ideal para ter no passado a orientação constante de seu presente e futuro. Pode-se conjecturar desta narrativa, uma relação com as autoridades e os líderes estabelecidos na sociedade, como o Estado e a Igreja, ou os supervisores e professores que ditavam as normas e que agora, conforme elucida Bauman (2001), decaíram e não passam de conselheiros.

Argia é uma cidade onde ao invés de ar, tem terra. Não se sabe se é possível caminhar por entre as galerias e a umidade tira toda a força dos homens, aos quais convém permanecerem parados e deitados sob a escuridão. A cidade narrada é um sepulcro de vivos. Pode-se inferir desta, à subjugação humana realizada pelo trabalho escravo que mantém pessoas tolhidas em condições insalubres, sem espaço para mobilidade.

Laudônia mantém um cemitério com lápides correspondente a cada um dos vivos. Quanto mais a cidade cresce, mais se dilata a quantidade de tumbas do lado de fora, comprimindo cada vez mais os espaços. Há também um vasto domicílio no qual se pode vislumbrar multidões que nascerão daqui a cem ou mil anos. Os moradores buscam no cemitério explicações de si e do passado, e sentem-se seguros neste local. Para efetuarem indagações futuras, dirigem-se à casa dos não-nascidos, mas devido às incertezas, saem de lá apreensivos. Além da preocupação da questão populacional, é possível relacionar o texto à segurança que o passado

propicia por ser conhecido e ser portanto impossível de desencadear alterações desagradáveis e à insegurança gerada por um futuro incerto.

As *idades e o céu* são contos que remetem às cidades ideais, próximas ao paraíso, e também à questões referentes à astronomia, religião e misticismo. Em suas abordagens, os contos remetem às cidades idealizadas e questionam sobre o planejamento e a vida cotidiana nestas. Assim como Bauman (2001), Calvino valida a possibilidade de êxito na idealização da cidade, desde que as ações e escolhas estejam em consciente consonância com as demais regiões.

Há em *Eudoxia* um tapete no qual se pode contemplar a cidade e verificar que cada ponto neste corresponde a um ponto da cidade, e que tudo o que está contido nesta é representado naquele. Devido à relação misteriosa entre o objeto e a cidade, procurou-se o oráculo e este explicou que um dos objetos tem a forma que os deuses deram, e o outro é um reflexo. Os profetas entenderam que o tapete era divino e a cidade seu reflexo. Polo considera o oposto: o verdadeiro é a cidade, com ruas em ziguezague, casas que desabam, incêndios e gritos na escuridão. O tapete é apresentado como se fosse o mapa ideal de Eudoxia, no entanto a observação do Veneziano insinua que a verdadeira cidade não apresenta reciprocidade com o objeto. O conto questiona a utilização de mapas como indicadores de características regionais que servem como base para tomada de decisões e que muitas vezes não consideram as características subjetivas e culturais da localidade.

Em *Bersabéia* acredita-se que existem outras duas cidades iguais, sendo uma no céu e outra no subterrâneo. A subterrânea é formada por catas de lixo, sujeira, escuridão e tudo mais de desprezível e indigno, enquanto que, a do céu, é formada por ouro maciço, portas de diamante, virtudes e sentimentos elevados. Seguindo a crença de que se tomarem esta última como modelo, as cidades terrestres e celestes tornar-se-ão uma só, os fiéis passaram a cultuar e acumular seus quilates de perfeição, metais nobres e pedras raras. Há no entanto um equívoco nas interpretações: a cidade celeste nada mais é do que acúmulo de lixo, enquanto o inferno é prestigiado e elaborado com materiais preciosos. O fim relata que em torno de Bersabéia gravita resplandecente todo o bem desta, que é na verdade, formado pela escória terrestre. Verifica-se neste uma crítica do falso pudor, interesse dissimulado e avareza dos homens que se acreditam elevados e purificados por ocultarem mazelas que na verdade orbitam sob si mesmos. O conto também reflete sobre a questão ambiental, pois no caso o mérito superior da cidade revela-se como

a escória do planeta, da mesma forma que certos empreendimentos como incineradoras e os aterros sanitários revelam-se prejudiciais ao meio ambiente. Pode-se ainda relacionar a descrição do conto com a imagem que remete a questão do crescente lixo espacial.

Tecla é uma cidade em permanente construção, que permanece escondida atrás de andaimes, armaduras, pontes, cavaletes e escadas, e com os habitantes constantemente ocupados em obras infindas. Quando Polo questiona aos habitantes o porquê da construção prolongar-se por tanto tempo, ouve que é para que não se comece a destruição; em outro momento, quando questiona se temem que a retirada dos andaimes desmorone e a despedace, estes respondem que não só a cidade. Nesta narrativa, as vidas das pessoas, suas atividades e sua sobrevivência econômica estão ligadas à construção da cidade, que mantém tudo suspenso ou dir-se-ia pendente, sendo portanto imprescindível para a vida da cidade e das pessoas manterem a construção e não encerrá-la. O contexto remete ao texto do livro *A Especulação Imobiliária* (CALVINO, 1996) e aos migrantes que partem para trabalhar nas empreiteiras.

Perínia é uma cidade fundada sob as instruções de astrônomos que seguindo as ordens dos astros, projetaram e edificaram-na de forma perfeita. A primeira geração de pessoas que povoou a cidade era normal, mas posteriormente, surgiu uma população de aleijados, anões e corcundas, e na seqüência destes, surgiu uma geração de monstros que permanecem enjaulados nos porões e celeiros. Os astrônomos não sabem se revelam que erraram nos cálculos ou se de fato, o propósito dos deuses era uma cidade de monstros. A abordagem avalia que as interpretações humanas sob um mundo celeste desencadearam horrores, o que associa ao contexto de algumas religiões que em nome de uma suposta ordem superior celestial, edificaram cenários de destruição e guerra. Outra interpretação é a de como a ciência, utilizando-se da tecnologia, pode criar armas químicas e biológicas contaminando e arruinando toda uma civilização e comprometer as gerações futuras, como nos casos da bomba atômica ou dos herbicidas jogados nas plantações vietcongues pelo governo americano, que destruíram plantações e florestas à beira dos rios e contaminou toda população por até quatro gerações.

Ândria é uma cidade em plena harmonia com o universo, de modo que suas ruas seguem a órbita de um planeta, os edifícios e os lugares públicos repetem a ordem das constelações e a localização dos astros. Qualquer mudança é feita em

consonância e harmonia entre o céu e a cidade. Polo destaca a confiança em si mesmo e a prudência dos habitantes, que “(...) *antes de qualquer decisão calculam os riscos e as vantagens para eles e para o resto da cidade e dos mundos*”¹²⁹. O texto valida a possibilidade de êxito na vida urbana quando a cidade possui envolvimento cidadão e quando seus habitantes possuem consciência de que suas ações locais ou globais repercutem diretamente no planejamento, prudência e consciência global. Destaca-se também o comentário do personagem sobre a confiança em si mesmo dos habitantes, uma vez que é imprescindível que haja um contexto no qual o indivíduo possa sentir-se seguro, estimulado e com oportunidade igual de vida, de forma que possa desenvolver sua auto-estima.

As cidades contínuas constituem-se no grupo que aborda questões sobre a continuidade e a expansão, seja ela imobiliária, demográfica, territorial ou consumista. Destaca a avassaladora expansão urbana e agrária sobre os espaços naturais, além da crítica consumista que fomenta o crescimento da produção de lixo.

Leônia possui uma opulência que se mede pelas coisas que todos os dias são descartadas para dar lugar às novas: “(...) *uma vez que as coisas são jogadas fora, ninguém mais quer pensar nelas*”¹³⁰. A produção intensa de lixo é levada para fora da cidade e cresce vertiginosamente, visto que este se escora e mistura-se ao de outras, conforme posto em evidência na passagem: “(...) *Talvez o mundo inteiro, além dos confins de Leônia, seja recoberto por crateras de imundície, cada uma com uma metrópole no centro em ininterrupta erupção*”¹³¹. A ameaça de desmoronamento é constante, e uma vez desencadeado afundaria completamente a cidade, que logo em seguida seria aplainada pelos rolos compressores de cidades vizinhas, preocupadas em alargar seu terreno para depósito de lixo. A estória aborda questões sobre futilidade, consumismo, produção excessiva de produtos e embalagens, mercadorias sem durabilidade e descarte de materiais, o que remete à questão da alienação, influência da autoridade midiática e à problemática dos lixos e aterros. A continuidade do conto se refere à produção ininterrupta do lixo que se estende para além de suas fronteiras, que não obstante, agem de forma semelhante e perpetuam o processo, o que remete à questão da exportação de lixo entre cidades e países feita de forma legal e ilegal.

¹²⁹ Ibid. p. 137

¹³⁰ Ibid. p. 105

¹³¹ Ibid. p. 106

Ao chegar a *Trude*, Polo percebe que nada a diferencia das outras cidades. São ruas, casas, hotéis e praças iguais: “(..) *pode partir quando quiser (...) mas você chegará a uma outra Trude, igual ponto por ponto; o mundo é coberto por uma única Trude que não tem começo nem fim, só muda o nome do aeroporto (...)*”¹³² O texto denuncia a massificação das metrópoles, que se tornam semelhantes, com arranha-céus, avenidas, tráfego intenso, poluição, entre outras características. As instituições multinacionais e transnacionais contribuem com esse processo, pois suas instalações, logotipos e símbolos repetem o mesmo padrão pelo mundo, fatores que só aumentam a semelhança e a sensação de continuidade entre estas.

Procópio é uma cidade que Polo visita todos os anos. Na primeira vez, observou longamente os detalhes da paisagem que até então estava deserta. No ano seguinte e no decorrer dos próximos, observou que uma gradativa ocupação de pessoas invadiu a cidade chegando a obstruir completamente a paisagem. O texto aborda o êxodo desencadeado pela contínua expansão demográfica capitalista nos campos.

Sendo questionado por Kublai Khan sobre a descrição dos espaços entre as cidades, Polo narra que um dia estava em *Cecília* e informou o nome desta à um pastor que perguntava o nome da cidade onde estava. Ao contrário de Polo, o pastor não reconhecia cidades, pois para ele, estas nada mais são do que lugares sem folhas que separam um pasto de outro; o que ele reconhece são somente prados, rochas, declives verdes e grama. Passados muitos anos do ocorrido, os dois voltam a se encontrar em outra localidade, mas quando Polo pergunta onde está, o pastor informa que estão em *Cecília*, pois os espaços se misturam e esta está em todos os lugares. O referido conto critica a massiva expansão urbana e o avanço da cidade sob o espaço campestre, destruindo e descaracterizando regiões.

Pentesiléia se estende sobre um planalto e possui terrenos baldios tão espaçados que quando se tem a impressão de que a cidade acabou, logo adiante encontra-se sua continuidade: “(...) *Você avança por horas e não sabe com certeza se já está no meio da cidade ou se permanece do lado de fora (...)*. Desse modo, *você prossegue, passando de uma periferia para outra, e chega a hora de partir (...)*”¹³³. No final do conto paira a dúvida se existe uma *Pentesiléia* reconhecível ou se ela é apenas uma periferia de si mesma, com seu centro em todos os lugares.

¹³² Ibid. p. 118

¹³³ Ibid. p. 142-143

Passa a crescer, em Polo, uma inquietação para saber se existe realmente o lado de fora desta ou se na verdade o que se faz é passar de um limbo para outro sem perceber. O conto faz uma alusão às grandes metrópoles que se unificam às cidades próximas, engolindo suas peculiaridades e transformando tudo em um só espaço ou ainda aos extensos espaços de moradia precária, como as imensas favelas.

As cidades ocultas agrupam cidades que não são explicitadas ou não ganham destaque na vida de seus habitantes.

Há em *Olinda* minúsculas cidades em estado latente que com o tempo crescem e se tornam proporção natural da cidade. Diferentemente de outras cidades que se expandem, as novas que abrem espaço em meio à matriz Olinda, dilatam esta expandindo seus horizontes, o que faz com que a Olinda nova conserve os traços e fluxos da anterior, mantendo assim várias *Olindas*, uma dentro da outra. O texto remete aos centros novos e antigos das metrópoles, onde as cidades ocultas estão intrinsecamente ligadas às novas ou, em outros casos, apartadas da vida cidadina.

A descrição inicial da cidade de *Raíssa* determina-a como uma cidade triste; na sequência contudo, o personagem descreve pequenos e breves momentos felizes que passam despercebidos. Esta passagem denuncia como pequenas sutilezas da vida passam despercebidas diante dos habitantes que, por serem explorados, encontram-se demasiadamente fatigados, desesperançosos e submersos entre seus problemas e mazelas sociais, e não percebem que a cidade feliz está contida na infeliz, só não recebe dos moradores a devida atenção e importância.

Os habitantes de *Marósia* consultam uma profetiza sobre a cidade e esta informa que vê duas: uma do rato e outra da andorinha. Os moradores interpretam que vivam como ratos sujos que comem restos e correm pelas galerias, mas que em breve iriam voar levemente no céu como andorinhas. Quando Polo retorna à cidade, encontra os moradores simulando melhoria com asas negras e pesadas, equiparando-se a morcegos. Em outro momento, seguindo as margens dos muros, vislumbra uma cidade diferente que logo desaparece e questiona se para vê-la por completo basta mudar de postura ou se é suficiente alguém fazer algo prazeroso para que esta se transfigure. Para ele, *Marósia* consiste nas duas cidades descritas, e que ambas mudam com o tempo, mas a cidade da andorinha é a que está para se

libertar da do rato. O texto faz menção às relações humanas, sobre como os detentores do poder agem como ratos que tentam sorrateiramente, de forma a transparecerem-se de andorinhas e enredarem o ambiente destas.

A cidade de *Teodora* exterminou completamente a cadeia produtiva de seu território. Antes da total extinção das espécies, houve uma disputa acirrada dos homens com os ratos, pois para cada geração exterminada sobrevivia uma mais resistente aos venenos. Após vencê-los, criou-se uma biblioteca, de modo que fosse possível recordar a existência da fauna. No fim o autor relata o renascimento da fauna nos porões da biblioteca, sob a forma de mito. Neste texto a cidade oculta refere-se à vida dos animais e microorganismos, destruídos e extintos pela destruição ambiental da ação humana.

A última narrada no livro é *Berenice*, uma cidade injusta que possui oculta a cidade dos justos. Se os explorados tomassem a dianteira, a futura Berenice estaria mais próxima do conhecimento da verdade; no entanto Polo adverte que na origem desta cidade dos justos, haveria latente a sementes malignas da certeza e do orgulho de serem justas, o que desencadearia novamente o processo de injustiça. Para que isto não ocorresse, seria necessário despertar um amor latente pela justiça, embora o personagem perceba que mesmo assim, ainda haveria uma inclinação a impor o justo por meio do não justo, retomando o processo já descrito. O veneziano conclui que na verdade, Berenice é uma sucessão de cidades justas e não justas latentes na cidade presente. Este último conto aborda como a sede desenfreada por justiça leva os oprimidos a incorrerem no mesmo erro de seus opositores. Calvino ressalta que vive oculta na injustiça das cidades uma justiça que se alterna sucessivamente. Para o autor, a possibilidade de harmonia resulta do equilíbrio entre ambas.

Para que a reflexão ocorra de forma mais abrangente, faz-se necessário compreender a concepção de “cidade”, utilizada diversas vezes no decorrer das obras descritas pelos principais autores, que marcam a relevância deste tipo de estudo. Segundo o dicionário Houaiss (2009), a primeira definição encontrada corresponde a

aglomeração humana localizada numa área geográfica circunscrita e que tem numerosas casas, próximas entre si, destinadas à moradia e/ou a

atividades culturais, mercantis, industriais, financeiras e a outras não relacionadas com a exploração direta do solo; urbe¹³⁴.

De forma semelhante ao dicionário, Calvino considera a geografia e arquitetura da cidade, mas enfatiza essencialmente o ser humano, com sua complexidade, anseios, idealizações, defeitos, qualidades, banalidades, construções, destruições, ação, inação, exploração, etc. As cidades invisíveis apresentadas por Calvino não existem, mas por reportarem a complexidade humana, pode-se inferir que são passíveis de consentimento. Calvino destaca situações em que os indivíduos, por estarem envolvidos na dinâmica citadina não percebem o contexto ideológico capitalista no qual estão inseridos e acabam inventando como escapatória, à opressão suas próprias fantasias, modo de vida e experiências na cidade.

Contemplando as posturas dos principais personagens de *A especulação Imobiliária*, *Marcovaldo ou As estações na cidade* e *As cidades invisíveis*, observa-se que Quinto não vive o espaço da cidade, Marcovaldo o fantasia e Marco Polo vive o espaço, mas o reinventa. Há ainda outras diferenças na forma de percepção, avaliação e reação de cada um no que tange ao contexto da cidade e sua dinâmica.

Em *A Especulação Imobiliária*, Quinto Anfossi é um intelectual que percebe e avalia criticamente as transformações desencadeadas na cidade e na sociedade. Mediante sua percepção, o personagem entende-se impotente perante a ascensão imobiliária e financeira, e passa a considerá-la como situação única e irremediável ao seu êxito. Neste contexto, cede à avalanche capitalista com a esperança de que se esmerando, triunfará. Destarte, o contato do personagem com a cidade passa a ser indiferente, rejeitando as memórias do passado e negando qualquer vínculo com o espaço local.

Em *Marcovaldo ou As estações na cidade*, o personagem é um trabalhador explorado que imerso em seu cotidiano, não percebe nem possui capacidade crítica para analisar as transformações que acontecem ao seu redor. Sua percepção real da cidade só ocorre empiricamente através de vivências e constatações impingidas pelo próprio personagem, uma vez que o ritmo capitalista da vida moderna não o

¹³⁴ HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles; FRANCO, Francisco Manoel de Mello. Dicionário Houaiss da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. p. 463

permite vivê-las casualmente. Seu contato com esta é intenso e se desenrola com a busca incessante dos resquícios de uma natureza que por vezes inexistente, ou com a imaginação de situações nas quais poderia desfrutar das benesses da natureza. Apesar de suas decepções, Marcovaldo cultua as lembranças do passado, busca ansiosamente um vínculo com o local, não cede à ascensão capitalista, mas faz uso constante do recurso de fingir ou imaginar para suportar a realidade e sobreviver.

Em *As cidades invisíveis*, Marco Polo é um mercador veneziano que inspeciona diversas cidades ao longo do extenso território mongol. Sua capacidade crítica de analisar a cidade aparece de forma sensata enfatizando a necessidade de se agregar dimensões sociais, culturais e simbólicas das suas cidades e de outras, de forma a ampliar o leque de referências e experiências: “(...) *Os outros lugares são espelhos em negativo. O viajante reconhece o pouco que é seu descobrindo o muito que não teve e o que não terá*”¹³⁵.

Seu contato com as cidades ocorre empiricamente permeado de memórias pessoais; não rejeita as memórias do passado e nem estimula sua nostalgia. Para Polo, o passado permanece com ele, mas não é estático e muda conforme as experiências e influências vividas: “(...) *Todas as vezes que descrevo uma cidade digo algo a respeito de Veneza. (...) Para distinguir as qualidades das outras cidades, devo partir de uma primeira que permanece implícita (...)*”¹³⁶. Sua percepção impele-o a ponderação, como na passagem em que Klan oscila entre o otimismo extremado e o pessimismo melancólico e o personagem aconselha prudência ao imperador, de forma que este não se deixe cegar nem pela escuridão do pessimismo, nem pelo brilho do otimismo deslumbrado. Calvino expressa, através do personagem, a necessidade de estabelecer um olhar diferenciado, que possibilite um vislumbre mais perspicaz, conforme consta no último parágrafo do livro quando o autor incita essa percepção aguçada e sutil:

— O inferno dos vivos não é algo que será; se existe, é aquele que já está aqui, o inferno no qual vivemos todos os dias, que formamos estando juntos. Existem duas maneiras de não sofrer. A primeira é fácil para a maioria das pessoas: aceitar o inferno e tornar-se parte deste até o ponto de deixar de percebê-lo. A segunda é arriscada e exige atenção e

¹³⁵ CALVINO, Italo. *As cidades invisíveis*, São Paulo, Companhia das Letras, 1990. p 29

¹³⁶ Ibid. p. 82

aprendizagem contínuas: tentar saber reconhecer quem e o que, no meio do inferno, não é inferno, e preservá-lo, e abrir espaço.¹³⁷

Por fim, deduz-se que as cidades invisíveis de Calvino tendo esta condição de invisibilidade, são habitadas por pessoas igualmente invisíveis, que com seus mundos interiores atuam e influenciam a vida e a arquitetura destas cidades. Entretanto, se as cidades narradas são passíveis de existir, seus habitantes também o são, sendo assim, questiona-se onde estão estas pessoas. Pode-se conjecturar que, assim como as cidades, elas estão ocultas ou invisíveis na vida subjugada e reificada do sistema capitalista, por isto o autor incita-as à interação local e envolvimento participativo na comunidade.

¹³⁷ Ibid. p. 150

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verificou-se com este trabalho que não foi somente a modernidade que explorou de forma prejudicial a natureza, no entanto o sistema capitalista industrial transformou esta em um fenômeno de massa devastador e comprometedor da vida planetária.

A implantação de políticas e projetos voltados para o tema ambiental esbarra no descaso e desinteresse do indivíduo e na fragilidade e perda de autoridade das Instituições políticas mediante a fragmentação do sistema moderno, não conseguindo alcançar a efetivação da consciência ambiental.

Percebeu-se com o exposto que perante a real necessidade de criar uma nova cultura ecológica não basta apenas inserir e utilizar símbolos, linguagens ecológicas e sustentáveis que imponham um significado; pois há diferença entre informação e conhecimento, atenção e interesse, pensamento e ação. É necessário evitar a abordagem que enfatiza somente ações individuais de cada cidadão, superar os hábitos nefastos enraizados na sociedade capitalista e criar condições propícias à novos conceitos e atitudes.

Tendo em vista que a educação é o caminho para emancipação e a consciência plena, o desafio da Educação Ambiental e suas práticas é propiciar uma consciência ambiental inquisitiva e questionadora, que induza à percepção, reflexão, análise e posicionamento crítico perante o contexto capitalista, o individualismo, a ideologia, a reificação, o consumismo e outras instâncias. Somente com a superação destes o indivíduo pode interar-se integralmente de si, empoderar-se e perceber-se dentro de uma dinâmica social na qual pode optar por mudar a forma de se relacionar com o outro e com as diferenças no espaço social, urbano e coletivo, assumindo assim uma postura participativa e uma conexão de interdependência em relação à natureza.

Para ter um retorno eficaz, a consciência ambiental ou ecológica necessita que a Educação ambiental não seja tratada como dimensões isoladas (ambiental, educacional ou econômica), ou como questões meramente objetivas; e sim observada como uma ampla dimensão intersubjetiva, que considera os meandros da ação simbólica direcionada pela cultura e as estratificações econômicas, ambientais,

sociais, políticas, psicológicas, culturais, religiosas e educacionais, de forma a perceber e abordar as peculiaridades, amplitude e complexidade do problema.

Ademais, constatou-se a conveniência da literatura como proposta de Educação Ambiental em prol da consciência ambiental apontada no desenvolvimento do trabalho, por abarcar e remeter a reflexão crítica toda complexidade do homem moderno e contemporâneo em seu contexto econômico, financeiro, pessoal, sentimental, social e ambiental.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUMAN, Zygmunt. Confiança e medo na cidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009

_____. Modernidade líquida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001

BRÜGGER, P. Educação ou adestramento ambiental? 3 ed. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004.

CALVINO, Ítalo. A especulação imobiliária, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1996.

_____. As cidades invisíveis, São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

_____. Marcovaldo ou As estações na cidade. (trad. Nilson Moulin) São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

_____. La poubelle agréée. In: O caminho de San Giovanni. São Paulo: Cia. das Letras, 2000. p.77-101.

CARVALHO, I.C.M. A questão ambiental e a emergência de um campo de ação político-pedagógica. In: LOUREIRO, C.F.B., LAYRARGUES, P. P., CASTRO, R.S. *Sociedade e meio ambiente: a educação ambiental em debate*. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.

CHADDAD, F. R. ; CHADDAD, M.C.; GHILARDI, R. P. Problemas e questionamentos á Educação Ambiental Crítica. Minas Gerais: VirtualBooks, 2011.

CHAUÍ, Marilena. Convite à Filosofia. São Paulo: Ética, 2000.

FROMM, Erich. "Consciência e sociedade industrial". In: FORACCHI, Sociologia e sociedade: leituras de introdução à sociologia. Rio de Janeiro: LTC, 2008

FREUD, Sigmund. O mal-estar na civilização, 1930 [1929]. In: _____. O Futuro de uma Ilusão, O mal-estar na civilização e outros trabalhos, (1927-1931). Rio de Janeiro: Imago, 1996. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. vol. XXI

GEERTZ, Clifford. O impacto do conceito de Cultura sobre o conceito de Homem. In: **A interpretação das culturas**. 1. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

HERCULANO, S. C. “Do desenvolvimento (in) suportável à sociedade feliz”. In: GOLDENBERG, Mirian (Org.) **Ecologia, ciência e política: participação social, interesses em jogo e luta de ideias no movimento ecológico**. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, M. S.; FRANCO, Francisco M. M. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. p. 463

IASI, Mauro Luis. Ensaio sobre consciência e emancipação. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

KEINERT, Maurício. O conhecimento em Kant. Limites da experiência. **Revista Mente. Cérebro & Filosofia** – Fundamentos para a compreensão contemporânea da psique. 3.ed. São Paulo: Duetto, p 20-27, 2007.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. Educação para gestão ambiental: a cidadania no enfrentamento político dos conflitos socioambientais. In: LOUREIRO, C.F.B., LAYRARGUES, P. P., CASTRO, R.S. *Sociedade e meio ambiente: a educação ambiental em debate*. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.

LEIS, Héctor Ricardo. **A modernidade insustentável**: as críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

LIEBMANN, Hans. Terra, um planeta inabitável? Da Antiguidade até os nossos dias, toda a trajetória poluidora da humanidade. São Paulo: Melhoramentos, 1976.

LOUREIRO, C. F. B. (Org). **Cidadania e Meio Ambiente**. Série Construindo os Recursos do Amanhã. v 1. Salvador: NEAMA, CRA - Centro de Recursos Ambientais, 2003..

LOUREIRO, C. F. B. Teoria social e questão ambiental: pressupostos para uma práxis crítica em educação ambiental. In: LOUREIRO, C.F.B., LAYRARGUES, P. P., CASTRO, R.S. **Sociedade e meio ambiente: a educação ambiental em debate**. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2012

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **O que o brasileiro pensa do meio ambiente e do consumo sustentável: Pesquisa nacional de opinião: principais resultados**. Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental. Rio de Janeiro: Overview, 2012. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/publicacoes/responsabilidade-socioambiental/category/90-producao-e-consumo-sustentaveis>>. Acesso em: 30, nov 2014.

MORAES, Antonio Carlos Robert. Meio ambiente e Ciências Humanas. 4ª edição. São Paulo: Annablume, 2005.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS ONU. **El camino hacia la dignidad para 2030: acabar con la pobreza y transformar vidas protegiendo el planeta**. Informe de síntesis del Secretario General sobre la agenda de desarrollo sostenible después de 2015. New York, Dezembro 2014. Disponível em: <http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/69/700&referer=http://sustainabledevelopment.un.org/post2015&Lang=S>. Acesso em: 07, dez 2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL, ONUBR. **Secretário-geral da ONU apresenta síntese dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável pós-2015**. Rio de Janeiro, Dezembro 2014. Disponível em: <<http://nacoesunidas.org/secretario-geral-da-onu-apresenta-sintese-dos-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-pos-2015/>>. Acesso em: 07, dez 2014.